

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação

**Invisibilidade/visibilidade**  
**O guarani pré-colonial em Gravataí**

**Antonio G. Vergara**

Pelotas, 2012

ANTONIO G. VERGARA

Invisibilidade/visibilidade: o guarani pré-colonial  
em Gravataí

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em História da Universidade Federal  
de Pelotas, como requisito parcial à obtenção  
do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Artur Henrique Franco Barcelos

Pelotas, 2012

Catálogo na Publicação:  
Bibliotecária Maria Fernanda Monte Borges – CRB -10/1011

V494h Vergara, Antonio G.

Invisibilidade/visibilidade: O guarani pré-colonial em Gravataí  
Antonio G. Vergara ; Orientador : Artur Franco Barcelos. – Pelotas,  
2012.

120 p.

Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-  
graduação em História. Instituto de Ciências Humanas.  
Universidade Federal de Pelotas.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Fernando Camargo (UFPel)

---

Professora Dr<sup>a</sup> Hilda Jaqueline Fraga (UNIPAMPA)

---

Prof. Dr. Artur Henrique Franco Barcelos (FURG-PPGH/UFPel) Orientador

Aos heróis da minha História dedico esse trabalho: A Mulher Maravilha chamada Dina, pela fé e força que serviram de exemplos para que eu nunca desistisse, e ao Super Homem chamado Paulo que sempre me protegeu dos fantasmas escondidos no meu armário.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato que demonstra o quanto realmente algumas atitudes ou pessoas foram importantes em determinados momentos da nossa trajetória. Isso não seria diferente quanto à realização desta pesquisa. Gostaria de inaugurar esses agradecimentos fazendo referência à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) pela concessão de bolsa de pesquisa que cobriu todo o período deste trabalho. Sem dúvida alguma sem esse apoio a pesquisa não seria possível. Mais do que isso agradecer ao empenho da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elizabete Leal, que enquanto coordenadora do programa de pós-graduação em História na época que ingressei, mostrou todo um esforço para que todos os estudantes obtivessem algum tipo de apoio aos seus trabalhos.

Nessa estrutura complexa em que se ergue um curso de pós-graduação não pode esquecer-se da figura carismática do secretário do curso. A escolha nem sempre é acertada, visto que a pessoa deve ter um diferencial, assim como certo “tato” para lidar com as pessoas que chegam ao curso. Nesse sentido, tivemos a sorte de ter a Andria. Praticamente o primeiro rosto que se via ao querer se candidatar a uma vaga de aluno de Mestrado. Mais que isso, agradeço pela possibilidade e a honra que ela me concedeu de ser fazer parte da sua vida mesmo por alguns instantes dessa caminhada durante esses dois anos. Obrigado pelas risadas e especialmente pelos ouvidos naqueles momentos de decepções que surgiram e que devido as nossas conversas se desfizeram como fumaça.

Sem alunos não se faz um curso, uma universidade mesmo que haja quem acredite o contrário. As discussões e debates durante no início do curso foram de grande importância para a noção de fronteira entre as várias formas de pensamento. Fica então o meu obrigado Helenize, Paulo, Delmar, Emanuel, Caroline e Rafael por poder participar das suas vidas. Esse grupo fica marcado pelo fato também de sermos a primeira turma do curso de mestrado em História da UFPel.

Não poderiam ficar de fora aquelas pessoas que ao longo desse tempo ou mesmo antes de chegar ao programa tiveram grande participação e desde então já ocupam um lugar muito especial. Sem sombra de dúvida o museu foi o local onde tudo pôde acontecer, as inquietações, o amadurecimento no sentido amplo da palavra. Agradeço ao “seu” Getúlio diretor do museu, pela acolhida, pelas conversas

animadoras, mas principalmente pelos silêncios que foram muito mais esclarecedores do que qualquer coisa e pelo incentivo a seguir com a pesquisa. A Suzana, que na época era diretora do Arquivo Histórico, com sua paciência foi parte da constituição do profissional que gostaria de ser. Espero não estar esquecendo ninguém. Ah, sim! Como poderia deixar de lembrar! Esta pessoa encontrei já no final da minha passagem pelo museu. A nossa História passou a ser escrita ao longo das diversas vezes que ia lá. Nela via muitas vezes minha mãe, não pela idade que tinha, pois era mais nova, claro, mas pela fibra e força de seguir em frente a pesar das circunstâncias da vida. O que me animava era ver que o brilho no seu olhar, algumas vezes ficava fraquinho, mas que nunca se apagou. Isso a tornou para mim outro exemplo de pessoa a ser seguido. Obrigado Inês.

Nesse rol de pessoas especiais a referência maior fica ao “seu” Paulo e a “Dona” Dina. Acredito que ao longo desses anos fora de casa esse período de Mestrado foi o mais difícil para eles. Peço desculpas pelas ausências constantes principalmente na reta final, onde muitas vezes foi necessário escolher ficar em Pelotas para escrever. Agradeço aos amigos de lá, Gravataí, e aos daqui, Pelotas, pelo carinho, diversão, mas principalmente pela compreensão das minhas faltas.

Agradeço também aos novos amigos que fiz durante esses dois anos de trabalho. Afinidades que foram surgindo sejam por novos contatos, no meio acadêmico ou por intermédio de outras pessoas. Esse último com certeza foi o que me rendeu mais do que amigos. Agradeço à pessoa chave de onde irradiou todas essas novas amizades. Um amigo leal que acompanhou de forma direta as minhas frustrações leu os rabiscos, deu algumas ideias, se encheu muitas vezes, mas não arredou pé de perto. Obrigado Alex Sena, assim como a todos que com ele vieram, não gostaria de nomeá-los com receio de esquecer e magoar alguém.

O esporte trouxe-me muitas lições e aprendizados desde novo quando praticava vôlei e participava de competições municipais e estaduais. Mas aqui em Pelotas sem perspectiva de dar continuidade a prática deste, conheci o Rúgbi. Eu julgava saber perder, julgava saber ganhar, mas essas noções depois de algum tempo praticando e competindo com o Rúgbi, caíram por terra. A mudança depois que se pratica esse esporte não acontece somente fisicamente, a mudança vai além chegando a níveis psicológicos incríveis. Percebi que quando a cabeça não pensa o

corpo padece, senti que poderia ir muito mais longe se a cada dia eu vencesse aquela velha batalha que travamos todos os dias com nós mesmo. Eu venci, ou melhor, estou vencendo. Obrigado ao Antiqua Rúgbi Club e a todos os amigos que fazem parte dele.

E obrigado Artur por aceitar essa aventura.

## RESUMO

VERGARA, Antonio G. **Invisibilidade/visibilidade: O guarani pré-colonial em Gravataí.** 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

As discussões acerca de patrimônio e memória têm, nos últimos tempos, tomado cada vez mais espaço nas diferentes esferas da sociedade. Também podemos perceber que, além desses lugares, a preocupação em manter preservada a História, seja ela regional ou mesmo local, entre a população, é uma crescente. Nesse sentido vemos surgir iniciativas de resgate de memórias como de imigrantes, conhecimentos tradicionais, entre outros, que na margem do esquecimento, necessitam ser trazidos de volta e colocados na esteira do tempo, para que outras gerações possam ter conhecimento. Este trabalho vai ao encontro dessas discussões, tendo como um de seus propósitos, inserir nos debates historiográficos de cunho local a temática da presença indígena pré-colonial para Gravataí. Para tanto, os caminhos a serem percorridos para estabelecer o guarani pré-colonial na região, iniciam-se a partir da historiografia Nacional e de como o indígena foi representado e situado na formação da História brasileira. A historiografia gaúcha foi revisitada e se puderam pinçar alguns elementos para perceber a invisibilidade e visibilidade do guarani pré-colonial para Gravataí, assim como perceber que a Arqueologia também não deu conta dessa presença indígena antiga. E por último, no que tange a discussão da historiografia local, esse exercício busca apontar os processos que contribuíram para o apagamento da memória indígena guarani pré-colonial, investigando o papel dos agentes sociais, em particular o museu municipal de Gravataí, e os dispositivos usados para, ora tornar invisível, ora dar visibilidade a essa cultura.

Palavras-chave: Invisibilidade, visibilidade, Gravataí, guarani pré-colonial, memória.

## RÉSUMÉ

VERGARA, Antonio G. **Invisibilité/visibilité: le guarani pré-coloniale en Gravataí.** 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Les discussions sur le patrimoine et la mémoire viennent dans ces derniers temps chaque fois plus en évidence dans les différentes sphères de la société. Nous pouvons également voir qu'au-delà de la préoccupation de ces lieux pour garder l'histoire préservée, que ce soit au niveau régional, même local, parmi la population est plus grande. En ce sens, nous voyons émerger des initiatives de sauvetage comme par exemple des immigrants, les connaissances traditionnelles entre autres sur le bord de l'oubli qui doivent être ramenés et remontés dans le sillage de temps pour que les générations d'autres puissent avoir des connaissances. Ce travail démontre comment ces discussions avec l'un de ses intentions insérer dans les débats historiographiques de caractère local la thématique de la présence indigène pré-coloniale à Gravataí. Pour ce faire, les chemins à suivre pour établir les Guarani pré-coloniale dans la région, commencent à partir de l'historiographie nationale et comment l'indigène a été représenté et situé dans la formation de l'histoire du Brésil. L'historiographie gaúcha a été revisitée et de l'historiographie peuvent pincer quelques éléments pour voir l'invisibilité et la visibilité de pré-coloniale Guarani à Gravataí, comme voir que l'archéologie ne se rendent pas compte de cette ancienne présence indigène. Et enfin, en ce qui concerne la discussion de l'historiographie locale, cet exercice vise à identifier les processus qui ont contribué à l'effacement de la mémoire des indigènes Guarani pré-coloniales, d'enquêter sur le rôle des agents sociaux et des dispositifs utilisés pour parfois devenir invisible, parfois à donner la visibilité à cette culture.

Mots-clés: l'invisibilité, la visibilité, Gravataí, pré-coloniale, Guarani

## SUMÁRIO

RESUMO

RÉSUMÉ

**INTRODUÇÃO** ..... 12

### **CAPÍTULO I**

1.1 ONDE EU FICO ? O INDIGENA NA  
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA ..... 16

1.2 A PROCURA DO GUARANIN PRÉ-COLONIAL NA  
HISTORIOGRAFIA GAÚCHA - ESPAÇOS E DESLOCAMENTOS.....25

### **CAPÍTULO II**

2.1 NOTAS DE UMA ARQUEOLOGIA NO  
RIO GRANDE DO SUL - UMA INTRODUÇÃO.....47

2.2 A ILHA GRAVATAÍ - ARQUEOLOGICAMENTE FALANDO.....53

### **CAPÍTULO III**

3.1 GRAVATAÍ ANTES DE GRAVATAHY.....67

3.2 GRAVATAÍ ANTES DE GRAVATAHY  
- OCUPAÇÃO DA TERRA E REGIÃO.....69

3.3 GRAVATAHY ANTES DE GRAVATAÍ E SEUS  
DESDOBRAMENTOS AO LONGO DA HISTÓRIA LOCAL :  
O MUSEU, AS CERÂMICAS E DUAS HISTÓRIAS ..... 74

3.4 DESDOBRAMENTOS SOCIOPOLITICOS E  
A FUNDAÇÃO DO MUSEU AGOSTINHO MARTHA .....78

3.5 AS DUAS HISTÓRIAS ..... 101

**ÚLTIMAS PALAVRAS NUM HORIZONTE DE POSSIBILIDADES** ..... 111

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** ..... 114

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, são apresentados os resultados de uma pesquisa acerca de invisibilidade e visibilidade dos indígenas pré-coloniais presentes na historiografia da cidade de Gravataí. Para tanto, o elemento gerador para a pesquisa parte da cultura material indígena guarani (pré-colonial) sob a salvaguarda do Museu Municipal Agostinho Martha. Temos então, dois elementos necessários para buscar o entendimento de como se constroem e se legitimam determinadas memórias: Cultura material (objeto) e o Museu (agente social).

Nesta pesquisa, o referencial metodológico pode ser definido como etnoHistória, que é entendida como um método ou uma técnica de pesquisa direcionada principalmente ao estudo das chamadas sociedades ágrafas (MONIOT, 1976), mas que também se pode definir como a utilização de fontes escritas, orais e materiais para a reconstrução da História de povos culturalmente não ocidentais. Também se busca analisar o fenômeno chamado *memória* numa perspectiva construtivista, vislumbrando como e por quem tais fenômenos são solidificados. Que atores intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias, a partir dos aportes de Maurice Halbwachs (1990), Krzysztof Pomian (1999).

Parte-se da premissa de que a região em estudo esteve ocupada por populações guarani em períodos pré-coloniais, conforme tratou de estabelecer a Arqueologia através de levantamentos feitos por Ítala Basile Becker junto às coleções materiais dessa cultura salvaguardadas no MARSUL (Museu de Arqueologia do Rio Grande do Sul), e os trabalhos feitos por arqueólogos por meio de contrato antes do estabelecimento da GM (Montadora de automóveis General Motors) em Gravataí e que apontaram para a existência de cultura material guarani. Esta presença não parece ser aquela referida pela historiografia, sobretudo a de caráter local, quando a questão é o papel do indígena nas origens de Gravataí. Assim, torna-se necessário analisar como a memória indígena pré-colonial é representada.

Um dos pontos de partida é a existência em Gravataí de um Museu Municipal, o qual se apresenta como um agente de perpetuação da memória local, incluída a indígena. Recentemente no dia 30/07/2009, o Museu Municipal, após 12 anos fora da sua sede por conta de um incêndio e funcionando em lugares não apropriados, foi reinaugurado e a expografia passou por uma reformulação que tratou de dar algum destaque à presença indígena pré-colonial. Contudo, esta parece seguir reproduzindo o distanciamento entre os guarani pré-coloniais e a “História” local que o museu pretende apresentar. Por outro lado, a forma como a exposição lidou com os artefatos da cultura material exposta, sobretudo em relação aos locais de origem dos mesmos e sua inserção em um passado local, também importam para as questões se pretende levantar ao longo do trabalho. Contrastando a forma como a ocupação indígena pré-colonial está representada museograficamente, com aquela relativa ao papel dos guarani da Aldeia dos Anjos, abra-se a discussão acerca da visibilidade e da invisibilidade dos primeiros em relação aos segundos. Seguindo Maurice Halbwachs (1990), se procurará os pontos de contatos entre ambas as memórias, para que se possa reconstruir, ou trazer à tona a presença guarani em Gravataí, mais especificamente a memória pré-colonial.

É sabido que a Aldeia dos Anjos, localizada onde atualmente se encontra o município de Gravataí, é uma das mais antigas povoações do Estado do Rio Grande do Sul. Tal povoação foi resultado das disputas de terras entre Portugal e Espanha que, a partir da administração de José Marcelino de Figueiredo, foi organizada principalmente com um contingente de famílias de índios guarani oriundas das missões jesuíticas, através de Rio Pardo. Essa empreitada tinha dentre os seus objetivos a integração desses indígenas cristianizados pelos jesuítas espanhóis na cultura portuguesa. Em 1763, Rio Grande, a capital da Capitania, é tomada, e a sede do governo local passa a ser Viamão, mudando assim o eixo administrativo português. Com o Tratado de Madri, em 1750, Gomes Freire de Andrade, comandante das demarcações, determina a vinda de aproximadamente 600 famílias indígenas que, saídas das Missões Jesuíticas, migram para Rio Pardo, na Aldeia de São Nicolau. Em 1757 o comandante das demarcações ordena a fragmentação deste contingente indígena, formando dentre outros aldeamentos, a Aldeia dos Anjos.

Esse panorama histórico, embora resumido, é o que geralmente se tem ciência quando se trata da fundação da atual cidade de Gravataí. O que se pretende é chamar a atenção para outra História, às vezes esquecida pela historiografia local, e mesmo regional, que diz respeito aos primeiros habitantes que, possivelmente, ocuparam a região antes da chegada do europeu: a população indígena guarani pré-colonial. Nesse sentido, a proposição é apresentar alguns apontamentos acerca dessa lacuna no campo historiográfico e arqueológico desse guarani pré-colonial, proporcionando caminhos para que a memória histórica guarani venha novamente à luz na historiografia.

No empenho de observar porque a memória pré-colonial guarani ficou a sombra, e perceber como a História, a partir desse guarani reduzido e cristão, tomou o espaço na historiografia local, é possível adotar-se a idéia de Michel Pollak (1989), segundo a qual, ao privilegiar-se a análise dos excluídos, marginalizados e das minorias, se ressalta a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à memória<sup>11</sup> dita oficial, no nosso caso a memória guarani colonial.

Uma forma de acessar essa memória guarani pré-colonial é através da cultura material remanescente. Os objetos cerâmicos da cultura guarani podem ser concebidos como um fato, na medida em que isso é um símbolo da presença física dessa cultura antes da chegada do europeu à região. Trazer essa memória pré-colonial guarani novamente ao contexto historiográfico, discutindo o papel dos agentes sociais que contribuem para que ela não se perca outra vez se torna relevante para o entendimento do porque de outra memória ter se estabelecido e não ter dado conta da ocupação da região como um todo (desde tempos pré-coloniais até a chegada dos europeus).

O trabalho se organiza assim, em três partes. Na primeira, tratar-se-á de uma revisão de algumas produções historiográficas, no intuito de identificar as razões pelas quais se acredita que o elemento indígena passou por fases de visibilidade e invisibilidade. Parte-se da premissa de que, na construção da nacionalidade, os autores trataram de definir imagens históricas para os indígenas, tanto pré-coloniais quanto aqueles do período colonial, que servissem aos propósitos momentâneos. Neste sentido, busca-se também identificar as influências de determinadas

correntes, como o Romantismo, nas obras apresentadas, e sua relação com as resultantes imagens projetadas sobre os índios e seu lugar na História do Brasil em geral, e do Rio Grande do Sul em particular.

Na segunda parte, buscou-se demonstrar que a Arqueologia, enquanto área do conhecimento voltada para o estudo das sociedades humanas através da cultura material, também foi responsável por determinadas imagens que se perpetuaram sobre os indígenas pré-coloniais. Especificamente, o que se procurará elucidar são as razões pelas quais a área em questão neste estudo, a saber, o município gaúcho de Gravataí, não foi objeto de estudos arqueológicos específicos. E quais as conseqüências disto para a visão contemporânea sobre os indígenas pré-coloniais, especificamente, os guarani, na cidade e, de maneira mais concreta, no museu municipal.

Na terceira e última parte, o trabalho se propõe a uma incursão pela História regional, destacando os aspectos políticos e sociais da constituição do município de Gravataí. O objetivo é o de identificar a relação entre os processos históricos transcorridos e sua relação com as construções sobre as origens e o passado da cidade em diferentes contextos, bem como as formas como estas construções produziram a visibilidade ou a invisibilidade dos guarani pré-coloniais. Assim, pretende-se chegar ao museu municipal e seu papel neste processo, fazendo, para tanto, um recorrido pela História da instituição. História esta que, em um determinado período, cruza-se com a do próprio autor do trabalho, permitindo uma reflexão sobre os agentes sociais e seus mecanismos de apropriação, produção, divulgação e consolidação de memórias locais. Cruzando aspectos da historiografia, da Arqueologia e da museologia, o trabalho se propõe a contribuir para a compreensão de como se produzem os fenômenos de visibilidade e invisibilidade de determinados segmentos da sociedade no que diz respeito a sua História e seu direito a um lugar nas memórias locais e nacionais.

## 1.1 ONDE EU FICO? O INDÍGENA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

A partir da chegada dos portugueses às terras onde futuramente, seriam denominadas de Brasil, em 1500, um novo capítulo na História da humanidade passou a ser escrito, forçando a Europa e, por consequência, Portugal, a repensarem e a situar o ameríndio à medida que foram se defrontando com este contingente humano até então desconhecido dos europeus. E ponderar sobre o lugar que caberia a essa gente “nova” aponta, dentre vários aspectos, para uma reflexão da oposição entre, cristão e infiel, civilizado e selvagem e, mais tarde, brasileiro ou não brasileiro. Esta oposição entre “mundos”, reais ou imaginários, marcará a forma como os indígenas serão ou não integrados a História, a memória e identidade na construção da nação brasileira. Em diversos momentos da História brasileira, o indígena passou a ser tratado e interpretado, de acordo com modelos e paradigmas das mais diferentes vertentes. Por longo período, as matrizes de pensamento europeu exerceram influência sobre as concepções criadas acerca dos indígenas. Contudo, o século XIX foi um período especialmente frutífero para os debates em torno da exclusão ou inserção dos indígenas em uma “História Nacional”.

Em 1808 com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, fugindo das invasões napoleônicas, que se terá um ambiente mais propício para as influências européias. Com essa transferência, o Rio de Janeiro passa por uma grande urbanização para abrigar a família real e todo o seu aparato burocrático e cultural. Dentre as mudanças ocorridas com a chegada da Corte ao Brasil temos a criação do Banco do Brasil, a Biblioteca Nacional, abertura dos portos às nações amigas e a criação da imprensa Régia. Mas é logo após a independência do Brasil em 1822 que teremos a produção de uma historiografia “oficial”.

O estudo acerca da História dos índios durante muito tempo foi um ponto, nos inícios da historiografia brasileira, que suscitou muitos debates sobre seu lugar na formação do que seria uma História nacional. Contudo, como a historiografia veio mostrando, o indígena ocupou espaços importantes, ora visíveis, ora invisíveis,

dentro do projeto nacional com fortes influências do contexto europeu em voga no período.

Mais do que fazer um relato da História dos índios no eixo do desenvolvimento da historiografia em formação no século XIX, apresentar-se-á no decurso dessa primeira parte do trabalho os mecanismos usados para justificar a civilidade branca face ao indígena. Vários historiadores durante o século XIX se debruçaram em seus gabinetes e em arquivos para buscar argumentos que ratificassem não só a presença, mas a importância ou não da figura indígena no processo de construção da nação brasileira.

Construir uma nação implica necessariamente no conhecimento da sua gênese. De acordo com Cardoso (2005, p. 36) “(...) ao pensar na origem, os sentidos revivem a ideia de pertencimento (...)”. Perceber os aspectos que fazem parte desse grupo de indivíduos de diferentes culturas, estrutura social e dependendo das proporções territoriais, até mesmo a sua linguagem, pode não ser uma tarefa fácil. A definição de uma História que dê conta de todos esses aspectos, como dito, e também por diferentes interesses intrínsecos acaba por excluir pessoas, agregando valores distorcidos a alguns personagens, no caso os índios do Brasil.

Para entender um pouco do pensamento daqueles que se aventuraram na escrita de uma História para o Brasil é importante fazer um exercício de rememoração do contexto em que estas “Histórias” foram escritas. Antes disso, alguns questionamentos vão aparecendo à medida que a cortina do século XIX na Europa vai sendo erguida. Tais questões giram em torno exclusivamente da imagem que se queria criar, do que comporia ou não a História nacional e construir essa História, dentre outros aspectos, passa necessariamente pela interação do “eu” frente ao “outro” e como essa relação se desenvolve.

O raiar do século XIX na Europa veio acompanhado de muitas mudanças nas suas diferentes esferas e a História enquanto disciplina não ficou de fora, ganhando cada vez mais espaço nas universidades, alçando o posto de cientificidade, onde também se observou que o historiador ganharia o status de pesquisador (GUIMARÃES, 1988). Ainda conforme Guimarães “pensar a História articula-se num

quadro mais amplo, na qual a discussão da questão nacional ocupa uma posição de destaque (1988, p.1)”.

Baseados no modelo europeu de História, que se desenvolveu dentro das universidades, criando verdadeiras disputas acadêmicas, no Brasil o que irá diferir é o local onde esta História seria produzida. Tal produção terá um caráter exclusivamente elitista, onde as pessoas envolvidas seriam escolhidas pelas relações sociais que mantinham. Esse lugar de produção historiográfica irá nortear as interpretações e ideias que serão propostas nas discussões de como pensar a questão nacional (CERTEAU 1976, *Apud* GUIMARÃES, 1988).

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1836, será esse lugar de produção da História do Brasil, indo ao encontro da ideologia de consolidação do Estado Nacional. Para a consolidação desse ideário, os objetivos centrais, propostos pelo IHGB, davam conta da coleta e publicação de documentos de importância para a História do Brasil, assim como o incentivo aos estudos de natureza histórica. Agindo dessa forma o Instituto poderia manter relações com outras instituições estrangeiras como também contribuir para que fossem criados institutos históricos provinciais, remetendo para a capital do império todas as informações sobre as diferentes regiões do Brasil.

Um fator de diferenciação entre as instituições francesas, por exemplo, e o IHGB era a forma de acesso a esses meios culturais. Enquanto naquela nação européia era preciso provar certo grau de conhecimento específico, visto que o conhecimento histórico se dava nas universidades, aqui no Brasil, dentro do Instituto, os seus integrantes faziam parte de um círculo restrito da elite imperial; pessoas essas que faziam parte do aparelho estatal, desempenhando funções burocráticas, militares, entre outros, sem formação superior.

Deixando os detalhes de como se deu a organização estrutural do Instituto, passa-se à análise do que, segundo alguns autores, seriam as primeiras obras que inaugurariam a historiografia brasileira, dispostas de maneira sistemática. Como nota de esclarecimento, para que não haja dúvidas quanto à importância de tudo o que foi registrado desde os tempos coloniais acerca dos índios, as cartas, os relatos dos primeiros cronistas, assim como as memórias registradas pelos viajantes foram preservados por serem de grande relevância. Isso se deve ao fato de que todos

esses registros serviram de base às grandes obras que dissertavam sobre a História do Brasil como as de von Martius (1845) e Varnhagen (1854/1857). O diferencial estaria em como essas fontes seriam interpretadas por esses autores para compor seu discurso acerca da História nacional que se queria construir.

A produção de diversos trabalhos que versavam sobre História do Brasil, sob o olhar de pesquisadores estrangeiros, teve início logo que ocorreu a transferência da Corte portuguesa para os trópicos, em 1808. Pois desse momento em diante alguns viajantes europeus vieram para o Brasil se juntar aos observadores nativos. “(...) os viajantes diferem também na sua formação cultural, interesses específicos, assim também em preconceitos raciais e nacionais (...) (MESGRAVIS, 2010, p. 49)” e isso, como será visto, também influenciará as futuras publicações.

Carl Friedrich Phillip von Martius foi, entre outras ocupações, um etnólogo alemão e um desses estrangeiros que estudaram o Brasil. A obra de von Martius, vencedora do concurso de dissertações que versavam sobre a História do Brasil, do IHGB, chamada “Como se deve escrever a História do Brasil” apresentou-se como uma espécie de manual aos futuros historiadores, com alguns aspectos significantes para a nacionalidade brasileira (MARTIUS, 1845). Segundo essa obra, a população brasileira seria formada por três raças, imprimindo características muito particulares, uma espécie de mistura do melhor delas para a constituição do que seria a face de brasilidade, diferente das populações européias.

Nesta perspectiva, a confluência do português, do índio e do negro africano como matrizes, daria origem a um novo povo. Sob a liderança do português as três etnias se fundiriam dando origem não só a um novo grupo étnico, mas, mais do que isso, a uma nova estrutura social. Numa visão já muito conhecida dos historiadores da contemporaneidade, von Martius deixava clara as noções eurocêntricas baseadas nas teorias raciais em voga na Europa do século XIX. Numa ideia de hierarquização de “raças” o descobridor, colonizador português, daria as bases morais e físicas para um reino independente (MARTIUS, 1845). O conceito de “raça”, segundo Ortiz (1994), amplamente difundido no século XIX ganhou mais força na época dos nacionalismos, que também encontraria ressonância durante a elaboração da História do Brasil.

No capítulo proposto aos índios e sua História como parte da História do Brasil, von Martius apontava para uma mitificação desses povos criando uma alegoria. Eles eram representados como “as ruínas de um povo antigo”. Nesse sentido, como nada se sabia sobre as relações que se desenvolviam entre os índios, os seus modos de vida deveriam preceder toda e qualquer análise. Porém, tal diagnóstico seria realizado (levado em conta) mais tarde a partir da interação desses com os portugueses.

Nesse capítulo a origem dos índios teria uma explicação divina, sendo resultado de uma criação semelhante a dos animais selvagens, não dotados de ética e moral. “(...) os indígenas seriam exemplos de como o homem poderia se desenvolver sem qualquer influência de Deus, apenas movidos pelos seus instintos (...) (1845, p.385)”. Ainda no que se referia a inferioridade das raças, comparava os índios brasileiros aos outros povos da América dando indícios de que seriam eles (os índios) incapazes de construir monumentos iguais àqueles encontrados no México. Esta distinção, entre os indígenas das ditas “altas culturas” ou “civilizações” e os caçadores, coletores ou horticultores tornou-se frequente nas interpretações sobre as sociedades indígenas produzidas no século XIX (GIBSON, 1999). Alexander Von Humboldt expressa claramente este sentimento, a princípios do século XIX:

“O melhor tipo de índios, entre os quais se poderia supor a existência de um certo grau de cultura intelectual, pereceu em grande parte no começo da conquista espanhola [...] Os nativos remanescentes consistiram então apenas da raça mais indigente [...] e especialmente daqueles refugos do povo.” (HUMBOLDT, *Apud* GIBSON, 1999, p. 270)

Mas foi com os trabalhos de Francisco Adolpho de Varnhagen que se inaugurou o que poderíamos chamar de bases da historiografia brasileira, fruto de pesquisas fortemente alicerçadas em documentação histórica. Esses trabalhos cobririam o período do descobrimento até a independência, estabelecendo uma corrente historiográfica que perduraria até meados da década de 1930. Essa primeira forma de escrever História girava em torno da temática da constituição da nação brasileira. Tratava conta também do papel do Estado numa nação emergente, assim como do homem brasileiro.

É interessante observar no livro *História Geral do Brasil* (VARNHAGEN, 1857)<sup>1</sup> a forma como o índio foi representado e de como sua presença foi negada. Logo de início, Varnhagen afirmava não reconhecer os índios como os verdadeiros brasileiros, ou seja, como parte da nacionalidade em questão. Para justificar a não aceitação do indígena o autor traçou alguns pontos a serem debatidos com o fito de convencer o leitor da época sobre a correção de seus pressupostos. Os pontos de justificativa, digamos assim, iam desde o pertencimento do território até a representação histórica da sociedade do século XIX. No primeiro ponto, Varnhagen descreveu por que os índios não poderiam ser os donos legítimos das terras “descobertas” por Cabral.

De acordo com Varnhagen isso se devia ao fato de considerá-los como não habitantes de vida sedentária, mas que viviam como selvagens perambulando num estado de nomadismo. Essa associação nomadismo/selvagem vem desde os tempos dos gregos antigos e de como eles estruturavam a ideia do outro, de alteridade. A noção de selvagem vinha justamente do não conhecimento da agricultura e por consequência a não fixação habitacional a fim de explorar a terra (WOORTMANN, 1999). Como os diversos grupos indígenas viviam da caça, coleta e pesca em diferentes lugares, isso mais tarde para os portugueses seria posto como um dos argumentos para o não reconhecimento do direito indígena às terras. O segundo ponto apresentado por Varnhagen, abordava o estado de selvageria em que viviam os índios. Com destaque para guerras empreendidas por prazer ou vingança e também para a prática da antropofagia em relação aos seus inimigos.

O ponto seguinte funcionava como uma forma de complementar o anterior. De modo geral trazia considerações acerca do modo de vida dos índios, do estado social em que viviam e se isso “evoluiria”, melhoraria, com a chegada do europeu cristão. De acordo com o autor, nada melhoraria, pelo contrário, até pioraria sem que os dogmas de moralidade fossem impostos pela cristandade.

Para Varnhagen, mesmo com algumas coisas obtidas dos europeus (portugueses) como utensílios, ferramentas ou outro tipo de costume, contudo não seriam o necessário ou suficiente para fazer com que os índios chegassem àquilo

---

<sup>1</sup> A primeira edição é de 1857. Contudo, a segunda edição, de 1877, alcançou maior circulação.

que seria o ideal para se viver (na concepção europeia). Os índios não conheciam a religião e de acordo com o autor “o estado em que se encontravam não mudaria sem influxo externo (p. 45)”.

O quarto ponto dissertava sobre a necessidade do uso da força. Seria possível a redução e o “adestramento” dos indígenas sem o uso dela? Para Varnhagen, sem submeter os indígenas através da força nada seria possível e mais uma vez busca na falta de religião a justificativa para a imposição do cristianismo e de leis morais contidas nele. Ainda nesse sentido para o autor não haveria outro meio de civilizar os índios senão pela força. A noção que se tem é a de que os índios, considerados como crianças pequenas, teriam que ser educados e repreendidos quando necessário para que pudessem ser aceitos na sociedade, mas nesse caso não como cidadãos, e sim, como escravos.

A quinta questão levantada para dar conta do porque os índios não poderiam ser considerados brasileiros dizia respeito a uma questão que remetia ao ponto anterior em que era tratado o uso da força. Houve excessos nos meios empregados para as reduções dos índios? Sim, pois, segundo Varnhagen, quem não cometeria excesso tendo nas mãos tamanho poder?

Em meio aos argumentos apresentados, para o autor os excessos foram exagerados narrados, que chegavam à Europa por meio de cartas e pedidos de que era preciso usar de menos força para com os indígenas. Que era preciso ter um olhar mais atento em relação aos escritores que por aqui estavam (Brasil) e que pertenciam ao clero, pois segundo Varnhagen, “eram demasiadamente favoráveis aos indígenas”.

Além do falso juízo do uso da força, acusado através das cartas, outro fator que poderia ter contribuído para que possivelmente tivessem extrapolado com a violência falava acerca da falta de uma administração com “pulso firme” nas decisões a serem tomadas em relação aos índios. O último ponto dessa série de argumentos referia-se ao fato de que o elemento europeu era o que predominaria e que constituiria a nacionalidade daquela época. Seria junto com esse componente étnico que a História nacional deveria andar.

Nesse período pós-independência do Brasil, em meio a diversos trabalhos onde a figura do indígena não teve espaço, surgiu um movimento paralelo a esse sentimento nacionalista luso nos trópicos: o Romantismo. Esse movimento com fortes influências do Romantismo europeu, através da literatura romântica, veio contrapor também a historiografia produzida pela elite imperial.

Em suma, na Europa o movimento romântico foi um produto da vida e da cultura urbana de um continente sob o impacto das revoluções burguesas, já no Brasil esse movimento apareceu como resposta a uma historiografia até então produzida por sujeitos ligados ao Império, buscando modelos que os ligassem à cultura europeia branca.

Como mencionado, a contextualização é necessária. Vejamos o Romantismo europeu e como suas influências chegaram até o Brasil tomando formas de uma verdadeira lusofobia. A Europa no período que compreende o final do século XVIII e início do século XIX passava por grandes mudanças econômicas e sociais e para se compreender os reflexos desses eventos aqui, do outro lado do Atlântico, na nossa historiografia, uma parada para observá-las seria interessante. Dessas mudanças o que interessa particularmente para esse trabalho é o movimento intelectual chamado Romantismo (MACHADO, 2009)

Esse movimento também teve nuances nas artes, filosofia e política durando por grande parte do século XIX na Europa. Manteve entre as suas várias características uma visão de mundo contrária ao racionalismo e buscou um nacionalismo que viria a consolidar os Estados Nacionais europeus. Se fosse possível fazer certa diferenciação entre os séculos XVIII e XIX, poder-se-ia dizer que o primeiro foi marcado pela busca da objetividade, pelo Iluminismo e pela razão, o segundo estaria marcado pelo contraponto caracterizado no sentimentalismo, subjetividade e emoção.

O Romantismo eclodiu numa Europa, cujo ambiente intelectual era de grande rebeldia. Na política caíam os sistemas de governos despóticos, ainda vinculados ao Antigo Regime, e nascia o liberalismo político. Na esfera social prevalecia o inconformismo referente às artes e o repúdio as regras era a palavra de ordem. A Revolução Francesa foi considerada a soma de todas essas inconformidades, o clímax desse movimento. O movimento romântico no Brasil do século XIX se

caracterizou como um contra movimento. Nesse período que a figura do indígena toma visibilidade na historiografia brasileira.

Gonçalves de Magalhães foi considerado um dos principais responsáveis pela introdução dos temas do romantismo no Brasil ao escrever o poema chamado “A confederação dos Tamoios”<sup>2</sup>, de 1857. Transformou a natureza indígena e o próprio índio em símbolos de independência política e social da nação que recém se emancipara. Fato importante nesse período foi que as concepções de Gonçalves de Magalhães contrapunham as de Varnhagen mostrando que, apesar de ter realizado um bom trabalho acerca da História geral do Brasil, apontou que esse historiador mostrou-se incapaz de fazer uma crítica das fontes consultadas, expondo os índios de forma preconceituosa e caricatural.

Ao escrever “Os indígenas do Brasil perante a História”<sup>3</sup> Gonçalves contrapôs teorias e conceitos valiosos para Varnhagen que eram utilizados nos discursos políticos para justificar ações contrárias aos direitos dos índios; teorias essas que já foram expostas anteriormente, e que diziam respeito aos índios viverem sem religião e Deus, assim como num estado natural e sem organização política.

De acordo com Vânia Moreira (2010) Gonçalves de Magalhães construiu uma perspectiva sobre a História dos índios que divergia em muito da visão de Varnhagen. Com suas análises, constatou que os indígenas viviam com estado social e possuíam agricultura e todos os outros aspectos levantados por Varnhagen como características de uma sociedade civilizada. E mais importante, “(...) defendeu a presença do elemento indígena na História do Brasil, na composição da nacionalidade não como índios, mas como brasileiros (...) (MOREIRA, 2010, p.64)”.

Enquanto o debate sobre o papel do indígena na História do Brasil se desenvolvia entre as posições que ora o negavam, ora o tomavam em conta, nas publicações do IHGB e na literatura de tema romântico, no Rio Grande do Sul também se verificava uma problemática que tangia a questão indígena.

---

<sup>2</sup> Poema épico indianista (1857) obra de grande polemica em razão da visão de Gonçalves de Magalhães acerca do índio que se contrapunha a visão de José de Alencar.

<sup>3</sup> Esta obra foi, entre outras coisas, considerada uma das respostas mais sistematizadas e contundentes aos argumentos expressos na obra de Varnhagen, História Geral do Brazil.

## **1.2 A PROCURA DO GUARANI PRÉ-COLONIAL NA HISTORIOGRAFIA GAÚCHA – ESPAÇOS E DESLOCAMENTOS.**

A História indígena nem sempre teve a devida importância tanto na historiografia nacional como nas historiografias regionais, e isso não é diferente quando referimo-nos à produção gaúcha e como a presença ameríndia se refletiu de forma específica na formação da História do Rio Grande do Sul. O escopo aqui é apresentar algumas notas acerca dos espaços historiográficos no que toca à figura do índio e os motivos pelos quais a presença deste foi apagada em relação de outras Histórias que, de uma forma ou de outra, se apresentaram de mais valia, até mesmo pelo contexto em que foram escritas. E os deslocamentos, ou seja, as mudanças que a historiografia foi apresentando e a maneira como a História que tratava do indígena foi tomando mais espaço, se tornando importante no entendimento das relações socioculturais impressas até hoje. Neste sentido também, é preciso considerar o contexto destas produções e as transformações socioeconômicas transcorridas no Estado.

No início dos anos de 1920 o Rio Grande do Sul passou por uma crise econômica e apresentava um universo cultural bastante restrito a alguns circuitos. Em termos políticos foi implantado um pacote de modernização dos transportes por parte do presidente da província, Borges de Medeiros, que cobrava as dívidas dos criadores de gado, levando muitos deles à falência. Durante esse período, ficaram evidentes as dificuldades pelas quais passava a atividade pastoril sulina.

Pressionados pela concorrência platina, mais tarde, os pecuaristas viram a necessidade do estabelecimento de um frigorífico, como outra via para o desenvolvimento das atividades do setor. Foi criado então o frigorífico Rio-Grandense, com capital exclusivamente gaúcho. A partir da Primeira Guerra Mundial, o frigorífico gaúcho teve grande êxito na exportação de carne para a Europa. Mas essa euforia não durou muito tempo por conta da reorganização dos países europeus envolvidos no conflito, que levou à retração do mercado mundial, ocasionando a quebra do frigorífico, que, mais tarde, foi vendido para uma empresa inglesa, que substituiu o nome passando a se chamar Anglo (KUHN, 2007).

A limitação cultural, referindo-nos, evidentemente, à capital do Estado tal como se apresentava em meados dos anos vinte, era devida ao meio provinciano

em que os intelectuais viviam. Havia grande dificuldade de encontrar livros de autores gaúchos à disposição, assim como contribuições em jornais e revistas mesmo que de pouca visibilidade e um fraco movimento editorial. (GUTFREIND, 1992)

Mesmo com a baixa produção historiográfica durante esse período, a década de 1920 apresentou uma considerável efervescência. Assim como aconteceu em âmbito nacional alguns anos antes com a fundação do IHGB e na busca de uma identidade brasileira, o grande acontecimento que marcou tal momento no Estado foi a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) nos inícios da referida década. Contando com a autorização e o apoio do presidente da província, seus membros trataram nos primeiros meses do funcionamento das bases institucionais e dos estatutos, normas e sócios para logo mais iniciar os primeiros trabalhos na busca de uma História rio-grandense.

No princípio, a orientação definida durante as primeiras reuniões do IHGRS e defendida por alguns sócios era da necessidade de isenção nos trabalhos históricos que se deveriam elaborar. O que na verdade não foi possível, observado que, os anseios pessoais de outros sócios como Aurélio Porto, Souza Docca e Othelo Rosa, por exemplo, se impuseram. Estes estavam imbuídos em localizar a História do Rio Grande do Sul na História Nacional, buscando proximidade da matriz lusa, ou seja, da ideia de nacionalidade, refutando qualquer outro tipo de influência fosse ela platina ou indígena (GUTFREIND, 1992).

Partindo da expressão comtiana, segundo a qual a História seria uma ciência sagrada, com o passar do tempo, entre os sócios do IHGRS, esse sagrado seria violado e a História passaria a servir como espécie de escudo à frente dos esforços de alguns grupos políticos do Estado em galgar um lugar no panorama nacional. Era importante definir uma identidade e, nesse contexto, a figura do indígena não seria interessante na construção de um imaginário político, econômico-social.

Conforme proposto por Ieda Gutfriend, havia uma divisão historiográfica no Rio Grande do Sul e que ainda hoje encontra alguma ressonância. Uma conhecida como matriz lusitana, à qual estavam filiados aqueles sócios do IHGRS que compartilhavam das opiniões de trabalhos carregados de sentido patriótico. Outra denominada matriz platina. "(...) temática indígena deveria ser reintegrada no plasma

coletivo regional (...) (VERGARA, 1960, p.35 *Apud* GUTFREIND, 1992)”, esse fragmento após figurar em discurso numa conferencia no Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, passou a gerar discussões no interior da historiografia sul-riograndense (GUTFREIND, 1992). Três temáticas parecem ter provocado as principais polêmicas entre os autores de distintas matrizes historiográficas. O papel do indígena na História e na formação da sociedade gaúcha; as relações com a região platina, desde o período colonial até a constituição das nações independentes; e a Revolução Farroupilha. Para cada uma delas, apresentava-se argumentos “históricos”, visando singularizar ou aproximar a História regional àquela que vinha sendo construída no centro do país.

Até o momento se percebe que assim como a historiografia sulina foi usada como forma de afirmação política frente a outros Estados, os índios (sua História) por sua vez também o foram. Como ferramenta para distanciar cada vez mais os fantasmas das influências platinas no Rio Grande do Sul, e no intuito de apresentar uma versão de História diluída na História do Brasil, o discurso foi buscar nos primeiros habitantes do sul a filiação à terra, não indo além disso. É importante chamar a atenção para o enfoque dado à História do Rio Grande do Sul, na matriz historiográfica lusa, onde se verificou a exclusão de significativos espaços de tempo, além de não ser dada importância à presença indígena.

A matriz platina, ao contrário do que possa parecer, não se opunha à lusa, somente divergia em alguns aspectos. Historiadores como Alfredo Varela e Manoelito de Ornellas expandiram a construção histórica iniciada pela matriz lusa, mas com um diferencial no discurso, contemplando a influência ou as relações com a área platina (GUTFREIND, 1992). Relações entre o Rio Grande do Sul e a área do Prata, que teriam sido mais estreitas e intensas em épocas passadas reforçavam o discurso do alcance platino. Exemplo disso foi encontrado nas obras de Caio Prado Junior, Spencer Leitman e Richard Slatta (GUTFREIND, 1992) que consideravam que a região mais meridional do Brasil girava mais próximo da órbita castelhana que portuguesa no povoamento onde as semelhanças e contatos eram muitos.

O ponto de divergência que causou as maiores críticas a matriz historiográfica platina foi um tema muito caro àqueles que defendiam a História sulina como parte de uma História nacional: a Revolução Farroupilha. O grupo de pesquisadores da

matriz lusa passou todos os primeiros anos do século XX até meados de 1925-30 construindo uma identidade portuguesa e brasileira para o movimento de 1835, onde o sentimento ideológico era o de nacionalismo.

Ao contrário disso, a matriz platina, admitindo esse patriotismo gaúcho em relação ao Brasil, julgava ter a Revolução um caráter separatista. De acordo com Varella (1935) escrevendo acerca da História do Rio Grande do Sul, até a década de 70 do século XIX, os contatos entre o RS e a região platina foram intensos. Havia um número expressivo de brasileiros vivendo por lá e o desenvolvimento pecuário e o comércio eram alguns dos fatores que aproximavam o Rio Grande do Sul dos países platinos, em especial Argentina e Uruguai, distanciando-o do processo luso-brasileiro. Em resumo, para essa discussão não fugir dos propósitos iniciais desse trabalho, o que estava em disputa eram as concepções políticas e a História foi utilizada como dispositivo para tal.

Passado esse período inicial de discussões no âmbito do IHGRS, a historiografia seguiu seu rumo. Nesse percurso houve diversas publicações com vários enfoques acerca do RS. Ao longo da análise dos diferentes livros buscar-se-á o que de efetivo se tratou acerca da História indígena enquanto componente da estrutura social e da História gaúcha. Para tanto, serão revistas algumas obras de diferentes autores com orientações historiográficas claras e concepções de se produzir a História do Rio Grande do Sul.

A *História do Rio grande do Sul: período colonial*, escrita por Guilhermino César (1970), tratou da representação do indígena quando iniciou suas considerações quanto a formação do homem rio-grandense. Embora o capítulo II do seu livro trouxe referências de outros grupos que tiveram participação nesse processo como os portugueses, espanhóis, alemães e italianos, para essa análise não serão necessários.

Guilhermino César abriu o referido capítulo com um subtítulo chamado *O aborígene: divisão e localização das tribos*, demarcando o espaço historiográfico destinado a esses grupos. Logo foram apresentadas as dificuldades que os pesquisadores das culturas pré-colombianas enfrentaram para realizar os seus trabalhos como a classificação dos grupos indígenas, por exemplo. Essa dificuldade deu-se, segundo o autor, se tratando de Brasil com os Tupi-guarani, “pelas

migrações, mobilidades sociais e culturais, e devido ao grande trânsito intertribal muitas características dos Tupis foram perdidas e outras absorvidas como a língua, cultura material e espiritual (1970, p. 18)".

Para esse autor, o Rio Grande do Sul, do ponto de vista linguístico, os aborígenes pertenciam à família Tupi-guarani. Também as tribos desse grande tronco se fizeram conhecidas por mais de um nome. Do ponto de vista histórico, Guilhermino Cesar considerava a família Tupi-guarani como portadora de uma cultura primitiva que influía na sociedade colonial. Mesmo reconhecendo essa influência, com a seguinte afirmação: "(...) quanto mais nos afastamos do período colonial, mais esgareada e tênue se vai tornando a herança do aborígene a ponto de modernamente mal a suspeitarmos (...) (p.19)", Guilhermino Cesar percebeu que essa presença não foi forte o bastante para suportar o impacto de uma outra cultura como a europeia.

Foi apresentada a preocupação de que foi a partir influência indígena que se formaram as bases sem as quais não teria surgido o gaúcho. Um exemplo desse alargamento temporal e o esquecimento de uma influência do passado indígena, segundo o autor, seriam as boleadeiras que antes serviam para as lides com o gado e que agora não passam de adornos/enfeites de uma "memória heroica".

Os índios foram apresentados segundo critérios geográficos conforme as zonas ocupadas no território do Rio Grande do Sul. Logo a seguir, foi proposto um quadro de famílias e os locais onde habitavam e, para isso, Guilhermino César nominou vários pesquisadores, entre eles Historiadores como Capistrano de Abreu e antropólogos como Artur Ramos, que tiveram suas obras consultadas, assim como a maneira de cada um fazer suas distinções do índio rio-grandense e as regiões de influência.

Por outro lado era assegurado que, quaisquer que fossem as zonas de ocupação indígena no passado, poucas foram as tribos que deixaram marcas no processo histórico. Ora por terem se misturado com o colono, ora por terem a sua cultura absorvida. Já para os grupos com os quais os portugueses e espanhóis estabeleceram contatos, ao contrário das populações pré-coloniais, a opinião era outra. Conforme assinalava César, os guarani missionários participaram largamente do processo histórico rio-grandense; "(...) foram os primeiros a ter aldeias

permanentes, os *pueblos* organizados pelos jesuítas no oeste do nosso território com área de domínio até a Lagoa dos Patos (...) (1970, p. 23)”.

Para Guilhermino Cesar, a partir de pesquisas apoiadas nas considerações de Saint Hilaire, na miscigenação desses povos indígenas com os brancos até o século XIX, o índio missioneiro teve papel saliente. As missões teriam sido um grande contingente de guerreiros contra as forças portuguesas. Ainda nesse sentido, outros grupos indígenas envolvidos nesse processo de miscigenação/formação do homem gaúcho foram os charruas e minuanos, que eram tidos como indígenas em constantes atritos culturais com os primeiros colonos na Barra do Rio Grande, onde se iniciou a colonização lusa.

O autor também traçou a cultura material dos charruas como um aspecto importante que contribuiu na criação do gaúcho primitivo. Esses índios não cultivavam a terra e no início da colonização portuguesa viviam em toldos de couro, assavam carne em brasa espetada em paus. Dos minuanos, em meados do século XVIII, ficou a cultura do uso do poncho, xiripá e chimarrão para citar alguns exemplos.

Assim, Guilhermino César terminou a sua análise registrando que os demais grupos indígenas ou tribos, não se fizeram notar por hábitos, costumes ou outras coisas tão peculiares quanto aqueles descritos anteriormente, mas, entretanto, de alguma forma se opuseram à fixação dos colonos alemães e italianos em algumas zonas da encosta de serra. Nesse trecho final, o autor se referia aos índios do tronco linguístico Jê.

Na *História do Rio Grande do Sul*, de Moacyr Flores (1990), entre outros aspectos relevantes que esse historiador trouxe no prefácio, um deles era em relação ao pensamento histórico que, segundo ele, se modificava com o passar do tempo. Cada geração se considerava dona da verdade em concordância com as ideias do seu tempo; da memória coletiva que se diferia das demais. No caso do Rio Grande do Sul, da sua História, pelos seus elementos culturais terem sido moldados durante sua formação, Flores fez uma homenagem a dois historiadores que ele considerava de grande importância para a historiografia gaúcha. A saber: Dante de Laytano e João José Planella.

Seguido de um breve histórico de vida de cada pesquisador, Moacyr Flores, apresentou como foi concebido o livro, que nada mais era do que um compêndio das aulas de História Regional ministradas por ele na Pontifícia Universidade Católica e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Logo, quando se encaminhava para as frases finais, esse autor mostrou de onde suas considerações partiriam para escrever a História do Rio Grande: “(...) trazer os acontecimentos em ordem cronológica do extremo sul do Brasil, que facilite a compreensão desde a ocupação indígena até os nossos dias (...)”<sup>4</sup>.

Percebe-se, nesse sentido, que a ocupação indígena ou a consideração da presença indígena como a base da estrutura histórica que Moacyr Flores pretendeu trabalhar na História do RS foi um indicativo de relevância desses. Isso se tornou um elemento importante, pois na maioria das obras produzidas até os anos 80, nem ao menos no prefácio os índios eram considerados como ponto de partida, excluindo-os do restante do texto, dando a aparente ideia de uma não continuidade histórica.

Foi importante perceber na obra de Moacyr Flores a proposta de escrever a partir dos primeiros habitantes do RS, ao mesmo tempo foi perfeitamente compreensível, e a certo ponto desanimador observar a condensação de uma vasta História indígena meridional (índios pré-históricos e históricos) em não mais do que algumas folhas. O capítulo destinado aos índios na História do Rio Grande do Sul foi chamado de “Os habitantes primitivos”. Nesse texto foram expostos os grupos que povoaram as terras sulinas antes da ocupação europeia.

A perspectiva de análise desses grupos (Jê, Pampeanos e Guarani) é pré-histórica, onde o autor fez uma descrição dos modos de vida, organização familiar entre outros aspectos. Observa-se que temos a presença do índio guarani pré-histórico na narrativa de Flores, para mais tarde, dar conta também do guarani histórico<sup>5</sup>, conforme se verá. Para o autor os guarani pós-contato desapareceram lentamente do Rio Grande do Sul, seja pelas Bandeiras paulistas, escravidão ou

---

<sup>4</sup> Extraído do Prefácio do livro: FLORES, Moacyr. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

<sup>5</sup> O termo guarani histórico refere-se aqueles que tiveram contato com europeus e foram objeto de registros escritos por parte destes.

mestiçagem. Acredita-se que o uso do termo “desapareceram” não seria totalmente aplicável para esse caso, como se tentará explicar.

O termo entre aspas remeteu ao trabalho de conclusão de curso apresentado no final de 2009. Quando dissertou-se acerca dos guaranis no Estado também foi feito uso da palavra “desapareceram” que logo foi corrigido pela orientação a partir do seguinte questionamento: *Se “desapareceram”, como percebemos a presença deles ao longo das estradas e nos centros das cidades nas quais estão vendendo seu artesanato?* A partir daí é possível pensar que de forma alguma “sumiram”, mas que foram postos à margem da História por um ou outro motivo. Acredita-se que o termo poderia ser substituído por outra expressão que não tivesse a noção de fim absoluto. O que daria uma noção mais clara do processo pelo qual passaram os grupos indígenas.

Ao fim dessa primeira parte que Moacir Flores dedicou aos habitantes primitivos, esse autor também reconheceu uma aproximação dos espanhóis com os guarani. Essa relação se dava porque estes últimos forneciam suporte militar (contingente humano) e também eram inimigos de outros grupos indígenas. Por último Flores completa apontando que pela economia guarani ser principalmente agrícola, isto teria facilitado a redução e evangelização por parte dos missionários jesuítas.

Na *História do Rio Grande do Sul* escrita por Antonio Augusto Fagundes (1997), folclorista conhecido, dedicado à divulgação dos costumes gaúchos, num rápido passar de olhos pode parecer que a presença indígena não seria reconhecido como elemento participante da construção histórica e social do RS. Sua obra não conta com um prefácio. Ao contrário, como apresentação nas primeiras páginas há um pequeno histórico de sua vida, com a formação acadêmica e profissional.

Teoricamente, na obra de Fagundes houve vários momentos em que a História indígena poderia ser representada. No trecho onde o autor discute acerca do homem gaúcho possivelmente poderia ser um. Nas descrições Fagundes passou boa parte pontuando características do homem do sul, que se diferiam dos outros homens brasileiros pelo amor às tradições, patriotismo, pelo montar a cavalo e o trabalho livre nos campos do pampa. E ainda sobre o homem gaúcho, Antonio

Augusto Fagundes deu grande ênfase ao gaúcho sobre seu cavalo conferindo-o valentia, liberdade e virilidade.

Sua narrativa foi se desenvolvendo de maneira generalizante para que nesse capítulo pudesse ser dada atenção à maioria das parciaisidades imigrantes que nas palavras do autor “ajudaram a desenvolver o Rio Grande do Sul, fazendo-o cada vez melhor (1997, p. 11)”. E a presença indígena? Onde se encontraria em meio a toda essa narrativa histórica? Num breve fragmento Fagundes apontou que “antes do gaúcho, viviam aqui os índios (1997, p. 11)”. Por se tratar de uma pequena frase dentro de uma pesquisa de fôlego, talvez o leitor possa pensar que nada deixaram de contribuição para a formação do RS e sua população.

Os índios do Rio Grande do Sul surgiram na obra logo após a descrição dos Jesuítas e os conflitos entre as Coroas portuguesa e espanhola, com o capítulo intitulado *Índios do Rio Grande do Sul*. As informações sobre os índios gaúchos, para o autor, são confusas, de maneira que só chegaram até nós pelos relatos dos primeiros cronistas. A ocupação pré-histórica do Rio Grande surgiu através dos sambaquis, cerritos e as jazidas arqueológicas de Cima da Serra, das quais Eurico Müller reuniu a cultura material remanescente para logo mais ser organizado o Museu Arqueológico do Estado, com sede em Taquara.

A ocupação do norte e nordeste do Estado, segundo esse autor, estava sob domínio dos índios Gês<sup>6</sup>, ramo sul dos tapuias<sup>7</sup>. Descreveu o autor que os parentes mais próximos desses eram os Carijós, ou Patos de Santa Catarina. Crê-se que algum pesquisador já tenha observado esse pequeno equívoco em “aparentar” dois grupos indígenas tão diferentes quanto à língua, por exemplo, sendo que ambos fazem parte de troncos diferentes. A denominação tapuia foi dada pelos guaranis a

---

<sup>6</sup> Já no começo do século XX, os antropólogos passaram a rejeitar o nome "tapuia" e adotaram a denominação de "gês" para este outro grupo de famílias linguísticas. Com a reforma ortográfica, para diferenciar-se do nome da letra G, a palavra "gê" foi grafada desde então como "jê". [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tronco\\_j%C3%AA](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tronco_j%C3%AA)

<sup>7</sup> Há diversos entendimentos das origens do termo, mas em geral observa-se que seria de procedência tupi e teria significado semelhante a "forasteiro", "bárbaro", "aquele que não fala nossa língua", "inimigo". O termo Tapuio não é expressão designativa de uma etnia. É tão somente “Um vocábulo de origem tupi, corruptela de tapuy-ú – o gênio bárbaro come, onde vive o gentio. (...) É um dos termos de significação mais diversificada no Brasil. No Brasil pré-cabraliano assim chamavam os tupis aos gentios inimigos, que, em geral, viviam no interior, na Tapuira ou Tapuiretama – a região dos bárbaros ou dos tapuias (FEMENICK, 2007)”.

esses índios de linguagem diferente, significando “inimigo”. Os Carijós fazem parte de grupos falantes do tronco linguístico Tupi-guarani que habitavam, ao tempo do descobrimento, o litoral de Santa Catarina até a Laguna dos Patos.

Há ainda a descrição de alguns grupos indígenas contemporâneos aos guarani como os caaguaras, dos quais os padres jesuítas não puderam descrever o seu idioma por esses se comunicarem através de “uivos e assovios”. Escravizados por outros índios, foram arrasados pelas investidas bandeirantes. Nesse recorte inicial, o autor procurou localizar as áreas de influência dos diferentes grupos indígenas no Rio Grande do Sul.

Para Fagundes (1997) os elementos constitutivos do rio-grandense, tais como a resistência física e amor a terra, seriam um terreno pernicioso deixado a poesia. A existência de nomes de regiões de língua guarani onde esses índios nunca estiveram, segundo o autor, pode ser explicada “pelo fato de que os bandeirantes falavam com desenvoltura o tupi e o guarani (p. 46)”. Como contribuição de fato ficou o mate, o churrasco, o pala, o chiripa, lendas e mitos.

Um ponto importante de se discutir foi como Fagundes representou o índio guarani. Ao longo desse capítulo percebeu-se que antes do contato com os jesuítas, principalmente, esse grupo era reconhecido como tal. Mas, logo adiante a partir do momento que se descreveu a participação dos guarani na formação do homem do sul, essa identidade étnica, ou seja, ser guarani, desapareceu, sendo tratados somente como missioneiros. Nem mesmo a denominação guarani-missioneiro foi aplicada.

Vejamos exemplos:

“(...) Os **missioneiros** teciam porque o padre trouxe o tear para as Missões. A índia **missioneira** tinha às vezes, dois “tipoy”, usando um, de linho branco, bem limpo, sobre o outro, em dias de festa. O padre promovia grandes festas religiosas com processão, canto, música, dança e encenações dramáticas. Muito tempo depois da expulsão dos jesuítas, os dispersos **missioneiros** ainda encenavam, com masoquista exagero, a procissão da Paixão, no Alegrete (...) (p.46)” (Grifos meus)

“(...) O **missioneiro** desguaritou-se com a expulsão do jesuíta e desapareceu nas brumas do tempo (...) (p.47)”. (Grifo meu)

Não apenas historiadores trataram sobre História do Rio Grande do Sul. A obra intitulada *Antecedentes indígenas – Pré História compacta do Rio Grande do Sul* (SOARES e KLAMT, 2005) chama atenção pelo fato de seus idealizadores terem formação em Arqueologia. Sérgio C. Klamt é graduado e pós-graduado em Matemática e, em 1996, migrou para os debates arqueológicos obtendo o título de mestre e doutor (2005) em Arqueologia. Assim como Clifford Geertz, graduado em filosofia e inglês trouxe novas formas de interpretação à Antropologia, acredito que Sergio Klamt, com seus trabalhos acerca de Pré-História de cidades como Venâncio Aires e Rio Pardo, contribuiu para melhor compreensão do sistema de ocupação tupi-guarani no Estado. André Soares é graduado em História e possui mestrado e doutorado em Arqueologia, sendo autor de diversos trabalhos acerca da Arqueologia no Rio Grande do Sul e dos guarani em particular.

O trabalho fez um apanhado geral das ocupações pré-coloniais que existiram no Rio Grande do Sul. Discutiu pontos como por que estudar Pré-História? Desfazendo mitos para falar de Pré-História, que a principio parecem básicos, mas que, para o leitor leigo, tornam-se importantes para a compreensão do processo de ocupação territorial e dispersão desses povos antigos. Os autores trataram ainda de desfazer a tradicional separação entre Pré-História e Arqueologia, as quais são em muitas ocasiões tratadas como sinônimos.

Inicialmente foi apresentada a importância de não se confundir Pré-História com Arqueologia. Os autores mostraram que Pré-História foi um termo adotado no Brasil para definir o período em que as sociedades não dominavam a escrita. Porém, existiram sociedades na América que possuíam escrita, mas que ainda se desconhece a sua tradução, e mesmo assim foram enquadradas na categoria pré-histórica. Segundo eles, então “o termo (Pré-História) perdeu o sentido, pois a História trataria de toda a jornada do homem ao longo de sua existência (2005, p. 15)”. E a Arqueologia trataria do estudo das sociedades através da cultura material.

Por se tratar de um livro de Arqueologia, o trabalho de Soares e Klamt, de forma cronológica, apresentou em seus capítulos finais os índios guarani, ou conforme a literatura arqueológica, a Tradição<sup>8</sup> Guarani. Nesse item os autores fizeram um histórico da origem desses povos e de seus modos de organização social e política. Por se tratar de um empreendimento que se destinava a apresentar os antecedentes indígenas de forma compacta, o livro se limitou a descrever as zonas de influência, não pontuando, por exemplo, trabalhos específicos e nomes de cidades que se tenha ciência de uma ocupação pré-colonial guarani.

O trabalho de Soares e Klamt suscitou algumas rápidas considerações acerca das fronteiras entre História e Arqueologia. De compreender por que historiadores não costumam pensar em Pré-História. Melhor dizendo, na pesquisa de populações pré-coloniais, quando se aventuram em discorrer sobre História do Rio Grande, ou também para as Histórias locais, partindo do pressuposto que “(...) História como trajetória humana, existiria muito antes da escrita (...) (SOARES E KLAMT, 2005, p. 16)”.

Mesmo hoje com inúmeros debates acerca dos campos de pesquisas entre as duas disciplinas (História e Arqueologia), encontramos aqueles que acreditam ser a Arqueologia uma ciência subordinada, ou mesmo complementar da História. De acordo com Vitor de Oliveira Jorge (1990), pesquisador da Universidade do Porto, isso se justifica por algumas razões. O estudo dos tempos pré-históricos, para os quais não existem documentos escritos, a Arqueologia seria uma ferramenta. Também a Arqueologia teria um sentido de completar a História que se faz a partir dos documentos escritos, onde esses costumam ser omissos ou então pequenos feitos que não são dignos de figurar nos anais que o passado os legou (JORGE, 1990, p. 367).

Em uma rápida reflexão, Arqueologia seria um modo, um saber alternativo ao da História tradicionalmente considerada. Uma forma própria de apreender o mundo,

---

<sup>8</sup> Dispondo apenas de dados da cultura material, como fragmentos de cerâmica, pontas de flechas, artefatos líticos, os arqueólogos estabeleceram, desde o século XIX, as chamadas Tradições Arqueológicas, estas consistiriam em, “Grupos de elementos ou técnicas, com persistência temporal. Uma seqüência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo uns dos outros, e formando uma continuidade cronológica.” (SOUZA, 1997).

das relações do homem com a realidade que o rodeia e da qual ele faz parte. Conforme o autor:

“(...) um ser humano é também objeto para outros seres (...) Esta é perspectiva que permite superar a oposição de secundarismo da Arqueologia, integrando-a como saber de corpo inteiro do domínio das ciências do homem (...) ela é incontestavelmente uma ciência humana e também História (...) (JORGE, 1990, p. 369)”

Mais do que apontar as fronteiras disciplinares entre História e Arqueologia é preciso antes de qualquer coisa aceitar que, mesmo com objetos de pesquisa diferentes, ambas convergem para uma mesma direção. Acredita-se que a Arqueologia veio para provocar os Historiadores a repensar suas pesquisas, levando-os a sair de suas zonas de conforto, das pesquisas puramente documentais, lançando vistas a outras formas de se apreender o passado.

“(...) Num mundo em rápida mudança, a plasticidade dos saberes, a sua rápida adaptabilidade a um meio que provoque constantemente desafios inéditos e, como tal, novos reagrupamentos de conceitos, técnicas e métodos para lhes fazer face, é sem dúvida a estratégia mais útil. A Arqueologia e a sua velha companheira, a História, não são de certo exceção a tal realidade (JORGE, 1990, p. 372)”.

Ainda sobre a cultura guarani que representa um interesse particular para este trabalho, não se poderia deixar de referenciar os estudos de Bartolomeu Melià. Diversas lacunas que estes poderiam ser preenchidas a partir de suas considerações pelas historiografia. É evidente a grande produção de trabalhos específicos sobre guarani, mas que de certa forma, às vezes, ficam de lado por se tratarem de estudos de pesquisadores de outras áreas que não a História.

Em seus estudos datados da década 1980, Bartolomeu Melià declarava que “cada época descobre seus próprios Guarani” (1987, p.20). Nesta bibliografia etnológica sobre os Guarani, Melià apontava também as várias possibilidades de discussões sobre estes povos, englobando a ampla gama de textos publicados, desde os primeiros europeus, até a antropologia etnológica enquanto instituição acadêmica. De acordo com Schaden:

“A bibliografia relativa aos Guarani, no seu estado atual, é simplesmente enorme, pelo menos em termos quantitativos. De todos os povos do tronco Tupi e, mais especificamente, de todos aqueles que fazem parte da família lingüística Tupi-Guarani, foram os Guarani os que suscitaram maior numero de estudos e referencias bibliográficas” (*apud* Melià, 1987, p.17).

Melià dividiu a bibliografia etnológica Guarani em cinco partes, a partir de análises de diferentes tipos de documentos. Em primeiro, salienta uma “etnologia da conquista”, que apresenta aspectos fundamentais do “modo de ser” Guarani. Para ele, esse período contou com dois autores importantes: Ulrich Schmidl (1567) e Alvares Núñez Cabeza de Vaca.

A etnologia de conquista também propiciou algum conhecimento sobre certas características dos Guarani, como características físicas (baixo, encorpado e forte), adornos (enfeitado com *tembetá*, corpo pintado), alimentação e modos de subsistência (abundante produção agrícola de milho, mandioca, abobora e batatas), antropofagia, relatos sobre a organização social, formas de aldeias e demografia (1987, p.23).

Em segundo lugar, a “etnologia missionária”, foi dividida entre trabalhos de clérigos e franciscanos, de um lado, e jesuítas, de outro. Com interesse específico em converter os índios, os principais nomes ligados a estes trabalhos etnológicos foram Francisco de Andrada (1545), os clérigos Martín Gonzales (1556), Domingo Martinez (1556) e Martin Barco de Centenera (1602). Missionários franciscanos, como frei Luiz Bolaños, desenvolveram grande atividade a partir de 1575 (Melià, 1987, p. 24).

Foi grande a contribuição jesuítica aos relatos sobre povos indígenas. Baseados em cartas, relatórios, crônicas, Histórias e trabalhos lingüísticos, os jesuítas apresentaram diferentes aspectos do modo de ser Guarani. Para o período jesuítico, Melià apontou como principais contribuintes Alonso Barzanna (1594), Marciel Lorenzana, Roque Gonzales de Santa Cruz e Antonio Ruiz de Montoya (1639-1640). Os principais dados apresentados nestes escritos referiam-se a demografia, poligamia, parentesco, organização social, formas de chefia e sistema religioso (Melià, 1987, p. 27).

Em terceiro, Melià assinalou que a “etnologia dos viajantes”, fora composta por escritos de demarcadores e de viajantes propriamente ditos. Com relação aos primeiros, trataram-se de contribuições incidentais à etnologia, surgidas a partir de fenômenos históricos de demarcação dos limites entre os domínios de Espanha e Portugal. Para esse tipo de contribuição etnológica, Melià assinalou os escritos de Félix de Azara (1746-1821) como os mais significativos.

Quanto aos viajantes do século XIX, Johann Rudolph Rengger, percorrendo as terras paraguaias, fez importantes anotações de algumas tribos que encontrou, referindo-se ao aspecto físico de homens e mulheres, vestimentas e ornamentação, comportamento, habitação, cultura material e modo de preparar a *chicha* (1987, p. 31). Ainda nessa categoria de escritos, menção foi feita ao botânico Auguste de Saint-Hilaire (1821), Alcides d'Orbigny (1839), Alfredo Demersay (1860), Juan Bautista Ambrosetti, entre outros (1839).

A quarta divisão de pesquisas ressaltada por Melià referia-se à “etnologia antropológica”. Para o autor, “considerava-se antropólogo guarani aquele cujo objeto formal, explícito e principal era a descrição do homem e da sociedade guarani, análise dos dados e talvez a proposta de hipóteses e teorias explicativas desse modo de ser e dessa cultura (1987, p. 34)”.

Esta categoria foi composta por trabalhos de autores como Kurt Nimuendajú e León Cadogan, considerados por muitos pesquisadores, como cruciais para a compreensão do universo guarani. Nimuendajú, em seu famoso escrito “As lendas da criação e de destruição do mundo entre os Apapocúava – Guarani”, publicado em 1914, conseguiu atingir, segundo Melià, “o núcleo da vida Guarani”. – a religião – e o transmitiu com uma fidelidade e honestidade extraordinárias (1987, p. 35)”. Muitas das suas hipóteses, como a da migração guarani movida por causas religiosas, são aceitas atualmente por vários pesquisadores. Já os trabalhos de Cadogan, que aparecem a partir de 1946, seguiam uma linha engajada, na qual o conhecimento da cultura e do modo de ser Guarani foi utilizado a serviço da causa indígena, apresentando propostas para uma política indigenista mais humana (Melià 1987, p. 41). Outro nome que deve ser mencionado na ampla gama de trabalhos antropológicos foi de Alfred Metraux. Abordando temas como messianismo e mitologia, Metraux publicou, em 1948, artigos reservados aos Guarani e aos Tupinambás no *Handbook of South American Indians*, editado por Julian Steward.

De certa forma, os Guarani passaram a ser tema acadêmico com os trabalhos de Egon Schaden. Apesar de seu itinerário puramente acadêmico, em contraponto a Nimuendajú e Cadogan, Schaden participava de mesma escola dos outros dois pesquisadores, tornando esta união de ideias uma “consustancial afinidade no modo de ser, sentir e expressar o fundamental da cultura Guarani (1954)”, é ainda

hoje um referencial para os pesquisadores que procuram uma obra completa sobre os grupos, Mbyá, Kayová e Nāndeva.

A quinta e última divisão assinalada por Bartolomeu Melià, a “etnologia etnohistórica”, apresentava alguns dos principais autores que lidavam com documentos textuais existentes sobre Guarani, bem como introduzia a Arqueologia como um dos vários olhares possíveis sobre estes povos. A pesquisa arqueológica mais sistemática referente aos Guarani se deu apenas no fim do século XIX. Melià dividiu tais pesquisas por áreas, mas, muitas vezes, eram identificadas também pelo nome de pesquisadores: as jazidas do Alto Paraná, cujos trabalhos de fim de século XIX e início de XX foram feitos por autores como Burmeister (1871; 1899), Lista (1833), Ambrosetti (1894; 1895), entre outros. Já o Baixo Paraná e o seu delta foram estudados por pesquisadores como L. M. Torres (1903, 1907, 1911) e S. K. Lathrap (1931).

De acordo com Melià, até os anos 1950, a Arqueologia Guarani realizada no Brasil não foi muito desenvolvida. Os trabalhos de Ihering (1895; 1904), Barbedo (1902; 1952), Ulrich (1906), Tibiriçá (1935; 1939), entre outros, seguiram estudando os achados inseridos na designação “Tupiguarani”. Após este período, a Arqueologia Guarani aumentou consideravelmente o número de suas pesquisas, sobretudo sob orientação dos arqueólogos do Instituto Anchietano de Pesquisas, de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Dentre os seus principais pesquisadores estão J. A. Rohr (1966; 1969), Padre Inácio Schmitz (com grande número de publicações), G. Naue (1968). Do ponto de vista arqueológico, a pesquisa de José Proenza Brochado foi, segundo Melià, a mais completa sobre as migrações Guarani.

Em obra do ano de 2004, Melià fez referência a produção textual sobre os guarani, realizada por cronistas, religiosos ou não, que acabaram contribuindo para uma visão sobre estes indígenas até os tempos atuais (MELIÀ, 2004). Neste trabalho, utilizou a expressão “Guarani de papel”. Sobre este termo, em artigo publicado no Paraguai na revista “*Acción*”, em 1997, a pesquisadora Maria Cristina dos Santos, primeira autora a cunhar a expressão, fez uma análise da quantidade e variedade da produção de trabalhos acadêmicos sobre os guarani no Brasil. De acordo com essa autora, a temática indígena nos trabalhos acadêmicos foi analisada a partir dos resultados das defesas realizadas no Programa de Pós Graduação em

História da PUC-RS, com determinado recorte temporal que cobriu os anos de 1990-1997, gerando a expressão do “guarani de papel”.

O estudo apontou para, dentre outros elementos, o período de maior produção acadêmica em torno da questão indígena na década de 1990. Embora esse fato do “guarani de papel” ser datado, não se tornou estanque. Talvez esse crescimento seja atribuído, conforme Santos, a ampliação institucional que envolvia esse tema. E aqui a autora trouxe concepções desse espaço institucional mais amplo na tentativa de buscar preencher “uma inequívoca lógica da falta (2009, p. 293)”, justificando o interesse pela temática. “(...) a falta de grandes coleções de cultura material, ou a falta de um acervo de consulta obrigatória, ou ainda, a falta de uma formação antropológica que capacitasse os alunos para enfrentarem os guarani de verdade (...) (2009, p. 293)”.

A historiografia gaúcha relativa aos povos indígenas vem dando sinais de mudanças consideráveis. Assim, as interpretações sobre a História indígena em geral, e dos guarani em particular, têm recebido um tratamento distinto daqueles esboçados até aqui. Desta forma, alguns autores trataram de aprofundar os estudos acerca dos guarani e seu processo de inserção ao mundo colonial através das missões jesuíticas e da Aldeia dos Anjos, sendo esta última de particular interesse para este trabalho. Destaca-se os trabalhos de Paulo Langer (1997) e Fábio Kuhn (2004), o primeiro com uma produção específica sobre a Aldeia dos Anjos, e o segundo com referências a esta em uma História geral do Rio Grande do Sul.

Em livro específico sobre guarani-missionário, Paulo Langer (1997) apresentou questões acerca dos projetos civilizatórios e as faces de identidade étnica, em um recorte temporal que iria de 1750 até 1798. Na introdução de seu trabalho, pode-se perceber através de um breve relato acerca dos povos do continente americano que, de forma gradativa, foram submetidos pelos colonizadores ibéricos a sucessivos projetos civilizatórios, visando uma cooptação espiritual, econômica e cultural ao universo luso. O autor pretendeu buscar as transformações da identidade étnica de uma parcela da população ameríndia que a partir dos séculos XVII, XVIII e inícios do XX se defrontou com diferentes paradigmas civilizacionais. Essa parcialidade a qual Langer se referia eram os guarani, que por um período de mais de cento e cinquenta anos foram alvo de

missões religiosas, políticas pombalinas e, por último, da administração da aristocracia sulina.

É nesse universo que a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos foi fundada a partir da transmigração de algumas famílias guarani oriundas das missões jesuíticas, no contexto da chamada *guerra guaranítica*. É importante salientar que ainda na introdução ao livro o autor explica o conceito de guarani-missionário aplicado para referir-se àquele grupo guarani reduzido, conforme Langer, esse grupo indígena constituiu um *modus vivendi* e uma identidade peculiar (1997, p. 11)". Ainda de acordo com o autor o uso desse conceito "parte do pressuposto de que a experiência jesuítico-missionária transcendeu o limite cronológico de missionação (1997, p. 12)". Sendo assim "nem a diáspora da população dos Sete Povos e o contato com a sociedade colonizadora foi capaz de erradicar a auto identificação desse grupo com a experiência jesuítica (1997, p. 12)".

Esse fator de elucidação de conceitos é importante, pois desfaz vários entendimentos possíveis acerca da identidade guarani ter se perdido com o processo civilizatório, como observamos na obra de Antonio Augusto Fagundes onde uma pausa para explicar o uso do termo, no caso, "missionário" foi necessária.

No trabalho de Langer, os guarani da Aldeia dos Anjos (atual Gravataí) apareceram descritos dentro do processo de implantação do Diretório<sup>9</sup> dos Índios no Rio Grande de São Pedro. A aplicação dessas políticas foi lenta e gradual porque para Langer "era necessário substituir a pedagogia jesuítica e desdobrar o Diretório numa legislação similar, direcionando especificamente aos guarani-missionários do Rio Grande de São Pedro (2007, p. 145)".

Na Aldeia dos Anjos seriam depositadas as expectativas dos possíveis resultados que a implantação do Diretório deveria surtir. Pela proximidade com a

---

<sup>9</sup> O Diretório dos Índios foi uma lei editada em 1755 por D. José I, rei de Portugal, através de seu ministro, o Marquês de Pombal, que dispunha sobre os aldeamentos indígenas do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em 1758 um Alvará estendeu estas medidas para o Estado do Brasil. Este diretório extinguiu o trabalho missionário dos religiosos nos aldeamentos, elevando estes à condição de vilas ou aldeias, administradas por um diretor. Este Diretório assegura a liberdade aos índios. Cada vila ou aldeia deveria ter uma escola, com um mestre para os meninos e outro para as meninas, sendo proibido o uso de outro idioma que não o português. Os indígenas deveriam ter sobrenome português. A nudez foi proibida, bem como as habitações coletivas. A mestiçagem foi estimulada (FLEXOR, 2001).

sede do governo provincial, e o grande numero de índios, comparado a outras aldeias, fez com que esse aldeamento fosse eleito como exemplo dos esforços em aplicar o sistema civilizatório indígena.

Diversas foram as *Instruções* e *Ordens* para organizar a Aldeia dos Anjos com o objetivo final de civilizar de uma vez seus índios guarani. As trocas de governo puderam ser também adicionadas a esse lento processo civilizador. Em 1773 José Marcelino de Figueiredo retorna ao governo dessa vez mais obstinado em civilizar o guarani da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos (LANGER, 2007), visto que, o seu antecessor em nada havia avançado. No seu segundo mandato, José Marcelino, empreendeu algumas reformas físicas e humanas com o objetivo de potencializar a absorção do indígena à sociedade lusa. Criou, por exemplo, um caixa para organizar os gastos nos diversos setores da vila.

Na educação, conforme Langer, seu trabalho foi “arrojado, inovador e fundamental (p. 160)”, pois exatamente através da criação de duas escolas foi que se iniciou a civilização propriamente dita. Langer apontou para as prescrições escolares, escritas pelo próprio Marcelino, como por exemplo, a substituição do idioma guarani pelo português, o cumprimento dos preceitos religiosos e a assimilação dos padrões de comportamento da sociedade luso-brasileira (p.160). Regras similares foram utilizadas para a escola de meninas indígenas. Ali eram preparadas para as lides domésticas e aos doze anos estavam aptas a contrair matrimônio. Conforme Langer, o governador provincial estava atendendo a um dos apelos mais importantes das políticas do Diretório e também do vice-rei, que era o estímulo aos casamentos inter étnicos.

Verifica-se que o processo de assimilação do indígena à sociedade portuguesa através do Diretório atacava por todos os lados a identidade étnica guarani, fazendo com que esses se dissolvessem até desaparecerem através das políticas educacionais e da miscigenação. Em última análise, José Marcelino nunca duvidou que o Diretório pudesse não dar certo, pelo contrário, pois qualquer coisa que não estivesse em acordo com as diretrizes dessas políticas seria atribuída aos responsáveis pela execução do processo e não aos índios “considerados como portugueses em potencial (2007, p. 164)”.

Para Langer:

“(...) de acordo com os idealizadores do Diretório, a assimilação desses índios não os relegaria às camadas mais baixas da sociedade, visto que obteriam favores especiais do Estado, casariam com brancos (...) (...) a suposta incapacidade era uma questão transitória e pedagógica que a aplicação do Diretório haveria de sanar (...) (2007, p.164)”.

Com o desenvolvimento da Aldeia dos Anjos a partir do governo de Marcelino, foi possível observar a implantação do Diretório com o uso de uma forma organizada de assimilação indígena. Tal organização partia desde o controle de trabalho até o recolhimento dos meninos e meninas às escolas, indicando com essas ações o período chamado de “governo dos índios”.

No âmbito das publicações mais recentes acerca de História do Rio Grande do Sul, elencamos também como parte desta análise o trabalho de Fábio Kuhn (2007). É interessante observar que quando esse autor iniciou suas considerações sobre os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul, logo deixou claro que não se deteria na etapa pré-histórica das populações nativas e sim da sua História desde o contato com o europeu a partir do século XIX.

O fato de serem populações sem escrita não deveria ser usado como uma saída para relegar esse tipo de trabalho somente aos arqueólogos, visto que, existem sociedades, como visto anteriormente, que possuem escrita e que mesmo assim são consideradas como fazendo parte do grupo de populações pré-contato. Sendo um livro recente, observa-se que, para escrever sobre a Pré-História dessas populações que habitaram o Rio Grande do Sul já existem documentos e pesquisas para que se pudesse completar esses espaços que por ora apontamos.

Ainda no primeiro capítulo, *Os primeiros habitantes: da conquista à mestiçagem*, o grupo guarani ganha visibilidade assim como a própria Aldeia dos Anjos. Isso torna o livro diferenciado dos outros que abordaram a temática de História do Rio Grande do Sul. Ao contrário de Paulo Langer, Kuhn apresenta algumas análises diferenciadas que revelam uma Aldeia indígena não tão organizada. Em 1768, o governo colonial determinava que Antonio Pinto Carneiro, então comandante do aldeamento dos índios, realizasse uma listagem de índios para que se pudesse controlar os óbitos e nascimentos entre outras coisas. Também autorizava o aluguel de índios como mão-de-obra aos colonos brancos, mediante

pagamento de salário, e também a prática da agricultura nas roças coletivas para auto abastecimento. Esse último não teria resultados e o governo continuaria a fornecer subsistência aos índios aldeados até 1778.

Logo após essas medidas, começaram a ocorrer reclamações dos índios guarani da Aldeia dos Anjos. Esses índios eram acusados pelo governo local de extinção do gado *vacum* nas fazendas. O que causava mais indignação aos administradores, além de os índios, na calada da noite, empreenderem contínuos roubos do gado, era a sua não submissão aos valores culturais ocidentais.

“(…) assim como os guarani se apropriaram de certos artefatos culturais, como a escrita, que lhes foram úteis e não apenas instrumentos de conversão ideológicas dos colonizadores, também puderam resistir à imposição de determinados padrões culturais (...) (2004, p. 14)”.

De acordo com Kuhn, os guarani aldeados serviram de mão-de-obra alugada para os fazendeiros, sendo utilizados na criação de gado e nas lavouras. Essa seria a explicação para a rápida diminuição populacional da Aldeia dos Anjos, que em 1770 contava com aproximadamente 2.618 índios e, em 1784, com apenas 884. Kuhn associou esse desaparecimento à utilização do guarani pelos proprietários de terras e gado dos campos de Viamão.

O decaimento do projeto de aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos não se deu por parte dos guarani, de acordo com o pensamento da época, pelas características já impressas nos povos indígenas como preguiça e indolência. A decadência aconteceu pela exploração dos indígenas pelos proprietários locais de terras. A esse processo de abandono da aldeia, paralelamente, ocorria a ocupação dela por colonos brancos. No final de século XVIII já não havia mais aldeamento. “(...) a experiência de colonização do indígena foi um fracasso, tendo a Aldeia dos Anjos entrado em rápido declínio, a ponto de, na década de 1790, os índios terem fugido ou se mestiçado completamente (...) (LANGER, 2004, p. 15)”.

Diante dessa historiografia que ora contemplou o indígena de forma geral, no âmbito brasileiro, ora o apagou; a historiografia gaúcha, por um motivo ou outro, não apresentou de forma consistente os povos pré-históricos do Rio Grande, e quando tentou-se buscar a visibilidade guarani em Gravataí, poucos historiadores preocuparam-se com esse tema. Até mesmo historiadores locais, quando o fizeram apenas lançaram elementos que faziam referência ao guarani cristianizado.

A historiografia sobre História do Rio Grande do Sul não contemplou o guarani pré-colonial em Gravataí, e após algumas análises buscando a visibilidade indígena não foi possível identificar o que realmente gostaríamos. No caso da historiografia sulina, diversos trabalhos apresentaram a História indígena à margem da formação social e cultural gaúcha. E os que se propuseram a fazer, sobre os índios guarani e a Aldeia dos Anjos, ou não deixaram claro uma possibilidade de ocupação anterior ao europeu ou não desejaram reservar um espaço para essa discussão, privilegiando outros pontos. Quiçá a Arqueologia possa fornecer outros elementos para essa reflexão. Isso será tema abordado no próximo capítulo.

## 2.1 NOTAS DE UMA ARQUEOLOGIA NO RIO GRANDE DO SUL – UMA INTRODUÇÃO

*“(...) a preservação da memória dos índios no Estado é um direito (...)”*

*Fernando Luís Schüler – RS Índio, 2009, p. 8*

Nesse segundo capítulo, julga-se importante antes de qualquer análise acerca da literatura arqueológica, dizer que os trabalhos escolhidos assim o foram por fazerem parte da formação extracurricular obtida durante a graduação no Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia, LEPAARQ/UFPel durante os anos de 2005 a 2008. No que tange os trabalhos, tais autores foram de grande importância para o desenvolvimento da Arqueologia nacional, como Pedro Paulo Funari e André Prous, assim como para a Arqueologia regional, como Pedro I. Schmitz, Arno A. Kern, Francisco S. Noelli, Pedro Mentz Ribeiro, entre outros.

Poderíamos estruturar uma série de argumentos para dar conta de mais de dois mil anos de História guarani, desde a Amazônia até o sul do território brasileiro. Seria uma tarefa de fôlego, por se tratar de um grande apanhado de informações sobre Arqueologia guarani. Contudo, seria também, em determinados momentos até mesmo repetitivo. Mas de certa forma algumas considerações serão necessárias de fazer, mas de forma útil para o desenrolar dessa tarefa.

Mesmo com o grande fluxo de informações em diferentes mídias, onde a internet se mostra uma ferramenta de comunicação e difusão de massa atualmente, é interessante, mesmo que de forma sucinta, apresentar o que se entende por Arqueologia.

A partir das considerações do arqueólogo Pedro Paulo Funari, entende-se Arqueologia como:

*“(...) Arqueologia estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade (...)” “(...) tem como objetivo a compreensão das sociedades humanas e, como objeto de pesquisa imediato, objetos concretos (...) (2003, p. 16)”.*

Além dos vestígios materiais, a Arqueologia também tem interesse nos aspectos ambientais e na relação do homem com a natureza (Renfrew; Bahn, 1993

Apud Lino, 2009). Nesse sentido de acordo com Funari, estuda-se “a totalidade material e imaterial apropriada pelas sociedades humanas como parte de uma cultura total, material e imaterial (2003, p. 15)”.

Sabe-se hoje que as sociedades indígenas estavam implantadas no Brasil há, pelo menos, mais de 12 mil anos (PROUS, 2006). Para estudá-las não dispomos de textos, pois elas não utilizavam a escrita, dependemos exclusivamente dos vestígios materiais que eles deixaram, quase sempre involuntariamente, e com os quais nem historiadores e nem antropólogos estão acostumados a tratar. Isso nos leva a dar grande importância à “cultura material” quanto aos aspectos da vida cotidiana e ao ambiente no qual viveram as populações pretéritas (PROUS, 2006).

Entre as culturas indígenas já estudadas pela Arqueologia no Rio Grande do Sul, a guarani é relativamente a mais fácil de escrever de acordo com Pedro I. Schmitz (1997). Isso porque “(...) conhecemos a sua economia, os seus costumes, a sua História colonial e o território que ocupavam (...) (p. 295)”. Também porque com os outros grupos indígenas não podemos fazer a ligação com os seus predecessores de forma confiável como é feito com os guarani históricos e aqueles que a Arqueologia reconstituiu.

No Rio Grande do Sul há, de maneira geral, muitas informações para uma História pré-colonial. Desde as décadas de sessenta e setenta, alguns poucos arqueólogos prospectaram o território gaúcho de ponta a ponta em diversos sentidos. Essa tarefa de prospectar buscou identificar culturas e entre outras coisas a sua distribuição espacial. De acordo com André Soares (2004) “(...) a Arqueologia guarani no Rio Grande do Sul passou por influências do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (...) (p. 8)”.

Sem entrar no mérito das discussões que geraram críticas ao PRONAPA<sup>10</sup>, torna-se importante trazer algumas considerações acerca desse programa para a

---

<sup>10</sup> De acordo com FUNARI 1998b, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA (1965-70), apoiado pelo Smithsonian Institution of Washington e pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esse programa foi coordenado por um casal de arqueólogos (Clifford Evans e Betty Meggers), os quais iniciaram um processo de difusão das teorias empiristas, baseadas em trabalhos de campo fundamentada num determinismo empirista, em que os objetivos finais das práticas arqueológicas são considerados a descrição de materiais e a classificação de tradições e fases sistematizadas cronologicamente das culturas pré-históricas.

Arqueologia guarani no Estado. É possível dizer que a Arqueologia guarani iniciou a partir da instalação do Programa Nacional de pesquisas Arqueológicas, onde foram sistematizadas e estabelecidas cronologias para os grupos humanos pré-coloniais, dando continuidade a uma ciência que era realizada por poucos exploradores e interessados (SOARES, 2004). No que toca a Arqueologia guarani, o subsídio dado pelo Pronapa foi importante, na medida em que se tinha um vasto território a ser pesquisado e não havia atividades sistemáticas que dessem conta de tal trabalho em curto espaço de tempo.

Como todo programa que inicia com tal objetivo, com proporções territoriais extensas a serem pesquisadas, o PRONAPA teve suas falhas, assim como teve seus méritos enquanto projeto de pesquisa arqueológica até então inédito. Mesmo nas falhas pode-se encontrar alguns pontos positivos, pois esses funcionariam como uma espécie de janela para um aprimoramento por parte de novos pesquisadores que foram se integrando a equipe. Em um universo de possibilidades, onde interessados e exploradores, muitos deles leigos, se aventuravam numa verdadeira “caça ao tesouro”, o programa se mostrou como o pontapé inicial de pesquisa, no sentido de que, com o passar dos anos, sua metodologia e resultados pudessem ser revisitados e reformulados a partir de novas perspectivas.

A entrada de José Brochado foi uma grande contribuição aos rumos do programa em curso. Suas contribuições foram no sentido de propor novas formas de interpretações acerca dos vestígios arqueológicos encontrados, fato esse que se diferenciava daqueles propostos pelo PRONAPA. Esta nova base de interpretação dos vestígios estava ancorada na distribuição desses em escala regional. Ou seja, sugeria que fosse levado em conta as variantes regionais nesse processo de análise das cerâmicas atribuídas aos guarani. Como toda nova proposta, a de Brochado causou rompimentos e críticas por parte de outros pesquisadores.<sup>11</sup>

A partir de inúmeros trabalhos acadêmicos que foram realizados nas duas últimas décadas, e tomando cada novo trabalho como uma “janela” aberta em pesquisas anteriores, podemos perceber que muito do que já foi escrito teve

---

<sup>11</sup> Para discussão detalhada ver SOARES, André. Contribuição à Arqueologia guarani: um estudo do sítio Röpke. Tese de doutorado. USP, 2004. São Paulo.

algumas posições revistas. É o caso daquela primeira afirmação feita no início desse capítulo. “(...) o guarani é relativamente mais fácil de escrever (...) (SCHMITZ, 1997)”. Há de se concordar que a palavra “relativamente” denota certo cuidado ao se escrever sobre eles, tendo por certo a ligação direta entre os guarani etnográficos, históricos e arqueológicos. André Soares (2004), já chamava atenção sobre esse aspecto, relatando que “não se nega que essa ligação exista, mas há outros desdobramentos negativos que a proposta trouxe (p. 31)”.

Nesse sentido os elementos que Soares trouxe, ancorados em Oliveira (2002), diziam respeito ao fato de que não seria o caso de dispensar a assertiva acerca da ligação entre os artefatos produzidos (cultura material) e grupos étnicos, ou seja, que os guaranis pré-coloniais nada têm haver com os historicamente conhecidos ou com os atuais. Isso seria negar a sustentabilidade de uma quantidade muito grande de dados arqueológicos, etnohistóricos e etnográficos que apontam para uma coincidência entre a localização dos sítios arqueológicos e as informações históricas sobre os indígenas que viviam no país na época dos primeiros contatos com os europeus. (2002, p. 97-98).

Voltando ao assunto das “janelas” abertas desde os inícios da Arqueologia guarani no Rio Grande do Sul, não poderíamos deixar de analisar outro aspecto também importante para esse trabalho. Não seria sensato passar pela questão de invisibilidade e visibilidade indígena na Arqueologia, sem tentar perceber como são construídas essas relações. Mesmo se tratando de Arqueologia, podemos identificar alguns aspectos que apontam para uma invisibilidade/visibilidade indígena. Fazendo um exercício de memória trazendo aquelas premissas, digo objetivos que norteavam o Programa Nacional de Arqueologia, podemos perceber como isso esteve presente, seja de forma consciente ou inconsciente, acontecimento que também será discutido aqui.

O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, apoiado por duas grandes Instituições como o *Smithsonian Institution of Washington* e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), contava entre suas várias práticas com a difusão de teorias e trabalhos de campo baseados numa lógica empírica e determinista (FUNARI, 1998b), na qual os objetivos desse fazer Arqueologia eram o estabelecimento de descrições de materiais e classificações de forma sistemática e

cronológica para populações pré-coloniais, estabelecendo assim, Tradições e Fases Arqueológicas. É possível se perceber que, por trás dessa metodologia há certo esvaziamento cultural, ou seja, a cultura material era analisada como um fim em si mesma.

Para a Arqueologia guarani no Rio Grande do Sul, nesse período, apenas as análises do tipo de confecção da cultura material para determinar o grupo cultural a que pertencia determinado artefato, a sua dispersão territorial de maneira generalizada (uma visão do todo) ao longo dos anos se mostrou insuficiente. Nesse aspecto não eram considerados, por exemplo, os regionalismos, dispersão territorial que poderiam atribuir características específicas aos artefatos produzidos.

A uniformização de conceitos para determinar sítios arqueológicos guarani, ao mesmo tempo em que engessava as análises desses, mantinha a atenção para um elemento da cultura material: a cerâmica (SOARES, 2004). De maneira geral se priorizava o artefato em si e suas formas, acabamentos e decorações, em detrimento do indivíduo por detrás dele. Logo, se pode pensar numa certa invisibilidade indígena guarani, quando esse aspecto é deixado de lado. Ainda nesse sentido, na Arqueologia perpetuou-se a ideia de que o termo “Tradição” dizia respeito ao conjunto de técnicas com persistência cultural e, em nenhum momento, fazia relação direta com algum grupo étnico. Em resumo, os dados usados pelo Programa para analisar as cerâmicas estavam baseados no método denominado Ford (1962), que considerava mais as mudanças culturais, do que as sociedades que as produziram (OLIVEIRA, 2003, SOARES, 2004).

Como dito anteriormente, uma mudança começa a ser observada no que diz respeito à Arqueologia guarani quando o pesquisador José Proenza Brochado passa a integrar o PRONAPA. Verificou-se que essa nova perspectiva de análises acerca da cultura material pode ser datada. Isso aconteceu a partir de 1966, quando aumentou a área a ser pesquisada, e com isso também ocorreu o aumento do número de pesquisadores.

Neste momento, para explicar o termo “virada metodológica”, proposta por Brochado aos estudos de Arqueologia guarani, será necessário o uso de alguns

termos próprios dessa ciência. Segundo Brochado (1980, p. 50), até 1975 ele próprio manteve as terminologias e parâmetros adotados pelo Programa. Contudo, a partir de 1980, ele propôs a mudança das três sub-tradições, pintada, corrugada e escovada, para utilizar o critério de distribuição regional de técnicas de tratamento da superfície e formas das vasilhas (*Apud* SOARES, 2004, p. 24).

Esse novo critério usado foi o primeiro passo para um trabalho com a cultura material baseado numa distribuição regional para entender as distintas formas cerâmicas. Logo, essa “virada”, além de contribuir com novos contornos à pesquisa com os artefatos cerâmicos, trouxe, na perspectiva desse trabalho, uma certa visibilidade indígena.

A visibilidade aqui se apresentou de duas formas. A primeira, como mencionada, se deu a partir da proposição de se levar em conta o fator regional para a pesquisa com a cerâmica. Perceber que as trocas culturais locais e mesmo o ambiente em que essas culturas estavam assentadas podem se configurar em formas diferentes de produção de seus artefatos.

A segunda, não menos importante, acredita-se ser o elemento que vai pontuar essa visibilidade: O uso da analogia histórica (historicismo) direta para buscar o grupo étnico ao qual pertencia determinada cerâmica. Ou seja, atribuir uma etnicidade. Mas não apenas isto. Também considerar todo o universo, cosmológico, social, econômico ou cultural, que cercava a produção de determinado artefato cerâmico. As concepções de Brochado acabaram influenciando trabalhos em outras regiões do país.

No fim dos anos de 1960, teve início na região sudeste o Projeto Paranapanema. De acordo com Oliveira (2003), no que se refere aos aspectos teóricos, em contraponto às visões historicistas de pesquisadores do sul, em São Paulo a Arqueologia se desenvolveu sobre duas vertentes. Uma delas, à título de exemplo, foi realizada por Maria Cristina Scatamacchia, cuja metodologia se ancorava sobre as análises de textos de cronistas e viajantes, numa perspectiva histórica particular para analisar os sítios cerâmicos. Seguindo as idéias de Brochado, pós-fase *pronapiana*, a pesquisadora procurava evidenciar as diferenças existentes entre os tupis e os guaranis (p. 112). Já a outra abordagem se referia à tendência mais voltada para a antropologia. O uso de descrições de cronistas e

viajantes era inexistente e a maior preocupação estava sobre uma análise sincrônica da ocupação da região.

Após esta rápida passagem por algumas discussões importante acerca da Arqueologia dedicada à cultura Guarani, já é possível abordar a área de interesse particular deste trabalho, à saber, a região onde hoje se situa o município gaúcho de Gravataí. Desta forma, será provável verificar a ocorrência ou não de uma contribuição da Arqueologia para o conhecimento e visibilidade dos guarani pré-coloniais nesta região.

## **2.2 “A ILHA GRAVATAÍ” – ARQUEOLOGICAMENTE FALANDO.**

Primeiramente, faz-se necessário explicar por que do uso do termo “ilha Gravataí”. O conceito de ilha, de acordo com o dicionário Aurélio, designa uma porção de terra cercada por água em toda a sua periferia. Metaforicamente, encontramos uma situação semelhante, em termos arqueológicos, para a região de Gravataí. Há vários trabalhos em torno da região, transformando esta em uma espécie de ilha. Na região em si não há trabalhos específicos. Quando se refere a trabalhos específicos, se quer dizer que não existem projetos que levam no nome palavras-chave como Gravataí, arqueológico, Arqueologia ou sítios guarani, como encontramos, por exemplo, na cidade de Pelotas com o “Projeto de mapeamento arqueológico de Pelotas e região”, ou também na cidade de Santo Antonio da Patrulha, com o “Projeto arqueológico de Santo Antonio da Patrulha” – PASAP.

Outro aspecto importante a ser esclarecido, diz respeito ao fato de que os trabalhos nas regiões próximas a Gravataí não são, na sua grande maioria, trabalhos com sítios guarani pré-coloniais. De forma alguma isto se configura em demérito para os trabalhos produzidos, pois, mais do que apresentar uma quantidade de trabalhos com guarani pré-coloniais, queremos aqui é evidenciar o interesse, ou a falta dele, em pesquisar a região, apesar da importância que essa possa ter.

A importância da região se dá a partir da sua localização geográfica entre o planalto e o litoral. A professora Ítala Irene Basile Becker, pesquisadora do Instituto Anchieta de Pesquisas, já apresentava alguns elementos que apontavam essa

região como local de passagem de grupos pré-históricos em direção ao mar: “(...) Gravataí foi, com grande margem de segurança, em tempos bastante recuados, um ponto de passagem das populações primitivas que do interior buscavam o litoral para obterem recursos (...) (1990, p. 8)”.

Ainda conforme as colocações de Basile Becker em relação a situação geográfica, Gravataí, por estar situada na zona arqueológica Sinos<sup>12</sup>, permite a afirmação que em tempos pré-coloniais Gravataí poderia se caracterizar como “terra de guarani”. (BASILE BECKER, 1990).

Outro elemento chave para se compreender o termo “ilha Gravataí” foi quando a pesquisadora buscou nos municípios vizinhos que compõem outras zonas arqueológicas, como a zona Caí e litoral Norte, trabalhos realizados relativamente recentes. Lembrando ainda que esses termos (zonas arqueológicas) são aqueles oriundos do PRONAPA.

No ano de 1993 foi realizado um trabalho de dissertação pelo arqueólogo Francisco Silva Noelli, fruto de um projeto que se iniciou em 1988. O trabalho foi defendido na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS sob o título de *Sem tekoá não há tekó - em busca de um modelo etnoarqueológico da Aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação de uma área de domínio no Delta do Jacuí – RS*. Trabalho esse que mais tarde viraria referência para outros pesquisadores da temática guarani e suas variações.

O trabalho de Noelli, já célebre, trouxe novos elementos para as interpretações de sítios guarani. Vale ressaltar e reafirmar que seus pressupostos agregaram novas informações acerca do grupo guarani, como a Etnografia, a própria Arqueologia e as informações linguísticas. Conforme o próprio, autor somente outros dois pesquisadores, Brochado e Toccheto, no que se refere a Arqueologia guarani, fizeram tal integração em seus métodos (1993, p. 1).

---

<sup>12</sup> Divisão feita pelos arqueólogos do PRONAPA da qual o Rio Grande do Sul foi repartido em 20 zonas arqueológicas. BECKER, Ítala Basile. *Primitivos habitantes do Vale do Gravataí*. In: Anais do II Simpósio Estadual sobre cultura gravataiense, 2., Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Departamento de cultura, 1990.

Entre os quatro capítulos em que foi dividido seu trabalho, Noelli fez uma análise detalhada de um sítio arqueológico guarani identificado na região do município de Guaíba, próximo ao Arroio do Conde. O terceiro capítulo dedicado a essa análise, entre outras informações, trouxe o entendimento do ecossistema do *tekohá* do Arroio do Conde.

Um *tekohá* é uma aglomeração aldeã. O local onde existem multilinhagens num mesmo lugar, ou seja, linhagens familiares ligadas por laços de parentesco e reciprocidade (SUSNIK, 1982 *Apud* NOELLI, 1993). Esse espaço tem relação direta com a mitologia guarani e seus modos de vida. De acordo com o já mencionado Bartolomeu Melià, esse espaço era onde se reproduziam as relações econômicas, sociais e político-religiosas essenciais ao modo de ser guarani (1982, p. 105). *Tekohá* então, conforme Noelli, é análogo ao espaço que os arqueólogos chamam, por exemplo, como área de captação de recursos (1993, p. 250).

Poderíamos tecer várias outras explicações acerca da formação de um *tekohá* e outros elementos da qual faz parte como *guará*, por exemplo, entre outros aspectos, mostrando a riqueza desse universo cultural indígena. Dado que este não é o foco deste trabalho, indico a busca por leituras complementares acerca do tema, que trazem de maneira mais completa esse universo cosmológico guarani, como Hélène Clastres (1978) e André Soares (1997), para citar apenas dois exemplos.

O trabalho de Noelli empregou nas suas análises, informações etno-históricas e linguísticas. A pesquisa, de uma forma geral, procurou entender aquele *tekohá* do Arroio do Conde, como um local de subsistência. E, de acordo com Noelli, “traduzir em termos regionais as descrições dos cronistas e etnógrafos a respeito das maneiras que os guarani tinham para captar recursos (1993, p. 253)”.

Dentre os vários pontos importantes da pesquisa, um deles está na apresentação de novos horizontes metodológicos em Arqueologia, mas também como o próprio autor coloca “também foi marcado diariamente pela emoção e pela indignação (p. 376)”. E, mais interessante ainda, com intenções claras de romper certas barreiras, o autor expressou esses dois sentimentos “que estiveram sempre presente na concepção do trabalho, buscando combater a inocência na Arqueologia quando empregou procedimentos rigorosos (p. 376)”.

Em um estudo mais recente, ao qual se teve acesso por meio digital, datado de 2004, realizado pelos pesquisadores do próprio Instituto Anchieta de Pesquisas, foi apresentado um apanhado de diversos sítios que fazem parte das regiões do planalto, encosta de serra e litoral. Esse trabalho proporcionou um panorama maior dos vários sítios localizados no entorno da região em destaque (Gravataí).

Esse trabalho apresentou alguns sítios ligados à tradição arqueológica<sup>13</sup> Taquara. Apontou os muitos municípios que foram estudados, onde houve incidência de registro de sítios, e o tipo de trabalho e material oriundo destes. A título de informação, foram realizados trabalhos de pesquisas arqueológicas nos municípios de Bom Jesus, São Francisco de Paula, Vacaria, Caxias do Sul, entre outros. Na encosta do planalto houve pesquisas em São Sebastião do Cai, Taquara, Lajeado e Santa Cruz do Sul; por fim, no litoral se teve registros de sítios em Quintão e Torres.

A partir dessa pesquisa, foi possível verificar a ocorrência de sítios arqueológicos compostos por casas subterrâneas e abrigos-sob-rochas. Também apresentou registro de sítios superficiais, que poderiam ser vestígios de aldeias, ou também locais para obtenção de recursos alimentares.

O trabalho trouxe um dado importante para a Arqueologia em termos de datações, ou seja, a estimativa do período em que o local, hoje sítio arqueológico, teria sido habitado. Esses números foram obtidos através da técnica de Carbono 14<sup>14</sup> (C<sup>14</sup>). E como o próprio texto informava, foi através dessa técnica que se pode estabelecer uma sequência de ocupação em uma determinada área ou região. As datações obtidas com esse método mostraram que a área de planalto já estava ocupada por volta do século II da nossa era (2004, p.81).

Para a região do litoral, no que se refere à alguns trabalhos arqueológicos ligados a cultura tupi-guarani, houve também uma síntese elaborada pela equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas. Em especial, o trabalho destacou um sítio

---

<sup>13</sup> Como visto, esta é outra Tradição estabelecida por arqueólogos através de um conjunto de atributos comuns para determinados artefatos.

<sup>14</sup> Técnica usada para datação, descoberta na década de quarenta, e que mede a quantidade de carbono dos tecidos orgânicos mortos.

arqueológico localizado no município de Osorio, com o objetivo de analisar a cerâmica e sua distribuição territorial.

O sítio se caracterizou como um assentamento tupi-guarani e, apesar de não ser datado, mostrou ser um espaço grande de uma aldeia. Curiosamente, este sítio não foi escavado por arqueólogo algum, e sim pela ação eólica natural, que deixou evidenciado todo o material, possibilitando a coleta de mais de 24 mil fragmentos de cerâmica. Um dos primeiros pesquisadores a localizar sítios nessa área foi Pedro Inácio Schmitz, em 1958. Mais tarde, em 1967, Eurico Müller visitou uma área próxima, e identificou dois outros sítios, próximos a pequenas lagoas e banhados.

Dentro da grande faixa litorânea gaúcha, de acordo com Sandrin (2009), o povoamento não se restringiu somente ao litoral norte. Schmitz e outros como Jairo Roge (2006), analisaram diversos sítios na praia de Quintão, em Palmares; Mentz Ribeiro (2004) e Pestana (2007) junto à lagoa do Peixe e Mirian Carle (2002), já um pouco mais recuado das regiões próximas de Gravataí, no município de Rio Grande. Mais precisamente na margem ocidental da Lagoa dos Patos (p. 92).

Até o momento, vimos diferentes trabalhos desenvolvidos ao redor da região de Gravataí, onde foram apresentadas algumas ocupações pré-coloniais de diferentes culturas indígenas. Há, porém, outro trabalho também importante para o conhecimento de populações pré-coloniais nas proximidades de Gravataí. O Projeto Arqueológico de Santo Antonio da Patrulha, o qual foi um estudo de aproximadamente dez anos, realizado pela equipe do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul – MARSUL.

Esse projeto, além de fornecer novos dados acerca de ocupações indígenas no Estado também produziu material para diversos trabalhos de mestrados e doutorados, como por exemplo, a Tese de Adriana Schmitz Dias (2003). Durante a realização desse trabalho a pesquisadora, foram localizados mais de 50 sítios arqueológicos, como abrigos sob-rocha e sítios a céu aberto, dos quais alguns foram associados a cultura Guarani.

Com relação à ocupação pré-colonial guarani na região de Gravataí, conta-se com alguns documentos produzidos por pesquisadores do Museu Municipal de Gravataí. Esses dados se encontram ainda em fase de elaboração, e deverão

contribuir para o futuro Plano Ambiental de Gravataí, realizado por diferentes setores da prefeitura, como a Fundação do Meio Ambiente e o próprio Museu municipal. Esse documento terá o objetivo de orientar e estabelecer diretrizes acerca do meio ambiente (impacto ambiental, futuras construções, impacto sobre sítios arqueológicos, etc.) na região. Tais dados, de modo geral, não trouxeram novas considerações acerca do passado pré-histórico referentes à cidade, além daquelas que foram mencionadas nos trabalhos anteriormente citados. Porém, encontramos nesse documento a transcrição de uma palestra proferida pelo arqueólogo Cláudio Baptista Carle, em 2002, sobre a cultura e identidade dos ameríndios e sua relação com Gravataí, numa perspectiva arqueológica. Carle afirmou que Gravataí, inicialmente, foi ocupada por caçadores-coletores e horticultores guarani.

Devido às diversas incursões bandeirantes, no século XVII, essa população quase desapareceu (acredito que “essa” se refira aos guarani):

“(...) ocupada por caçadores coletores, depois por guaranis livres, passando por um período de vazio populacional, depois retomada a sua ocupação com índios missioneiros que vieram aqui servir a florescente cidade de Porto Alegre. Distribuídos em duas aldeias, serviram ao máximo ao enriquecimento dos estanceiros e das oficinas de manufatura existentes nos dois Municípios. Sendo levados à exaustão e a entregar suas terras aos colonos portugueses e depois aos de outras origens que hoje formam junto com estes a população de Gravataí (...) [palestra proferida por Cláudio B. Carle, em 2002].”

Este mesmo documento apresentou outros elementos sobre o patrimônio arqueológico do município, que foram fornecidos pela Fundação de Arte e Cultura, onde foi apontado que se tem ciência da ocorrência de muitos sítios arqueológicos em Gravataí devido as evidencias encontradas, como cerâmicas indígenas, por exemplo, mas que esses sítios não foram inventariados e pesquisados.

Ainda nesse sentido, os apontamentos feitos vieram ao encontro do que anteriormente nós apresentamos como a “ilha Gravataí”. Foi feito um resumo das atividades de cunho arqueológico dos últimos anos, apontando que a lacuna existe. Considera-se importante apresentar na íntegra o que esse trabalho traz. Mesmo correndo o risco de ser repetitivo, é de extrema importância que se tenha essa perspectiva endossada por um documento realizado por pesquisadores como Gislene Monticelli.

*“(...) Por ocasião de pesquisa realizada em área destinada a empreendimento (instalação de indústria) às margens da rodovia RS-118, que liga os Municípios de Viamão e Gravataí, tivemos oportunidade de localizar pequena ocupação de grupo caçador-coletor, comprovada pela presença de lascas de pedra, dispersas e em pequeno número (MONITORAMENTO, 2002).*

*Foram realizadas atividades de vistoria e salvamento arqueológicos em obras em Guaíba, na área destinada à instalação de fábrica automotiva (HILBERT e GONZALES, 1999). Também em Guaíba, S. Leite (1975) e, posteriormente, F. Noelli (1993) realizaram pesquisas no sítio Arroio do Conde.*

*O arqueólogo João Felipe Garcia da Costa, no ano de 1996, então pesquisador do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL, em Taquara) realizou escavação na “Trincheira Farroupilha” em Viamão. Algumas das atividades deram origem a relatórios técnicos, ainda não publicados (inédito). No banco de dados do IPHAN constam outros sete (07) sítios cadastrados para o Município de Viamão. Dois (2) destes foram pesquisados pelo arqueólogo Prof. Pedro Augusto Mentz Ribeiro. Eram sítios à céu aberto, superficiais, com presença de material lítico e/ou cerâmico Guarani. Suas siglas são RS-LC-74 e RS-LC-75 e o acervo foi depositado no Museu Arqueológico do Estado do Rio Grande do Sul (MARSUL). Estes sítios foram localizados nas proximidades do Rio Guaíba (água mais próxima) e, subentende-se que, por isto, estariam localizados no distrito de Itapuã.*

*Também em Itapuã, distrito do Município de Viamão, em área do Parque Estadual de Itapuã, Andréa Zortea (1995), em sua dissertação de mestrado (PUCRS), faz referência a existência de cinco (05) sítios arqueológicos: RS-LC-08, RS-LC-11, RS-LC-15, RS-LC-16 e RS-LC-17. Além destes, dá ênfase às análises do sítio RS-LC-39 (Morro da Fortaleza). Todos estes sítios estão localizados junto a Lagoa dos Patos.*

*Guilherme Naue foi responsável pelo levantamento e pesquisa de outros cinco (5) sítios arqueológicos, na região do atual Município de Viamão, entre os anos de 1971 e 1976: um em Boa Vista, e quatro (4) no entorno da atual sede do Município. Destes cinco sítios que foram cadastrados junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quatro (04) são exclusivamente líticos e um (01)*

*apresentou cerâmica guarani (provavelmente uma urna funerária), bem como material de contato.*

*Quanto à ocupação pré-histórica da região, podemos estabelecer analogia com os sítios líticos cadastrados por Guilherme Naue, localizados no eixo Viamão / Porto Alegre. O sítio RS 272-VM 202 (Nei Bueno) foi localizado em Boa Vista, Município de Viamão, e refere-se a um cerrito grande à beira da Lagoa dos Patos, com terra escura e material lítico e ósseo, onde foi realizado um corte estratigráfico.*

*Os sítios RS 181-VM 118 e RS-182-VM 119 são sítios líticos, onde foram realizadas apenas coletas superficiais. No sítio RS 088-VM 025 foi encontrada uma provável urna funerária ou panela Guarani, além de material lítico e de contato. Por ser superficial, assim como os anteriores, apenas houve coletas de superfície, documentação e registro. Estes sítios, com exceção do Boa Vista, se localizam próximos às nascentes de riachos tributários do rio Gravataí, com vegetação geralmente de gramíneas, rasteiras e com bosques próximos. Além destes, ainda temos o sítio RS 132 (Seminário - VM 069), de propriedade da Mitra Diocesana, junto a rodovia RS 040. O sítio foi localizado sobre colina, em superfície e a céu aberto. Ali, o Irmão Guilherme Naue, em 1973, realizou coleta superficial de artefatos.*

*Ainda que Municípios próximos tenham sido pesquisados, existe uma carência de projetos de longo prazo para a pesquisa na região. Exceção para os Municípios de Santo Antônio da Patrulha, Caraá, Rolante, Osório, Maquiné e São Francisco de Paula, cujo Projeto Arqueológico Santo Antônio da Patrulha (PASAP), iniciado em 1995, até hoje é desenvolvido sob a coordenação do Arqueólogo Doutorando André Luiz Jacobus, pesquisador do Museu Arqueológico do Estado do Rio Grande do Sul (MARSUL) (...)."*

Sem sombra de dúvida, pode-se perceber que esses apontamentos evidenciam a existência, no sentido arqueológico, de uma ilha Gravataí. Imaginando os trabalhos de Arqueologia referente ao Rio Grande do Sul, até o momento como um imenso quebra-cabeça, Gravataí seria mais uma peça para o entendimento da dispersão e deslocamento dos grupos guarani pré-coloniais nessa região.

Recentemente (2010) foi realizado na cidade de Gravataí um encontro chamado “Raízes de Gravataí”, o qual reuniu diversos pesquisadores de várias áreas, com o propósito de discutir aspectos relacionados à memória, História e cidadania da cidade. Como resultado desse encontro, surgiu a publicação na integra dos trabalhos apresentados nesse evento. Com certeza, após alguns anos sem um encontro desse tipo na cidade, essa iniciativa, ao mesmo tempo em que mostrou que há muito a ser feito no sentido amplo da palavra, ainda apresenta algumas questões que devem ser revistas.

Esse projeto foi idealizado inicialmente pela Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, uma entidade cultural que privilegia, principalmente, pesquisas referente aos açorianos no Estado e especificamente, na cidade de Gravataí. A esse projeto, uniram-se mais tarde a Secretária municipal de educação, prefeitura municipal e Fundação municipal de Arte e Cultura.

Por conta da grande diversidade de temáticas, foi necessário que se dividisse a publicação dos trabalhos em quatro tomos, para melhor apresentação e compreensão dos textos do encontro. Essa iniciativa também contribuiu para o melhor uso desse material por parte de pesquisadores e os próprios estudantes da cidade, que sentem a falta de textos sobre o município, visto que os últimos trabalhos publicados datam dos anos de 1980 e 1990.

Para melhor compreensão, e como referência desses trabalhos para futuras pesquisas, os temas e títulos foram distribuídos da seguinte forma: O Tomo um apresenta textos acerca do povoamento inicial, Etnicidade, traços do município e expansão, que acredito ser territorial e populacional. De acordo com a publicação, “(...) trata dos primeiros tempos da Aldeia dos Anjos, entre os séculos XVIII e XIX, das relações entre indígenas e os luso-descendentes, bem como da presença escrava na área e a cultura afrodescendente na atualidade, assim como a comunidade cigana em Gravataí (...) (2011, p. 34)”.

O Tomo dois refere-se as famílias, Histórias de vida, organização religiosa e fé. “(...) Apresenta Histórias de famílias pioneiras ou tradicionais que escolheram Gravataí para viver e que participaram do seu crescimento, marcando no tempo e no espaço os seus fazeres e saberes; contempla manifestações de fé e traços da organização religiosa no município, bem como o resgate da festa do divino, uma

marca identitária de tradição açoriana em Gravataí (...) (2011, p. 35)”. Já o Tomo três traz a trajetória econômica, participação cidadã, literatura e memória. “(...) neste tomo são apresentadas questões referentes à economia do município ao longo da sua História, bem como o desempenho de movimentos sociais que foram preponderantes nas mudanças de rumo de Gravataí revelando a organização da sociedade civil local em diferentes tempos (...) (2011, p. 35)”. Por último o Tomo quatro traz assuntos relacionados a educação, cultura e lazer e associativismo. “(...) apresenta textos acerca dos primórdios do ensino no Rio Grande do Sul, destacando Gravataí, História e históricos de instituições de ensino do município, memórias de professores e estudantes e as lutas dos professores nos últimos decênios (...) (2011, p. 35)”. Para esse trabalho interessa mesmo é o Tomo um.

Nessa obra, a princípio, os argumentos dão a entender que o tema a ser discutido logo no início do livro seria as origens da cidade. De fato isso é abordado, mas a partir do século XVIII, isto é, do período da colonização portuguesa e dos índios cristianizados. Mais uma vez se percebe que ainda no século XXI existe uma lacuna quando o assunto são as origens de Gravataí.

Em um olhar mais atento a forma em que os textos foram organizados, no sentido da sua ordem de apresentação na publicação, verifica-se que o texto de inauguração é referente aos moradores da região em destaque no século XVIII. O texto aponta que “o espaço gravataiense foi ocupado com lusos e brasileiros (p. 46)”. Em seguida, surge o texto que trata do passado indígena gravataiense, lançando luz a essa escuridão sobre o guarani pré-colonial.

O referido trabalho é do Arqueólogo José Otávio Catafesto de Souza. Com o título *“Do passado originário ao presente etnográfico: trajetória das coletividades indígenas na região de Gravataí”*, sua análise se mostrou instigante e provocativa, apontando para a necessidade de investimento em pesquisas acerca da memória indígena em Gravataí, como contributo também para as discussões regional e nacional.

Segundo o autor, a diversidade reconhecida pelos atuais moradores da cidade, criada pela chegada de diversas etnias européias como açoriana, portuguesa, alemã e italiana, são uma parcialidade da História que desconsidera “a formação da humanidade americana pré-colombiana do passado remoto da região

(2011, p. 48)”. Ainda nesse sentido, o autor complementa que tal fenômeno serve para justificar o desconhecimento sobre a presença indígena atual. Logo no início da sua reflexão, Catafesto de Souza mostrou o que, de uma forma ou outra, estamos tentando demonstrar até esse momento. A figura do indígena foi e é percebida muitas vezes como estrangeira, chegada das florestas, ou mesmo como aqueles índios do passado.

Logo, Catafesto de Souza afirmou que os indígenas sempre estiveram presentes em todas as etapas de desenvolvimento da região. Ainda trouxe como o objetivo da sua reflexão “(...) a retirada do silêncio e da marginalidade a que foi reduzida na mentalidade atual, de forma a apresentar a realidade pretérita e atual dos grupos ameríndios na região onde se situa Gravataí (...) (p. 48)”, acrescentando:

“(...) demonstrando que sempre se mantiveram protagonistas do seu destino, apesar da falta de reconhecimento e desconsideração que receberam dos nossos políticos e intelectuais ao longo da História (...) (p. 49)”. O texto também pretende esclarecer sobre a “anterioridade de existência indígena, assim como sua contemporaneidade e sua continuidade até hoje como habitantes coletivos e legítimos também em Gravataí (p. 50)”.

As relações que o texto faz entre a região de Gravataí e uma possível ocupação pré-colonial, mostra-se muito genérica. Mesmo assim, é de grande valia pelo fato de não se ter pesquisas desenvolvidas nesse sentido para dar o suporte necessário a compreensão do passado indígena. No tema, “contando a História a partir da Arqueologia” foi afirmado que diversas gerações de habitantes ocuparam a região de Gravataí antes da chegada dos europeus no século XVI. Por outro lado, esses elementos são de pouco conhecimento atualmente, sendo necessário que algumas distorções criadas no decorrer do tempo sejam desfeitas, através do trabalho nas escolas, fazendo uso do que as outras ciências como Arqueologia e Etnologia indígena trazem, para revelar o passado pré-colonial da região de Gravataí.

Ainda segundo Catafesto de Souza, a antiguidade para a região seria um pouco mais recuada do que aquela que tínhamos em mente a partir das cerâmicas guarani salvaguardadas no Museu municipal, às quais se fará referência mais adiante. A ancestralidade remonta aos tempos da ocupação da região do Rio da Prata, frequentada por grupos humanos há milhares de anos antes do Cristo. Esses grupos seriam pequenos aglomerados de caçadores e coletores, usuários da

tecnologia da pedra lascada e polida. Logo, conforme o autor, talvez a ocupação remota da região de Gravataí recue “(...) à antiguidade datada pela Arqueologia para vestígios de grupos paleolíticos nas bordas do Escudo Cristalino Rio-grandense e junto ao rio Uruguai (...) (p. 52)”.

Nos sítios que apresentaram datações mais recuadas no Rio grande do Sul não havia pontas de projeteis lascadas, e sim outros instrumentos para o aproveitamento dos recursos. Com essas considerações nos são apresentados os prováveis habitantes indígenas da região de Gravataí, anteriores aos guarani, ainda no final da última glaciação.

“(...) seriam sociedades adaptadas às condições ambientais locais, que se tornaram muito diversificadas depois do término da última glaciação. Esses grupos também ocuparam as encostas e o topo do Planalto Meridional Brasileiro localizado ao norte, revelando a região de Gravataí como local de integração entre as diferentes paisagens em que circulavam tais grupos paleoindígenas (...) (CATAFESTO DE SOUZA, 2011, p. 53)”.

No período Holoceno, marcado pelo o aquecimento e aumento do nível dos mares, há mais de seis mil anos atrás, também houve a proliferação dos recursos florestais e das formas de vida marinha. Esse período é conhecido como “ótimo climático” e, segundo Catafesto de Souza, “Gravataí esteve muito próximo da orla do Atlântico durante esse período”. Não foram encontrados sambaquis na cidade, mas na região deve ter ocorrido a influência cultural dessas populações que circulavam amplamente pelas paisagens então litorâneas.

Após essa análise acerca da Pré-História da região de Gravataí, apontando uma antiguidade anterior àquela que ora se conhecia, seria provável, e mesmo esperado, que o mesmo fosse feito com relação aos horticultores de origem amazônica, da qual fazem parte os guarani.

A pesquisa ainda revelou dados já conhecidos da maioria dos pesquisadores sobre o fato dos guarani terem sido os primeiros indígenas a serem reconhecidos pelos portugueses, por viverem no litoral, por onde se expandiram.

“(...) sua existência ficou registrada pelos cronistas que os designaram de diferentes formas segundo a região que habitavam, como: Arachanes que vivam na região do Lago Guaíba, os Anjos que vivam na região de Gravataí e Santo Antonio da Patrulha, os Carijós que ocupavam o litoral Atlântico em direção a Santa Catarina (...) (CATAFESTO DE SOUZA, 2011, p. 57)”.

Possivelmente, pela expectativa criada em relação ao trabalho de Catafesto de Souza, mostrando que não estamos sozinhos nessa empreitada, pela falta de alguns aspectos houve certo desapontamento. Ao contrário do que foi feito para explicar a ocupação da região anterior ao grupo em questão, para os índios guarani para Gravataí, não passou do fragmento acima citado. O texto segue tratando dos índios na região de Gravataí no período colonial, História essa que já conhecemos. O próprio texto admite que a Arqueologia não tratou do guarani pré-colonial em Gravataí. Prova disso está expresso em outro fragmento quando, ao falar dos índios guarani na região, as maiores considerações são feitas a partir do índio missioneiro e o desenvolvimento da Aldeia dos Anjos.

Em suas conclusões, também se percebe o quanto o índio missioneiro tem espaço, mesmo em se tratando de um texto que se propôs a escrever sobre o passado originário de Gravataí, quando é afirmado que “a presença do guarani foi básica à fundação e ao desenvolvimento de Gravataí enquanto cidade colonial portuguesa (...) (2011, p. 61)”. Mas com o passar do tempo, conforme aponta Catafesto de Souza, o assunto referente ao guarani caiu no esquecimento, em um contexto em que historiadores brasileiros reforçavam a ideia de que os índios haviam desaparecido, e que a cidade cresceu com os espaços vazios da sua presença. De modo enfático, o autor afiança que “(...) erros e silêncios na construção da identidade cultural que os habitantes de Gravataí têm sobre o passado e o presente de sua cidade precisa ser revertido (...) (2011, p. 62)”.

Como procurou-se demonstrar, a Arqueologia que trata especificamente dos estudos relativos à cultura guarani possui de longa data uma grande relevância no cenário nacional e regional. Desde os primórdios da Arqueologia brasileira, e da rio-grandense, em particular, diversos foram os trabalhos que se dedicaram ao tema, e diversas foram as abordagens e interpretações produzidas. Em que pese os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na região metropolitana de Porto Alegre, onde se insere, em alguma medida, o município de Gravataí, este não recebeu a atenção de arqueólogos. Ainda que autores como Ítala Irene Basile Becker, Cláudio Carle e José Otávio Catafesto de Souza reconheçam a importância da presença indígena pré-colonial no território do atual município, isto não se reflete em projetos específicos. Cercada de trabalhos de prospecções, escavações e projetos de longa duração, Gravataí, arqueologicamente falando, permanece como esta “ilha”.

Somada a produção historiográfica que insiste em considerar apenas os guarani missioneiros como indígenas relacionados a História da cidade, esta pode ser uma das razões da invisibilidade verificada no que toca aos guarani pré-coloniais. Talvez essa tarefa de reconstruir a ascendência indígena seja realizada ou, ao menos, lançadas as suas bases, pelo Museu municipal Agostinho Martha, para que se possa retornar às discussões, sejam historiográficas ou arqueológicas, auxiliando na melhor compreensão das raízes culturais de Gravataí. Referimo-nos a este Museu em particular, devido ao fato de que, como se buscará demonstrar adiante, ser este o local onde o indígena poderia ter parte de sua visibilidade contemplada.

### 3.1 GRAVATAÍ ANTES DE GRAVATAHY E VICE-VERSA.

*Eterno Amor*

*247 anos de Gravataí, Que conseguimos com união, Gravataí, cidade linda e maravilhosa! Posso até mudar de ti, Mas nunca me esqueço de onde vim! Mais um ano vamos comemorar felizes por esta data chegar, Cidade da igualdade, Uma aliança de fraternidade! Ah! Como eu amo a minha cidade!*

*Annelise Soares e Larissa Dorneles*

Para compreensível o esforço deste trabalho, é preciso antes destacar que, em alguma medida, o mesmo se enquadraria em uma perspectiva de História regional. O trabalho de pesquisa em História Regional, onde também podem ser incluídas as pesquisas de cunho local, é sem dúvida fazer uma viagem analítica dos diferentes acontecimentos que fizeram parte da construção desta História. É falar de vidas, mas também, fazer um exercício de reflexão, colocando tais discussões dentro de uma realidade historiográfica maior, seja ela nacional ou mesmo internacional. José D'Assunção Barros destaca o interesse central do pesquisador regional e a abordagem frente ao seu objeto de estudo:

“(...) de qualquer modo, o interesse do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (...) (2004, p. 153).

O caráter reconstrutivo de agrupar pequenas partes, fatos, pode revelar uma infinidade de informações antes desconhecidas. Além disso, é enfatizar o trabalho de pesquisa em espaços e contextos que ficam esquecidos.

Um ponto importante que Aldieris Caprini<sup>15</sup> nos revela acerca do trabalho de pesquisa em História regional é o fato de não confundi-la com a pesquisa de Micro História. Sem entrar numa discussão demasiadamente longa, é necessário levar em conta, grosso modo, a “Micro História faz uma redução de escala de observação

---

<sup>15</sup> Pesquisador do departamento de História do Centro Universitário São Camilo no Estado Espírito Santo. Disponível em <http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/64.pdf>

para perceber aspectos que poderiam não ser percebidos na análise macro. A História regional faz o estudo da realidade recortada por ela mesma (2010, p. 2)".

Já Ironita Machado traz o que seriam os desafios de se fazer História regional e local. Segundo ela, as provocações estariam na renovação, com base em novas metodologias, e também na renovação conceitual. "Pensando em renovação do conhecimento histórico e tendo a micro História como um meio metodológico e possibilitando abordagens de História regional onde se oferece novos olhares às análises de cunho nacional (2001, p. 140)".

Ainda nesse sentido, trabalhando as questões fundamentais da História, vê-se surgir o específico, o próprio, o particular. "A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças (AMADO, 1990, p.12 *Apud* MACHADO, 2001)". Conforme Pesavento (1990) podemos pensar também que é no "recorte espacial da realidade histórica que melhor se pode apreciar a forma pela qual uma fração regional dominante estabelece alianças e constrói seu aparato de hegemonia (p. 69)". Então porque não dizer que a região é um espaço onde as relações de poder se manifestam, onde também se configuram dominantes as memórias do grupo que mantem o poder?

Diante disso, Machado chama atenção para que o recorte regional não se desvie para o lado negativo, ou seja, de caráter tradicional que implica numa visão fragmentada e isolada do contexto macro.

"(...) os recortes feitos até então são arbitrários com base empirista que resulta em recortes espaciais de base física, tomados pela configuração externa de espacialidade em suas unidades politico-administrativas oficiais em cujos limites acontece o processo histórico. Na maioria dos casos o recorte é feito com base no pensamento geográfico, promovendo uma homogeneização do espaço sociohistórico conflituoso, negligenciando as relações entre homens, em suma, desconsiderando o caráter multidimensional da realidade (aspectos extra locais, transculturais) (...) (1990, p. 141)"

Isto posto, a última análise desse trabalho, não ficaria completa sem algumas memórias pessoais, fragmentos talvez, da experiência vivida como estudante de História, ex colaborador do Museu municipal e principalmente como morador da cidade de Gravataí. Fugindo um pouco a regra de dissertações em geral, a descrição dessa trajetória pode possivelmente caracterizar-se como um memórial. Dentro da temática que se propõe, as questões referentes às relações estabelecidas

entre o Museu e os diferentes discursos nele contidos ao longo da sua História, principalmente em relação a Pré-História e presença indígena guarani na cidade de Gravataí serão revistas.

### **3.2 GRAVATAÍ ANTES DE GRAVATAHY – OCUPAÇÃO DA TERRA E REGIÃO**

É importante explicar a palavra *Gravatahy* usada logo acima, até para que se tenha mais lucidez quando tal termo surgir novamente. De maneira simples, foi a forma que se pensou para fazer referência ao guarani remoto, que tanto pode designar aquele do pré-contrato, como o do pós-contato. Obviamente que para esse trabalho, o termo será usado para fazer menção ao guarani pré-colonial. O uso da palavra, grafado com *hy* no seu final, também remete ao passado da cidade, pois, o topônimo é de origem guarani, e significa *rio dos gravatás*. Então, subentende-se que a outra palavra *Gravataí*, escrita sem o *hy*, fara referência a ocupação europeia e ao aldeamento de índios cristianizados.

A seguir, foi percebido que, segundo o estabelecido na historiografia, sua origem histórica (Gravataí) se deu a partir da chegada de um contingente de famílias indígenas guarani. Famílias essas oriundas de Rio Pardo (por intermédio dos portugueses), no contexto das disputas territoriais entre as Coroas Ibéricas.

Na obra de Protásio Paulo Langer (1997), *“A Aldeia dos Anjos – A resistência do guarani - missioneiro ao processo de dominação do sistema luso”*, apresentou-se essa situação, onde através do confronto entre o guarani-missioneiro com os mecanismos de dominação do sistema colonial português e do assentamento de algumas famílias de índios na Aldeia Nossa Senhora dos Anjos foi que se dá a fundação da atual Gravataí. Vejamos uma breve contextualização histórica da Aldeia dos Anjos.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a região meridional da América do Sul foi palco de conflitos territoriais entre as Coroas espanhola e portuguesa. Num primeiro momento (1629-1641), o conflito envolveu índios missioneiros e bandeirantes paulistas. Tratava-se do contexto das investidas de Vicentinos e Paulistas em direção ao sul e em direção ao oeste, em busca de mão-de-obra indígena para os engenhos do litoral. As primeiras reduções de jesuítas na região do Guairá e do

Tape<sup>16</sup> foram alvo de ataques das bandeiras, provocando o início dos conflitos com os guaranis, que se arrastariam até o século XVIII.

Algumas décadas após, a partir de 1680, com a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento pelos portugueses, na margem norte do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires, os espanhóis reagiram, utilizando contingentes dos guarani – missioneiros, e tentaram expulsar os portugueses, em defesa da integridade dos territórios tidos como pertencentes à Espanha. Por volta de 1683, os jesuítas iniciam seu retorno ao Tape, fundando sete novas reduções na área que passava a ser conhecida como Banda Oriental do Rio Uruguai. Estas reduções, somadas a suas amplas estâncias, situadas também na Banda Oriental, configuraram um espaço de domínio em nome da Coroa espanhola<sup>17</sup>.

Os relatos da época demonstraram que a região de domínio espanhol já tinha chamado a atenção dos portugueses. Manuel Jordão da Silva solicitava, de forma insistente, permissão ao Vice-Rei de Portugal “para ir povoar o Rio Grande, que se há terra de promessa no mundo, é aquela (...) por ser muito abundante em ouro” (SILVA, 1981, p. 50). Em Francisco Ribeiro, percebe-se que, entre todos os motivos o que mais atraía os interesses portugueses era o gado. “(...) a comodidade é admirável pela excessiva quantidade de gado; segura o sustento e conveniência a todos os que a habitarem (...) (RIBEIRO, 1981, p.64)”.

Além da importância do gado, considerava-se iminente a possibilidade de um grosso comércio e navegação e bons portos. Ademais de um comércio com todo o Brasil, havia a possibilidade de efetuar com as cidades espanholas um contrabando de artigos variados, em troca da prata oriunda das minas de Potosí. Outra riqueza de comércio garantido apontada como promissora era a erva mate. A existência de grandes quantidades de ouro era cogitada, mas Francisco Ribeiro desconfiava dessa possibilidade, pois recebera essa informação dos índios.

---

<sup>16</sup> Atuais porções dos territórios do Paraná e do Rio Grande do Sul, respectivamente.

<sup>17</sup> BARCELOS, A. H. F. *Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII*. Revista Complutense de História de América, Madrid, Espanha, v. 26, pp. 93-116, 2000.

Há nesses relatos a clara intenção de Portugal de integrar ao seu Reino os povoados missioneiros da Banda Oriental. “(...) Tem estas terras, pela grandeza, comodidade, riqueza e fertilidade, sufficientíssimo sítio para nela se fazer em poucos anos um Reino muito maior que o de Portugal, principalmente ficando as Aldeias dos Padres no domínio livre de sua Majestade (...) (RIBEIRO, 1981. p. 63)”.

As Aldeias jesuítico-guarani eram associadas à existência de minas de metais preciosos. Em suma, vários outros relatos criavam e reforçavam o mito das minas de ouro e de prata, existentes em Rio Grande e nas Missões Jesuíticas.

Nos primeiros decênios do século XVIII, a conquista e a exploração econômica das extensas áreas ao sul, havia se tornado urgente para os lusos, pois a presença espanhola na região se tornou uma ameaça de antecipação da conquista e uma possível hegemonia por parte destes últimos. Com a frota de João de Magalhães, em 1725, inicia-se, ainda que extraoficialmente, a ocupação e exploração econômica do Rio Grande por parte dos luso-brasileiros.

O aproveitamento imediato do gado, uma das abundantes riquezas, se deu em forma da distribuição de sesmarias. Gradativamente, o litoral sul rio-grandense ia sendo ocupado por sesmeiros. Os portugueses iniciaram o povoamento da região litorânea e dos campos de Viamão, processo reforçado com a fundação do forte Jesus Maria José, em 1737, na barra do Rio Grande, sangradouro da Lagoa dos Patos (PESAVENTO, 1980).

Em meados do século XVIII, num contexto expansionista ibérico que necessitava de delimitações geográficas consensuais às conquistas e ao povoamento até então praticados, se buscava uma redefinição política de ocupação para a região. Dentro desta redefinição, com o Tratado de Madrid (1750)<sup>18</sup>, firmado entre Portugal e Espanha, a fatalidade estava sendo traçada, no além mar, para as reduções jesuíticas da Banda Oriental.

Os habitantes destas reduções deveriam abandonar, além de suas terras, os ervais, as estâncias de gado e os povoados construídos com o trabalho de várias

---

<sup>18</sup> Troca da Colônia de Sacramento pelo território localizado à margem oriental do Rio Uruguai in: CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

gerações. O artigo XVI do Tratado apresenta as condições em que deveria ser feita a mudança dos guarani:

“Das povoações ou Aldeias que cede S.M.C. na margem Oriental do rio Uruguai, sairão os Missionários com todos os móveis, e efeitos, levando consigo os índios para aldear em outras terras de Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as Armas, Pólvora, e Munições, que tiverem; em cuja forma se entregarão as povoações à Coroa de Portugal com todas as suas Casas, Igrejas e Edifícios, e a propriedade, e posse do Terreno (CORTESÃO, 1989, p. 471)”.

Os guarani missioneiros, por sua vez, teriam que se estabelecer em terras situadas na margem direita do rio Uruguai. As terras indicadas estavam ocupadas por outros povos missioneiros e as demais eram insalubres, localizadas próximas a pântanos ou ainda eram habitadas pelos charruas, tradicionais inimigos dos guarani. Com a exigência de transmigração do contingente populacional das reduções da Banda Oriental, os guarani missioneiros se sublevaram, enfrentando os exércitos português e espanhol, o que resultou numa grande derrota e a desestruturação social, econômica dos povoados (GOLIN, 1999).

Como resultado, algumas famílias de guarani das reduções foram aliciadas pelos portugueses e transmigradas para a região de domínio luso. É desta forma que serão criadas aldeias com estes guarani, de forma a integrá-los à colonização portuguesa em curso.

Contudo, os conflitos acabaram levando Portugal a abrir mão das reduções que lhe tocavam pelo Tratado de Madri, e a permanecer com a posse da Colônia do Sacramento. Em 1762, eclodiram novos conflitos entre Portugal e Espanha, os quais repercutiram na América ibérica. O exército espanhol, sob comando do general Cevallos, lançou-se à reconquista dos territórios povoados pelos portugueses, no sul da América.

O primeiro povoado português ocupado pelos espanhóis foi a Colônia de Sacramento e logo a seguir, a Vila de Rio Grande de São Pedro. Com o temor de que os guarani arranchados em Rio Pardo se aliassem aos espanhóis, as autoridades portuguesas providenciaram sua rápida mudança para os campos de Viamão. “(...) logo que houve suspeita da guerra os mandou retirar o mesmo senhor daquela fronteira para o interior desta Província, ou pelos não expor ou por se não

fiar na sua volubilidade; pois não predomina neles a Constância (...) (SANTOS, 1990, p. 47)”.

Ainda em 1762, famílias de guarani - missioneiros começam a ser transferidas para a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, onde atualmente se localiza a cidade de Gravataí. Em abril de 1763, mais de 3.500 índios se encontravam na Aldeia dos Anjos, que pertencia à Freguesia de Viamão.

As primeiras notícias sobre a região, segundo Eloísa Capovilla, em texto apresentado no encontro chamado Raízes de Gravataí em 2011, se revelam a partir das primeiras descidas dos portugueses, que em direção ao limite sul do território brasileiro, registraram o rio gravatahy e o Itacolomi como acidentes geográficos demarcando o espaço. “(...) Após 1763 temos a Aldeia dos Anjos ou Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia como referencia maior para a mesma região (...) (2011, p. 40)”.

O trabalho de Capovilla vai mais além, apresentando através de análises de outros documentos oficiais, os primeiros moradores da região por meio de doações de sesmarias. Dentre esses documentos, se destaca a descrição do rio Gravataí, desde sua nascente até o caminho que percorre as proximidades de Porto Alegre, e suas características físicas, como também a vizinhança as margens desse rio, referenciando a população indígena das *Sete Missões ou Aldeias do Uruguai*. Em outro trabalho, de Vera Barroso, são apresentadas outras contribuições acerca dos moradores de Gravataí no século XVIII, mostrando que foram muitos os açorianos que se fixaram na freguesia da Aldeia dos Anjos (BARROSO, 2002, *Apud* CAPOVILLA 2011).

Certo de que o assunto relacionado às primeiras concessões de terras no Rio Grande do Sul para a região de Gravataí é extenso e sem incidência direta nesse trabalho, para maiores detalhes sugerimos as Revistas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, especialmente o volume que contém as concessões de sesmarias.

Na ocasião do estabelecimento dos índios em Nossa Senhora dos Anjos, já viviam aproximadamente 400 famílias em Viamão. Portanto, já em 1762, não havia mais terras devolutas nas adjacências de Viamão. Por essa razão, os índios foram estabelecidos às margens do rio Gravataí, de acordo com a lei da época, meia légua junto a qualquer rio navegável pertencia ao Rei. A instalação destes guarani na

Aldeia dos Anjos, na segunda metade do século XVIII, parece ter contribuído para a ideia de que esta seria a relação entre populações indígenas a as origens do município de Gravataí. Cria-se assim, um corte entre a presença indígena anterior a colonização portuguesa, substituindo esta pela presença dos guarani transmigrados das reduções.

### **3.3 GRAVATAHY ANTES DE GRAVATAÍ E SEUS DESDOBRAMENTOS AO LONGO DA HISTÓRIA LOCAL: O MUSEU, AS CERAMICAS E DUAS HISTÓRIAS.**

Para remontar algumas passagens importantes do que seria o passado pré-colonial em Gravataí, faz-se necessária uma síntese do que até o presente momento tem sido consenso para a grande parte dos historiadores e arqueólogos no Rio Grande do Sul, consenso este, por certo, não isento de polêmicas.

A História dos guarani no sul do Brasil remonta ao século I d.C. Originários da região amazônica trouxeram consigo o cultivo de plantas e a produção de cerâmica sendo os primeiros indígenas reconhecidos pelos europeus (portugueses) (CATAFESTO DO SOUZA, 2011). Aproximadamente 200.000 indígenas falavam guarani no Rio Grande do Sul ao tempo da colonização europeia. (KERN, 1997). A língua guarani era falada nos territórios dos atuais Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Paraná, e certas regiões que compreendem hoje parte de países como Paraguai e Argentina, por uma população que ao tempo da conquista, deveria alcançar 600.000 e 800.000 indivíduos ou mais (KERN, 1997 p. 300). Os falantes do tronco lingüístico Tupi-Guarani formavam, a época da chegada dos europeus, uma das populações mais numerosas do leste do Brasil. Segundo Kern:

“(...) os Guarani em terras geralmente mais frias, vão cultivar o milho, o aipim, o feijão, a batata-doce, as abóboras, para cujo preparo necessitam algumas formas de artefatos cerâmicos, que vão distingui-los de seus irmãos do norte. A tradição cultural<sup>4</sup> que reúne os dois ramos de agricultores é denominada pelos arqueólogos de tradição Tupiguarani para separa-los das tradições tecnológicas de outros agricultores da mesma área, como a Aratu na Bahia e em Goiás ou a Taquara no planalto do Rio Grande do Sul, que apresentam outras características tecnológicas e culturais (...) (1997 p. 300)”

No Rio Grande do Sul, de acordo com a literatura arqueológica, os guarani estavam instalados ao longo da curvatura do rio Uruguai e das bacias hidrográficas deste rio e da depressão central. As mais antigas cerâmicas foram identificadas em sítios que remontam aproximadamente dois mil anos, ou mais. As vasilhas cerâmicas eram fundas e conformadas, como as da subtradição Corrugada, e também eram pintadas como as da subtradição Pintada. De acordo com Kern (1997): “(...) como a cerâmica ainda não é diversificada provavelmente a língua também não é (...)”. Segundo Migliazza, o Guarani e o Tupi estariam completamente separados por volta de 700 a 800 d.C. Por volta dessa data, a subtradição Corrugada estaria plenamente desenvolvida no Alto Uruguai e no Médio Jacuí.

Além do povoamento no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, já teria neste período (700 a 800 d.C), outra aldeia no vale do Jacuí, apontando para uma mobilidade desses horticultores em busca de novos lugares e outras matas para cultivar. Entre os séculos IX e X começou-se a perceber núcleos em todos os vales cobertos por matas e ao longo das lagoas do litoral do Rio Grande do Sul. No litoral sul e sudeste brasileiro encontrou-se uma grande concentração de Mbyá e de Chiripa, habitando o território onde viveram os Carijó-Guarani, seus ancestrais, até seu desaparecimento no século XVII (COSTA e BRAND, 2007).

Estes índios continuam então fiéis ao seu território de origem, procurando se estabelecer nos mesmos *amba*, lugares ou espaços, segundo eles, criados e destinados por “Nhanderu Tenondegua”, a divindade superior, para serem ocupados pelos Guarani. Ressaltamos que estes *amba* estão localizados nos mesmos limites geográficos observados pelos cronistas durante a conquista.

Os Guarani pós contato, mas não cristianizados, chegaram ao litoral do Brasil no início do século XX, provenientes do interior da América do Sul (Paraguai, Argentina e do estado brasileiro do Mato Grosso do Sul), forçados pela invasão de suas terras por colonizadores, por conflitos com outros autóctones, e, principalmente, em busca de *Yvy mara ey*, a “Terra sem Mal”, um paraíso mítico localizado além do oceano. Tanto no litoral como no interior dos Estados do sul e do sudeste do Brasil, os Mbya e os Chiripa têm sido vizinhos, por vezes coabitando uma mesma área, em razão de suas semelhanças culturais, e também são vizinhos dos Kaingang em algumas terras indígenas demarcadas pela FUNAI.

A existência desse grupo ficou registrada através dos cronistas que os descreveram de várias formas. Schmitz já apontava esse fato quando assinalou que dentre os grupos pré-históricos, a História guarani seria a mais fácil de escrever por se conhecer a sua economia, costumes e narrativa colonial (1997). A partir desses registros pode-se, por exemplo, identificar as regiões que habitavam, como os Arachanes que viviam na região do lago Guaíba, Carijós que ocupavam o litoral Atlântico na direção norte, Tapes que viviam nas bacias dos rios Jacuí, Vacacaí, Ibicuí e Uruguai, e os Anjos que viviam nas regiões de Gravataí e Santo Antonio da Patrulha (CATAFESTO DE SOUZA, 2011).

Ainda se valendo dos registros e relatos históricos, percebemos o quanto é antiga a ocupação da região de Gravataí. Vale lembrar que essa ocupação de que estamos falando, diz respeito aos indígenas ainda não cristianizados. Na História da companhia de Jesus no Brasil, Guilhermino César apresenta alguns apontamentos acerca da localização do que seria uma aldeia indígena guarani e uma possível localização dessa.

O texto dá destaque a um chefe indígena dos Carijós chamado grande Anjo. Sua aldeia estaria situada ao norte de Porto Alegre. Certo que os índios dessa aldeia apareciam como o nome de anjos. Dado interessante é fato de que ao chefe Anjo é atribuído um reinado que teria abrangido um período superior a vinte anos.

Segundo Antonio Augusto Fagundes (1987), “esse chefe indígena em 1617 já era famoso e reinava absoluto no nordeste rio grandense (p. 21)”. Poderia surgir dúvida referente a cristianização ou não desse grupo, mas logo é resolvido quando no relato surge fragmentos de que os jesuítas portugueses buscavam esse chefe para cristianizá-lo, e através dele todo o grupo sob seu cacicado.

Tendo como ponto de partida a data de 1617 referida por Fagundes, como sendo o auge do grande Anjo e sua aldeia, é possível colocar *Gravatahy* dentro de um contexto maior. Se recuarmos os tais vinte anos, teremos a data de 1597, mostrando que desde o final do século XVI, as terras da região já estavam sendo ocupadas. Mesmo se fizermos o exercício ao contrário, somando vinte anos a 1617, teríamos algo equivalente a 1637, período de grande movimentação de vicentinos e outras ordens religiosas com suas missões religiosas.

Em reflexão mais atenta, a segunda possibilidade de data (1637) seria mais plausível pois podemos confrontá-las com os escritos do padre Antonio Vieira, na obra de Guilhermino César, *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul 1605-1801*, no capítulo dedicado a missão aos Patos. Nesse trecho a aldeia de Caïbi, também conhecida como a aldeia do grande Anjo (Fagundes, 1987), foi o último lugar visitado pelos inácianos indicando que não houve contato anterior.

Ao fazer o relato da referida missão, foi também apontado o ano de início dessa, que seria 1622, lembrando que a data se encontra dentro da margem dos vinte anos de reinado do grande Anjo. Corroborando com a premissa de que o grupo indígena que ocupava a área não era cristianizado. De acordo com a interpretação de Serafim Leite a aldeia já ficava em território rio-grandense “nas cercanias da atual Pôrto Alegre (p. 27)”.

Além disso, o texto mostra uma passagem da História que envolvia a disputa entre jesuítas e vicentinos pela “posse” dos índios. Serafim Leite levanta algumas questões do por que não prosseguiu o intento apostólico na região. Uma delas seria o fato de não concorrer a Companhia de Jesus do Brasil com os jesuítas espanhóis de Asunción. Ou também, que o principal obstáculo, seria aquele imposto pelos habitantes de São Vicente que, sabendo que na região abaixo de Laguna em Santa Catarina, havia um contingente grande de populações indígenas, desde muito tempo já se dirigiam para ela atrás do “escravo vermelho” (p. 27). E como os missionários se opunham a escravidão destes, os vicentinos fizeram de tudo para que não se construísse nenhuma aldeia jesuíta, chegando a ameaçar com o uso de violência para afastá-los daquela região.

Assim, temos indicativos de que a região onde hoje se encontra o atual município de Gravataí corresponde às áreas apontadas como sendo de ocupação por grupos guarani a, pelo menos, um milênio. Além disto, é possível que nesta região, ao tempo dos primeiros contatos com os europeus, tenha havido chefias com predomínio sobre mais de uma aldeia, configurando uma espécie de cacicado, representado pela figura quase “lendária” do Cacique Anjo. Por todos os pontos expressados até o momento, é de se supor que na região as evidências materiais relacionadas à ocupação guarani pré-colonial sejam abundantes. Contudo, como demonstrado, a falta de estudos arqueológicos não permitiu ainda a sua devida

identificação. Isto não impede, contudo, que o passado indígena não seja, eventualmente, reconhecido na cidade. Parece ser este o caso da trajetória do elemento indígena no Museu municipal.

### **3.4 DESDOBRAMENTOS SOCIOPOLÍTICOS E A FUNDAÇÃO DO MUSEU.**

O processo de formação e transformação política e social pelo qual passou o município de Gravataí está relacionado à política cultural e a própria fundação do Museu municipal. Não distante de outros municípios, guardadas as suas peculiaridades, Gravataí atingiu um rápido desenvolvimento em vários segmentos, fazendo com que a mesma deixasse de ser considerada uma cidade dormitório em relação a Porto Alegre, para figurar entre as cinco economias mais importantes do Estado já a partir da metade da década de 90 do século XX.

Administrativamente, por volta do ano de 1809, com a criação dos primeiros municípios do Rio Grande do Sul, e com o grande movimento de carretas com produtos vindos de outros lugares, como Santo Antonio da Patrulha, a Aldeia dos Anjos foi elevada a condição de distrito de Porto Alegre. Em 1880 é elevada a condição de Vila, sendo que alguns meses depois, no mesmo ano, foi instalado oficialmente o município de Gravataí.

Os contornos de um verdadeiro município foram implantados na década de trinta do século vinte. Os traços urbanísticos planejados, a abertura de ruas e o fornecimento de energia elétrica aconteceram no período administrativo de Loureiro da Silva, considerado o grande desenvolvimentista na História local.

As décadas de 50 e inícios de 60 acabaram por evidenciar a clara divisão econômica do Rio Grande do Sul, pois, de acordo com Voltaire Schilling, em *Rio Grande do Sul – de um século ao outro (1900-2000)*<sup>19</sup>,

“(...) um dos mais evidentes sinais indica que a metade Sul, dominada pela grande propriedade em mãos de umas 500 famílias, continuará sendo a mais ameaçada de vir a petrificar-se, de consumir-se numa estagnação. A metade Norte, por sua vez, continuará a se distinguir por sua prosperidade e pelo seu acelerado industrialismo. Se nada se fizer, o que hoje separa ambas metades irá converter-se num abismo nos decênios que nos aguardam (...).

Não obstante, logo se iniciou uma grande concentração de fábricas nestas regiões para atender a demanda de São Paulo. Nesse ínterim, as cidades do vale dos Sinos, como São Leopoldo e Novo Hamburgo, abriram as portas para os mercados internacionais a partir da sua indústria calçadista. Ainda de acordo com Schilling, todos os investimentos estatais foram direcionados para aquela região, assim como o restante para a Serra.

De qualquer forma, não chegou a se instalar uma crise econômica que pudesse comprometer o desenvolvimento de Gravataí. Houve uma redução, mas não uma recessão. Logo se iniciou o período militar, que abriu um novo capítulo na História de Gravataí, sendo possível relacionar alguns elementos às políticas culturais e sociais do município.

Por ser um município situado na grande Porto Alegre, e distante dos principais eixos de conflitos prós e contra o regime militar, muitos podem ser levados a pensar que esse episódio da História brasileira passou de maneira quase que despercebida pelos gravataienses. Isso não é uma verdade completa. Como toda a sociedade em formação, era quase natural que se constituíssem grupos que se diferenciavam dos outros tendo como principal elemento o maior poder aquisitivo. Também era muito comum que esses grupos, de alguma forma, ocupassem postos de direção ou comando, atuando através da política e sobrepondo seus interesses aos da maioria. E que tratassem de criar práticas de representação através de outros meios.

---

<sup>19</sup> Publicado no sítio do Terra, acessado em 03/01/12. Originalmente o texto pode ser encontrado no seguinte endereço: <http://www.ufsm.br/desp/geomar/pessoal/arquivos/link2.html>. O artigo não conta com numeração de páginas, assim como não conseguimos verificar a data em o trabalho foi escrito.

A polarização partidária no município sempre existiu. Neste período, houve uma disputa entre forças políticas de representação social distintas, como José Linck e Dorival Candido Luz de Oliveira. Os membros do Partido Social Democrático (PSD), de acordo com Rafael Linck Moehlecke<sup>20</sup>, “representavam o interior e parte do eleitorado do centro da cidade, o PTB era notavelmente mais urbano muito ligado ao operariado que gradativamente se formava em Gravataí e nos bairros periféricos ao centro (p. 183)”. A partir das reflexões deste autor, poderíamos dizer que a elite gravataiense se constituía como uma elite agrária local e conservadora.

Com a forte representação da zona rural nas políticas do município, não haveria como deixar de pensar também nas formas de representação. A maneira mais característica de expressão da cultura do homem do campo, produtor e criador de animais, aqui no sul, é através de danças e músicas. Que melhor lugar concentraria tudo isso que os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs)? Desde os anos de 1950, há no município um dos maiores e mais tradicionais CTG's do estado do Rio Grande do Sul, chamado Aldeia dos Anjos. Não se está dizendo que os CTG's sejam lugares segregadores, mas também se sabe que para manter uma rotina de apresentações, indumentária e até mesmo animais para desfiles, não é algo ao alcance do operariado, mesmo em tempos atuais.

Para a cidade, esse movimento cultural era muito presente, caracterizando assim uma realidade sociocultural. Mesmo praticada por pessoas com melhores condições, o tradicionalismo chegava a ter respaldo das classes populares, certamente por lançarem mão de signos que foram por elas identificados. (JACKS, 1987)”.

Quando o assunto é cultura gaúcha, ou mesmo a discussão de identidade regional, todo o cuidado é pouco. Uma das intenções também é evidenciar como isso foi presente na cidade de Gravataí, e que também tiveram seus reflexos principalmente nos anos iniciais da fundação do Museu e a sua forma de organização.

---

<sup>20</sup> Artigo publicado em 2010 na revista eletrônica Historiador sob a orientação da professora Vera Barroso.

Não há muitos elementos para que possamos remontar a política gravataiense da década de sessenta de forma completa, até mesmo em razão do pouco material produzido acerca do assunto. O que se tem são fragmentos encontrados para dar conta de um universo complexo para esse período na História do Brasil, e também em Gravataí. A memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no tempo e no espaço (HALBWACHS, 1990) e a partir das mudanças políticas ocorridas no município os grupos que dominaram as formas de representação naquele período serão substituídos por outros.

Nas eleições de 1963, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) vai, pela primeira vez, ocupar a prefeitura, com a vitória de Dorival Candido Luz de Oliveira. Segundo algumas entrevistas colhidas por Rafael L. Moehlecke foi definitivamente “quando a cidade teve um governo popular, quebrando assim com a hegemonia de poder da elite gravataiense (p. 184)”.

“sua eleição (a de Dorival) constitui-se numa vitória das vilas em relação à sede e as zonas rurais justificando-se sua administração voltada à solução dos problemas sociais (Rosa, 1987 *Apud*, Moehlecke, 2010 p. 107)”.

Pois, até então, a política partidária de Gravataí era governada e historicizada pela concepção das famílias tradicionais. Desde tempos mais antigos, essas famílias aparecem nos registros sempre como as famílias de grandes posses, algumas até escravagistas. Com Dorival Candido Luz ocupando a cadeira de prefeito, logo foi necessário dar conta das questões sociais, e dirimir as diferenças. Isso quer dizer, fazer com que a maioria da população das vilas e da periferia alcançasse condições de vida melhor e acesso aos principais serviços básicos.

Realizadas algumas reformas na estrutura social de Gravataí, era chegado o momento de vislumbrar outras áreas que anteriormente não puderam ser contempladas. No seu segundo mandato como prefeito, no ano de 1974, a cultura passou a ter mais destaque, mesmo que de forma tímida. Não estão claras as razões para o fato de que não se tenha criado um museu na cidade de Gravataí até os primeiros anos da década de sessenta. Seja por falta de documentos, ou mesmo de pesquisas, para preencher mais essa lacuna na História local. Todavia, podemos apontar alguns caminhos para uma reflexão acerca desse assunto, obviamente não de maneira conclusiva.

A falta de um Museu municipal pode demonstrar a falta de capacidade de uma cidade de organizar informações, estruturar e esquematizar dados acerca de seu passado. Mas no caso de Gravataí, talvez não seja esse o caminho pelo qual as coisas se desenrolaram. Até o governo de José Linck, a representação política estava a cargo das chamadas famílias tradicionais gravataienses. Famílias de posses e detentora de grandes porções de terras no interior e no meio urbano. Essa hegemonia política e cultural da elite em Gravataí encontrou fortes laços no tradicionalismo gaúcho. Vale a pena nesse ponto fazer uma breve pausa para que possamos voltar os olhos aos antecedentes históricos dos movimentos culturais no Rio Grande do Sul especialmente o Tradicionalismo gaúcho.

Em trabalho cujo título é *Mídia Nativa: Indústria cultural e cultura regional*, Nilda Jacks (1997) descreveu o que seria os antecedentes históricos dos movimentos culturais no Rio Grande do Sul. Desde o século passado, os movimentos culturais gaúchos caracterizam-se por originarem-se na classe média urbana, embora tivessem fortes ligações com o interior, principalmente com a zona da Campanha. Alguns destes movimentos se tornaram populares ao se estenderem à outras classes, especialmente as mais baixas, carregando a tendência de retratar um gaúcho estandardizado, mitificado, tornado herói anteriormente pela literatura e pela historiografia oficiais. Os movimentos culturais de maior repercussão são o *Tradicionalismo* e o *Nativismo* que, após um período conflitante para impor uma hegemonia, chegaram a um momento de assimilação mútua, por terem em vista a valorização da cultura regional do Rio Grande do Sul.

Conforme Barbosa Lessa (1985), cada geração reinventa a cultura e as tradições gaúchas de acordo com as características de cada época, o que, na maioria das vezes, é encabeçado por jovens pertencentes ao segmento mais escolarizado da população.

“(...) Assim, nos anos 60 do século passado, alguns anos após a Revolução Farroupilha, o seu ideário é reafirmado pela criação do Partido Liberal Histórico, e aos poucos as ideias liberalistas passam a prestigiar as tradições farroupilhas que saem do ostracismo e ganham importância dentro do quadro histórico-político da Província. À esta época, no período chamado por Barbosa Lessa de *farroupilhismo*, atuava também a Sociedade Partenon Literário, que é considerada a precursora do Tradicionalismo gaúcho (JACKS, 1997) (...)”.

A autora aponta ainda o segundo momento deste processo que acontece em 1899, durante a transição da Monarquia para a República, quando foi necessário

levar a população a confiar nas lideranças nacionais de um país que não tinha mais um imperador. No Rio Grande do Sul foram fundados vários núcleos cívicos que pretendiam festejar as datas nacionais e apoiar o regime republicano. Essas entidades usavam em sua denominação a palavra *gaúcho*, numa época em que não era ainda um substantivo gentílico, e tinha uma conotação pejorativa, talvez por isso não tenham sido duradouras. Essa fase foi batizada de gauchismo cívico.

Uma geração depois surgia o regionalismo literário, em que pontificavam Vargas Neto, Augusto Meyer, Carlos Dante de Moraes, João Simões Lopes Neto, entre outros. Este movimento ficou no âmbito da literatura, revigorou o mito do gaúcho-herói e, de alguma forma, refletia o projeto da Semana de 1922, que também defendia, num dado momento, os valores regionais para construir a identidade brasileira. Nos anos 50, surge o ciclo do Tradicionalismo, criado por jovens que "eram os gaúchos" para contrariar a fase anterior em que os jovens "escreviam sobre os gaúchos". Foi o movimento que criou os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), entidades associativas que objetivam cultuar as tradições, através de uma simbologia que tem por base a vida no campo. O movimento se fortificou e alcançou todos os estratos sociais.

A segunda fase do tradicionalismo teve seu auge com a criação do CTG 35, em abril de 1948, por um grupo de estudantes vindos do interior do Estado, e que estudavam no Colégio Júlio de Castilhos. De acordo com Jacks, o que levou o grupo a organizar esse movimento foi a conjuntura político/social em que se encontrava o Brasil, e que se refletia no Rio Grande.

Outros autores pertencentes ao movimento fizeram as suas análises do momento em que foi criado o CTG 35, como Edson Otto e Onésimo Duarte. Conforme estes houve uma violenta descaracterização da música, literatura e vestimenta, sendo esses elementos impostos de fora. Nesta perspectiva, a cada dia nos tornávamos menos gaúchos, menos brasileiros, e cada vez mais confundidos com os americanos e europeus.

Esse fato é corroborado pela análise de Gerson Moura (1984), quando relata que a chegada do E.U.A. ao Brasil, de forma muito nítida, aconteceu nos anos de 1940. A presença econômica, apesar de menos visível, era bem anterior a essa data, e certas manifestações culturais como o cinema americano já introduziam

valores e expandiam os mercados no Brasil. Mas, é na década de 40 que se observa a presença cultural maciça dos Estados Unidos, como formas de vestir, padrões de comportamento, comunicação social e expressões artísticas.

Foi nesse período de ebulição do tradicionalismo que, na década de 50, foi fundado na cidade de Gravataí, o CTG Aldeia dos Anjos, muito conhecido na região e praticamente em todo o Estado, pelo grande número de prêmios em festivais de danças como o ENART<sup>21</sup>. A aproximação da elite gravataiense com o CTG, vista aqui também como sendo a continuação dos sesmeiros que lá chagaram anteriormente, poderia ter sido pela própria estrutura que estes centros reproduziam. Tau Golin já assinalava isso quando apontou que “(...) ele (o CTG e o Movimento tradicionalista) revive um tempo de supremacia do latifúndio e os valores que se pretende transportar ao presente são representativos dos estancieiros (...) (1983)”.

Foi na década de 1970, já no segundo mandato de Dorival Candido, que houve, através de lei municipal, a criação e organização do museu municipal Agostinho Martha. Organizado em 1981, teve como primeiro “diretor” o senhor Jorge Rosa. Segundo informações do museu municipal e de arquivos pessoais, Jorge Rosa nasceu no distrito de Barro Vermelho, em Gravataí, no dia 19 de fevereiro de 1924. Foi capataz da granja São Luiz durante 12 anos, também na cidade. Fundou o grupo de Terno de Reis, Cancioneiro Celeste, onde atuou por mais de 40 anos, até o seu falecimento em 2005.

Neste sentido, também nos faltaram algumas informações acerca do motivo pelo qual somente na década de 80 foi que aconteceu a organização do museu. É possível que a demora se deva ao fato de não se ter ainda um acervo constituído, pronto para exposição, assim como, pela falta de preparo/formação, de uma concepção de museologia, com seus objetivos e diretrizes norteadoras adequadas.

A valorização do passado das cidades, além de ser uma característica comum às sociedades deste final de milênio (ABREU, 1998), tem uma relação muito próxima com os museus quando da existência de um. Isso é algo inédito tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, e reflete também uma mudança importante nos valores até agora predominantes.

---

<sup>21</sup> Encontro de Artes e Tradição Gaúcha. Para mais detalhes ver <http://www.enart.org/oenart.php>

Segundo Mauricio de Almeida Abreu (1998), a valorização do passado se dá hoje de forma generalizada no mundo, refletindo uma nova relação identitária entre os homens do final do século XX. Nesse mesmo sentido, alguns autores oferecem várias explicações acerca dessa tendência. Independente dessas discussões, o importante é chamar a atenção para o fato de que todas apontam para o entendimento dos lugares nos dias de hoje (ABREU, 1998), e indo mais adiante, das instituições de memórias locais. O passado serve de suporte mais sólido na procura das cidades pela diferença, pois está preservado em instituições de memória, ou mesmo vivo na cultura dos lugares.

Em trabalho recente, Oracio Zapata (2011) tratou de descrever o processo de constituição do Museu Histórico Provincial Dr. Julio Marca, de Rosário, Argentina. Este trabalho, respeitadas as diferenças de envergadura dos museus e dos processos históricos brasileiro e argentino, guarda certa semelhança com os objetivos desta dissertação. Com efeito, o caso tratado por Zapata também versa sobre a visibilidade e a invisibilidade dos indígenas pré-coloniais em um contexto museal. Para tanto, o autor realiza uma descrição acurada do processo histórico de formação social e política de Rosário, para logo chegar a constituição do Museu Histórico e a forma como esta instituição tratou da “problemática de la memoria indígena” (p. 18). Segundo o autor, até a década de 90 do século XX, o Museu Histórico refletia a visão de História determinada pela burguesia local, onde o passado indígena pré-colonial não encontrava espaço de representação. Relacionando o museu com os aspectos patrimoniais, Zapata destaca que:

“La Idea de ‘un’ patrimonio pareciera anular la existencia no sólo de otras miradas sobre el mismo fenómeno, sino también la posibilidad puesta en escena de otras expresiones que podrían ser designadas con aquel concepto. Esta forma de concebir al patrimonio se vincula con un contexto de poder más amplio de producción, reproducción y manejo de saberes, donde no sólo se construyen visiones hegemónicas, únicas y universalizantes, sino también se niegan o desacreditan otras, considerándolas frecuentemente como leyendas, mitos y/o relatos pseudo-científicos. (p. 2)”

Contudo, com as mudanças ocorridas na museologia a partir do final do século XX, o Museu Histórico passa a se reconfigurar, dando início à uma nova forma de musealização dos elementos indígenas presentes em seu amplo acervo:

“La confluencia de múltiples sujetos en el discurso que ahora parece desplegar el museo intenta recrear la memoria colectiva de un pasado indígena que la historiografía argentina se encargó, por mucho tiempo, de invisibilizar mediante la celebración de fiestas patrias, la construcción de textos canónicos, la locución de discursos oficiales y la realización de grandes desfiles militares que reafirmaban y recordaban una y otra vez las grandes ‘gestas heroicas’ entre las que la ‘guerra contra el indio’ constituyó uno de los principales hechos fundacionales del país. (p. 19-20)”

Antes de iniciar as discussões sobre o Museu municipal de Gravataí, é importante ressaltar como alguns aportes de Maurice Halbwachs podem ser evocados para estruturar o que se pensa a respeito de memória das cidades. Dentro das noções de memória das cidades se encontram também as memórias coletivas.

Para Halbwachs, a memória coletiva também é uma corrente de pensamento contínuo que retém do passado somente aquilo que está vivo ou capaz de viver na consciência de um grupo. Isso não quer dizer que tudo o que ocorre no passado seja preservado. Outra particularidade da memória coletiva é que ela está sempre se transformando. Ela sempre se redefine.

Mauricio de Almeida Abreu (1998) aponta alguns outros elementos para as discussões acerca de memórias das cidades ou dos lugares. O primeiro diz respeito à ênfase da exigência de ancoragem objetiva das memórias, o segundo mostra o dinamismo das memórias coletivas que estão sempre se transformando. O terceiro é, pois, o que dá destaque aos momentos de ruptura, aqueles períodos de quebra de tradição, às vezes curto, mas que tem o poder de redefinir todo o quadro social das memórias coletivas (p. 9).

As memórias coletivas, diz Abreu, e conforme Halbwachs (1990), perpetuam-se mais através de registros/documentos. De fato “são esses registros que ao transformar a memória coletiva em memória histórica preservam a memória das cidades (ABREU,1998, p.10)”. Logo poderíamos dizer que os museus, também como instituições de memórias que guardam os documentos/registros das cidades, devem ser preservados. A curiosidade pelos lugares onde se cristalizam e se refugiam as memórias, no caso o museu, está ligado aos momentos de rupturas,

sejam elas políticas ou sociais, que acabam gerando mudanças. O museu Agostinho Martha não se apartou dessa curiosidade.

A trajetória do museu Agostinho Martha sempre foi marcada por mudanças, sejam elas no que tange a troca de local/sede, ou mesmo mudanças forçadas, como aconteceu depois do incêndio em 1997. A primeira destas mudanças aconteceu logo após a sua criação. A sede inicial estava localizada na rua Dr. Luiz Bastos Prado, e desse período não se tem muitos registros. Os dados existentes em relação, tanto ao passado como ao presente, são, portanto, fragmentados e incompletos o que dificulta análises sobre o tema. Mais tarde, por volta de 1985, foi adquirido um sobrado, datado de 1826, onde permaneceu até o sinistro em 1997.

Em seguida ao incêndio, foi possível observar o verdadeiro descaso em que mergulharam as políticas culturais relacionadas ao Museu. Sem a menor preocupação com acervo e a estrutura de exposição, o museu “rolou” por vários lugares diferentes. A atuação como estagiário se deu nesse período.

A proposta do museu Agostinho Martha desde o início foi a de contar a História do Vale do Gravataí através das salas temáticas. Segundo o atual diretor, “tinha-se que trabalhar com o pouco acervo e o espaço”, e ainda nessa mesma perspectiva, a falta de trabalhos técnicos referente à região foi, e continua sendo, um dos problemas mais comuns enfrentados pela equipe.

A falta de pesquisas ou trabalhos técnicos arqueológicos não é uma prerrogativa apenas da região de Gravataí. Além de contribuir com novas abordagens acerca de ocupações antigas das regiões, essas pesquisas poderiam desfazer certos mitos ou distorções sobre as Histórias locais. Um exemplo significativo foi a região amazônica, onde se acreditava que havia uma baixa densidade populacional nativa, assim como se julgava que essas populações não eram ricas e sofisticadas social e culturalmente, concepções que só foram desfeitas a partir de trabalhos realizados por mais de vinte anos pelo arqueólogo Eduardo Neves.

Para tanto, não há necessidade de buscar exemplos distantes. Na região do rio dos sinos, na cidade de Santo Antonio da Patrulha, com o trabalho de Adriana Schmitz Dias (2003), foi identificada uma ocupação pré-colonial. O caso de Gravataí

é um pouco diferente, pois, como não há trabalhos específicos, todos aqueles que possam vir a surgir, já irão contribuir em muitos aspectos com o entendimento de como aconteceu o desenvolvimento histórico, urbano e cultural.

Voltando à época anterior ao incêndio do museu, segundo alguns relatos, a exposição do museu era algo que ainda reproduzia aqueles fortes laços com o tradicionalismo gaúcho ou, por assim dizer, uma ligação forte com o discurso oficial da época. A História contada era aquela feita através daqueles objetos antigos muitos deles relacionados com o trabalho no campo ou oriundos das antigas residências da elite local.

Isso pode ser creditado talvez à experiência de vida que senhor Jorge Rosa trazia dos seus trabalhos como capataz. Não havia uma concepção do que expor e com qual objetivo, o museu encontrava-se num estado de desordem. Em outras palavras, o museu não passava de um amontoado de coisas. Essa noção de depósito que se criou em volta dos museus não é algo tão novo, e de acordo com informações, o material arqueológico, doado ainda nesse primeiro momento do museu, estava apenas exposto, sem informação alguma.

Em se tratando de representações de grupos dominantes, o museu também não ficou livre. As ações políticas que nos referimos aqui são aquelas que foram produtos das trocas de governos à frente da prefeitura. Em conversa com algumas pessoas ligadas ao museu, em suas falas, pode-se identificar que houve duas fases muito distintas no sentido da organização, pesquisa e difusão da cultura histórica da cidade.

A primeira foi representada pelo período em que esteve à frente do museu o senhor Jorge Rosa. Como dito, não existia um plano expográfico, havendo muita mistura de material e um culto ao tradicionalismo. A segunda fase diz respeito ao período pós anos 1989, com a substituição da direção do museu pelo senhor Getúlio Xavier, onde se observou a procura e preocupação em resgatar a História da região.

Esse processo que resultou nas duas fases foi algo um pouco mais intrincado. De 1981, quando foi organizado, até os tempos atuais, aconteceram quatro trocas de direção, sendo esta revezada pelos mesmos senhores supracitados. Para que se possa entender a forma como ocorreram as mudanças no museu, no que tange a

equipe diretiva, sem sombra de dúvida, é preciso considerar as mudanças nas gestões da prefeitura.

Desde a sua fundação, até por volta de 1987, esteve à frente do museu municipal o senhor Jorge Rosa. Com novas eleições e a troca de governo, em 1988, entrou o senhor Getúlio Xavier. Em 1993, mais uma vez troca de governo municipal. E, novamente, retorna a direção do museu o senhor Jorge Rosa. Por fim, no ano de 1997, sai o senhor Jorge Rosa, e volta Getúlio Xavier, permanecendo até os dias atuais.

Ao longo dos debates da década de 1970 se observou uma crescente de críticas vindas dos mais diversos setores do conhecimento aos museus (SANTOS, 2004), de maneira geral, esse fenômeno incide de maneira atrasada no Agostinho Martha. Enquanto na esfera nacional, os museus estavam passando por uma crise, sendo reconhecido como instituições de discursos fechados e espaços de preservação da cultura das elites, o museu de Gravataí dava seus primeiros passos rumo ao colecionismo. O período entre 1974/88 e 1992/97 pode ser considerado o tempo das coleções, as quais mantinham vínculos com personagens históricos locais e figuras políticas regionais.

No ano de 1997, por causas desconhecidas, mas com muitas especulações a respeito, o museu municipal Agostinho Martha é destruído pelas chamas. Parte do acervo foi danificada, assim como a grande parte dos registros do livro tomo ficaram ilegíveis. Termina aqui uma etapa da trajetória de 37 anos dessa instituição, ao mesmo tempo em que se inicia outra, agora dessa vez pela procura de um local apropriado que pudesse receber o que sobrou desse incidente. A experiência de ter tudo aquilo construído durante anos consumido pelo fogo não é algo distante de mim. As memórias de família também foram reduzidos a cinzas. De alguma forma, esse episódio com o Museu desencadeou essas lembranças de perda.

Como pode ser interessante desvelar a História que se esconde atrás de cada rosto. Pudéramo-nos, desvendá-las e pô-las no decurso do tempo e espaço dos acontecimentos, do meio em que se vive. Talvez seja demasiadamente pretensiosa essa aproximação de trajetórias como parte da de outras pessoas, ou mesmo de um local como o Museu da cidade. Ainda correndo risco, não se poderia deixar de fazer essa relação desses acontecimentos que ficaram marcados.

O ano de 2001 foi importante em vários aspectos, inclusive profissional. Nesse ano que iniciaram as atividades como estagiário no Museu. Com o passar do tempo as responsabilidades foram aumentando, exigindo que fosse necessário a atuação em outras frentes como montagem de exposições e em algumas pesquisas. Nesse tempo foi possível viver o Museu de várias formas. A maior parte do tempo era passada lá dentro.

Nesse período o museu estava localizado em uma das melhores áreas que uma instituição desse tipo poderia estar; ao lado da prefeitura e no centro da cidade, junto a principal avenida. A ótima localização atribuía vida ao museu através de muitas visitantes, forçando a equipe a oferecer algo novo para expor.

As salas temáticas eram compostas basicamente com o mobiliário de época, oriundos da própria cidade por meio de doações. Também contava com uma sala dedicada exclusivamente à cultura açoriana presente na cidade, onde se percebia a tentativa de fazer um paralelo entre o arquipélago dos Açores e a cidade de Gravataí, povoada por casais açoritais.

O hall de entrada, onde a exposição geralmente era fixa, havia outra sala, onde era realizada a maioria das exposições itinerantes, de acordo com cada época ou datas de importância. Ao fundo, mais um pouco de História local, onde havia exposição sobre a educação do início do século XX na cidade. Hoje, a partir desse exercício de memória, percebesse-se que algo não havia mudado desde a inauguração do museu até aquele momento. Os objetos mantinha ainda apenas etiquetas com a descrição e a data, seja de fabricação ou mesmo do período de uso. Isso passava a ideia de um discurso fechado, isto é, um início e um fim nos objetos, sem causar outro tipo de impressão do que aquela de surpresa, por se tratar de um algo antigo.

Algo que não se pode deixar passar é, sem dúvida, a iniciativa de educação patrimonial. O projeto se chamava “Circuito Cultural”<sup>22</sup>, e era destinado

---

<sup>22</sup> Os Historiadores do Museu guiam os alunos e ensinam sobre as curiosidades de locais como a Fonte do Forno, a Igreja Nossa Senhora dos Anjos, a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (Caergs) e a sede da Prefeitura, além de conhecer a ampla estrutura do Museu, que atualmente conta com seis salas temáticas. O Circuito Cultural teve seu início em 1997 tendo como uma de suas idealizadoras Prof.<sup>a</sup> Hilda Jaqueline de Fraga. In: <http://www.gravatai.rs.gov.br>

principalmente aos grupos de estudantes dos mais diferentes níveis de escolaridade. Isso já aponta para a preocupação que se tinha em tentar romper as barreiras, e promover uma verdadeira interação entre sociedade e museu, através da escola.

O Circuito Cultural trabalhava basicamente com a relação de complementaridade do que era visto em sala de aula. O público alvo era geralmente composto de alunos de primeira a quarta séries (equivalente ao segundo e quinto ano atualmente). Por essa relação complementar Museu/escola, seria possível pensar que ele perderia um pouco da sua missão de provocar no visitante a crítica de sua realidade local.

Em artigo publicado na revista de comunicação e educação em São Paulo, de 1997, essa noção de complementariedade foi discutida. Adriana Mortara Almeida defendia o fim da escolarização dos museus, isto é, o uso e incorporação pelos museus dos métodos de ensino das escolas. O problema dos museus derivava do fato de serem instituições de saberes oficializado, que “como a escola se empenham em manter a ordem social vigente (p.51)”. A autora então propõe que os museus colaborem com os processos de construção do conhecimento da realidade, sendo um espaço de veiculação, produção e divulgação.

Mesmo tendo esse caráter de complementação dos conteúdos das salas de aula, o Circuito Cultural apresentava a cidade para a população através da escola, e isso já algo a ser comemorado. Muitos museus locais não passam de coleções que não estabelecem relação alguma do que é apreendido com o passado das cidades. Em sua essência, esse projeto consistia na visita dos principais pontos de importância histórica para a cidade. Iniciava com uma acolhida no museu, saía-se para a praça, a fonte de água, a igreja matriz, as ruínas do Museu e a praça em frente, onde há alguns objetos, como a moenda. E como última parada, se retornava ao Museu para uma visita guiada.

Durante as visitas do circuito cultural, sempre era trabalhado com a ideia da origem da cidade a partir das famílias guarani oriundas da guerra guaraníca. Dentro do museu não havia nada que fizesse uma alusão ao possível passado pré-histórico da cidade. O interesse pessoal pela pesquisa dessa temática veio quando foi necessário buscar material na reserva técnica.

Esse foi um momento decisivo no sentido de que, ao entrar na reserva técnica, foi possível encontrar com dois objetos que moveriam toda essa reflexão histórica. Ao ver os materiais várias questões e ideias surgiram, e uma sensação de poder fazer muitas coisas foi semelhante a um “*brainstorming*”.

Os objetos guardados lá dentro se tratavam de duas urnas cerâmicas pré-coloniais guarani, encontradas na região de Gravataí. Fazendo uma pesquisa mais atenta no livro tombo, pode-se perceber que o primeiro registro de algum tipo de material arqueológico datava de 1980. Conforme esse documento tratava-se de um fragmento de *panela de barro de índio* encontrado na encosta de um morro, no distrito de Morungava. Infelizmente não encontramos mais registros, senão aqueles que estavam no livro tombo. E o mesmo se aplica para as cerâmicas encontradas e doadas em 1989.

Essas cerâmicas não estavam em exibição, tanto na exposição fixa quanto naquelas temáticas itinerantes. Para não incorrer em erro, sem muita certeza, acredita-se que elas vieram aos olhos do público somente na semana do dia do índio. Um momento onde se ressaltava a História de Gravataí a partir do índio cristianizado, e se apontava para a possibilidade de um passado pré-histórico, através das urnas guarani. Mas porque esse material tão rico e cheio de significado estaria fora do círculo de exposições que também faz parte da História local? Uma explicação poderia estar no fato de o Museu, naquela sede, não ter espaço para expô-las, ou também pela falta de trabalhos relacionados para contextualizá-las. Não seria prudente fazer uma exposição sem o mínimo de dados. As possíveis respostas podem nos dar um caminho para tentar compreender os processos de visibilidade e invisibilidade dessa outra parte da História de Gravataí.

Antes de retornar a trajetória do Museu municipal e aos processos de organização e desorganização pelos quais este passou, é importante fazer algumas breves considerações sobre a cerâmica como um objeto de estudo da Arqueologia. Estas considerações se devem ao fato de que, no transcorrer das próximas páginas, as cerâmicas guarani que se encontram no museu municipal irão adquirir relevância para este trabalho.

Entre as muitas fontes que o pesquisador pode lançar mão para saber sobre a diferenciação social dos povos ágrafos destaca-se a cerâmica, uma invenção que

pode se associar à crescente diversidade no interior de uma comunidade indígena. Ainda que a invenção das vasilhas não esteja associada diretamente à origem da agricultura, liga-se ao desenvolvimento das técnicas de transformação dos alimentos por meio de cozimento, fervura e torração (FUNARI, 2003, p. 80).

O uso de vasilhas como urnas funerárias é bastante conhecido. Algumas eram confeccionadas e decoradas apenas para enterrar os mortos, como as famosas urnas marajoaras. Outras urnas tinham uma função secundária de vasilhas feitas, em primeiro lugar, para cozinhar alimentos, ou fermentar bebidas alcoólicas, como é o caso das cerâmicas utilitárias dos povos de língua tupiguarani, sobretudo as vasilhas dos tipos *yapepó* e *cambuchi*.

A confecção das vasilhas visava a vários fins, tanto para o cotidiano quanto para rituais e celebrações específicas (FUNARI, 2003, p. 81). O exemplo das vasilhas confeccionadas pelos falantes da língua guarani pode ilustrar essa dupla funcionalidade. Desenvolvido por José Proença Brochado, o estudo das vasilhas arqueológicas guarani, em conjunto com uma série de outras informações arqueológicas e históricas, revelou um padrão tecnológico e funcional bastante similar entre as populações ao longo de dois mil anos no Brasil meridional.

Em termos arqueológicos verifica-se que essas vasilhas foram elaboradas dentro de padrões rigidamente determinados, com características materiais e formais constantes para cada classe de vasilha. Essas constantes indicam um sistema elaborado de transmissão de conhecimentos e técnicas para elaborar as vasilhas, obedecendo a requisitos funcionais pré-estabelecidos no âmbito da cultura Guarani. Também revela uma constante troca de informações e contatos, senão essas características constantes teriam se modificado com o passar do tempo entre as diferentes regiões ocupadas por essas populações.

Os dados arqueológicos podem nos inferir, a partir da cultura material, informações complementares acerca dessa população. Como raramente são encontradas vasilhas cerâmicas inteiras se recorre ao método de analogia etnográfica para reconstruí-las graficamente.

Para alguns, como Chang (1967), toda a Arqueologia é analogia etnográfica. A relação analógica se faz entre os objetos e configurações observadas

arqueologicamente com outras descritas etnograficamente, como visão de mundo a partir do indígena e a mitologia. Esta relação envolve uma abordagem que procura a identificação entre cultura material e o comportamento sociocultural indígena. O arqueólogo analisa o produto como resultado de um comportamento que pode ser observado pelo etnógrafo (Scatamacchia, 1990)

Binford (1968), Charlton (1981), discutem os limites da analogia, porém as regras para o uso da analogia já foram estabelecidas claramente por Schmidt (1939). Segundo estas regras a analogia etnográfica é tanto mais válida quanto mais próxima se encontram no tempo e no espaço as culturas comparadas e, também, quanto mais semelhantes sejam seus “níveis” culturais.

Aqui, o ideal seria efetuar a analogia etnográfica com os descendentes atuais dos mesmos indígenas (os Guarani) que produziram a cerâmica. Mas estes não produzem mais vasilhas cerâmicas há muito tempo, sendo que o único tipo cerâmico ainda produzido é o cachimbo. Resta o recurso das informações etno-históricas, mas não há descrições feitas por cronistas europeus, da cerâmica usada pelos Guarani históricos do século XVI em diante.

O que se tem como fonte acerca de cerâmica Guarani é o dicionário-Espanhol Guarani e Guarani-Espanhol de Antonio Ruiz de Montoya (1650/1876), que é um verdadeiro achado de dados etnográficos a respeito da cultura Guarani. Montoya indica a existência de diversas classes de vasilhas de cerâmica em uso entre os Guarani e refere sua funcionalidade. Não há ilustrações ou descrições completas destas vasilhas de modo que estas tiveram que ser reconstruídas. Para melhor compreensão, foi organizado um glossário que compara os termos em Guarani como os termos em Espanhol e procura explicá-los através dos comentários e etimologias do próprio Montoya. Feitas estas considerações acerca da cerâmica e suas possibilidades de estudo por parte da Arqueologia, pode-se, agora, retornar ao museu Agostinho Martha, onde, quase solitárias, se encontram duas vasilhas cerâmicas que, enquanto elementos da cultura material, possuem um grande significado para o que se tentará demonstrar.

Tentar traçar toda a História do museu Agostinho Martha seria uma tarefa longa e por vezes cansativa. Para tanto a análise inicia a partir, daquilo que considere como as três fases pelas quais passou o museu, sendo a primeira, aquela

que se dá antes do sinistro em 1997, onde encontramos uma tipologia de museu tradicional;

“(…) Na perspectiva tradicional, o que merecia ficar no museu era, em geral, a memória da elite: a farda do general, o retrato do governante, a cadeira do político, a caneta do escritor, o anel do bispo... Tudo isso compunha o discurso figurativo de glorificação da História de heróis e indivíduos de destaque. [...] Atualmente, os debates sobre o papel educativo do museu afirmam que o objeto não é mais a celebração e sim a reflexão crítica. Se antes os objetos são contemplados, agora devem ser analisados. O museu coloca-se, então, como o lugar onde os objetos são expostos para compor um discurso crítico (...) (RAMOS, 2001, p. 49 *Apud*, FERNANDES, 2010, p. 110)”.

Com base nas várias lacunas observadas no museu ao longo dessa trajetória em diferentes lugares, foi feita a opção de trabalhar com os processos de visibilidade/invisibilidade da memória guarani pré-colonial através da cultura material remanescente.

Desde o início, a sala de Pré-História era algo que reunia um grande número de objetos, que contavam esse capítulo a partir do guarani cristianizado. A exposição das cerâmicas e outros fragmentos arqueológicos da região sempre houve. A base para compor a sala de Pré-História contava com o auxílio do pesquisador e arqueólogo André Jacobus. Obviamente, com tudo que foi feito até aqui, poderíamos pensar que esta exposição não passava de etiquetas que identificavam o material, pois, mesmo conhecendo as cerâmicas e a sua procedência, o livro lançado com o título de *História de Gravataí* (ROSA, 1987) não fazia menção a Arqueologia e a possível Pré-História da cidade.

O que é visível pode ao mesmo tempo se tornar invisível. O museu nada mais é do que o reflexo da teia social que o envolve. Ao mesmo tempo em que a cidade passou por várias transformações nas formas de sua representação cultural, o museu também passou, de acordo com cada fase, como visto anteriormente. O indígena que sempre estava visível aos olhos dos moradores, da população, do visitante, é bem diferente daquele contido nas cerâmicas expostas no mesmo espaço.

Nessa relação entre o visitante e o objeto, o visível pode se tornar invisível, sob o ponto de vista de quem observa. Se, junto às cerâmicas, existiam apenas etiquetas com o nome ou o tipo de material, sem outra informação que provocasse o observador a se questionar sobre o que estava vendo, sua relação com a História da

cidade da qual aquele objeto faz parte, já torna o seu significado invisível. Isso não deixa de ser uma relação de alteridade, pois, o sujeito contido nas cerâmicas, e toda a sua cultura no museu, não poderá existir sem o eu (observador) que pode ou não eleger aquilo como verdade.

A presença indígena contida nas cerâmicas faz parte do processo de construção da memória coletiva do município, que ao longo dos anos enfrentou o apagamento entre as múltiplas memórias contidas na História local (como os alemães e açorianos). Esse enfrentamento ocorre na esfera pública (museu) galgando espaços entre os discursos hegemônicos presentes no conjunto social.

Podemos encontrar as razões para esse apagamento na já batida premissa de que à História indígena sempre foi atribuída pouca ou nenhuma importância. As a origem da cidade é conferida ao aldeamento de famílias guarani no período colonial, às margens do rio Gravataí. Logo, só nos resta pensar que este apagamento se deu por falta de interesse em questões relativas ao passado pré-histórico da cidade, visto que, por muito tempo era delegado a antropólogos e arqueólogos, não sendo considerado o *métier* de Historiadores.

Outro elemento importante nessa discussão é o fato de que essas cerâmicas não vieram pela mão de arqueólogos (através de escavações), e sim, por populares do interior do município, onde foram encontradas. Então a questão gira em torno da comunidade que legitima ou não essa memória, e os instrumentos que o museu usa para fazer com que elas sejam recolocadas no contexto historiográfico. Ou mais ainda, que a sociedade que a legitima compreenda que aqueles artefatos são uma herança, uma constante na construção da sua identidade.

A não valorização desse passado pré-colonial impresso nas cerâmicas guarani pode ser avaliado a partir da noção de que todos os povos originários estariam destinados a desaparecer como tais. E desse período pouco se procurou os estudos que estavam sendo desenvolvidos no Rio Grande do Sul acerca da pré-História, para ter ao menos uma vaga ideia de como inserir aquele resquício do indígena remoto de Gravataí, ou talvez também por não julgar essas sociedades pré-coloniais com dinâmica histórica suficiente para receber um lugar na historiografia local.

O museu identificava como sendo o gérmen da cidade o guarani cristianizado, e os feitos a partir da chegada dessas famílias, fundando assim a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. As cerâmicas seriam o ponto de ruptura desta interpretação positivista, forçando quem sabe os discursos definidos a se readequarem para absorvê-las.

Para tanto, a participação da sociedade nesse processo é substituída pela força vinda do grupo dominante, tendo assim, a memória como uma construção política. Isso também é uma herança do período colonial onde, conforme Abrahão Sanderson da Silva (2008) “desde esta época poderia se perceber uma estrutura que arregimentava valores definia objetos e objetivos nas terras conquistadas incitando o desapego ao passado nativo”. Como mencionado anteriormente. Esse período de fundação do Museu Agostinho Martha estava imerso no universo de supervalorização da cultura gaúcha no Estado frente às pressões que vinham de fora. Logo, admitir que a região estivesse, desde tempos remotos, habitada por grupos indígenas pré-coloniais, seria como admitir que, junto com o guarani cristianizado, os mesmos tiveram participação no processo histórico e na miscigenação.

Há ainda outro aspecto relevante acerca das cerâmicas que pode indicar que a região não seria somente um local de passagem. De acordo com a literatura arqueológica, as cerâmicas de grande porte como as que temos no museu indicariam acampamentos fixos. Isso se deve ao fato de que essas vasilhas maiores serviriam para acondicionamento de bebida ou comidas para um grande grupo e não poderiam ser transportadas a todo o momento. Já utensílios menores indicariam acampamentos de passagem pela facilidade de transporte.

Contudo, se percebe que mesmo com resquícios materiais de uma presença anterior ao guarani cristianizado e o europeu na região de Gravataí dentro do Museu, essa visibilidade acabou se tornando invisível. A isso poderíamos atribuir ao fato de que esses vestígios foram sufocados e fossilizados mesmo sendo indicadores da memória cultural gravataiense. E mais do que isso, esse “abandono das fontes arqueológicas acaba deixando-as no campo das memórias exiladas (BRUNO, 1995, *Apud*, SILVA, 2008)”.

Se, durante a gestão de Jorge Rosa, já era difícil articular as coleções arqueológicas no contexto do museu, agora (2001) não seria diferente. A invisibilidade total das cerâmicas e tudo que elas representariam “ evidencia um processo que destaca o isolamento e o esquecimento dos objetos arqueológicos enquanto elementos da memória local (SILVA, 2008)”.

Com o passar do tempo pode-se perceber que não haveria lugar para aquelas cerâmicas indígenas justamente pela época e pelo que estava acontecendo na cidade. Iniciado no final da década de 1980, o movimento de municípios colonizados por açorianos aumentou cada vez mais por iniciativa do Instituto Cultural Português. Durante a década de 1990, esse movimento atingiu o seu auge, cobrindo a grande maioria dos municípios do Rio Grande do Sul.

As relações entre as cidades e os Açores se estreitavam com o passar do tempo. Havia uma cooperação de cunho cultural e financeiro por parte dos Açores para instrumentalizar casas de cultura e museus. A cooperação cultural se dava no sentido de equipar as salas açorianas que existiam com bibliografia acerca do arquipélago e, em contrapartida, os municípios “escavavam” na sua História movimentos culturais que os aproximavam das ilhas como, por exemplo, as festas do Divino Espírito Santo, dentre outras manifestações.

A mudança de olhar, se dá desde a formulação do objeto a ser apreendido. A análise dos quadros sociais que se revelam em torno do museu é que determinaram esse apagamento do indígena pré-colonial em Gravataí. Nessa fase então, importava mais ter uma sala dedicada à presença açoriana na cidade, do que buscar um passado remoto, tendo o indígena como um elemento na contramão do progresso local. Partindo do que Maria Cristina Bruno chama de estratigrafia do abandono, esse fenômeno seria mais uma camada que encobria o passado e as cerâmicas (BRUNO, 1995).

Mas a ideia não é apontar culpados, e sim lacunas para que tais fatos pudessem acontecer. Estamos falando aqui no ano de 2001, e a Arqueologia nesse período também havia alcançado grande projeção no Rio Grande do Sul. Conforme Bruno (1995), isso perpassa pelo dialogo entre ambas as ciências (museologia e Arqueologia) para que juntas possam convergir numa mesma direção.

Às vezes, as coleções arqueológicas nos museus não são consideradas como um patrimônio arqueológico. Segundo Silva, “para vários pesquisadores o conceito de patrimônio arqueológico está restrito ao que é encontrado nos sítios e que é passível de escavação (p. 17)”. Seria importante o trabalho com as coleções arqueológicas no museu, não de maneira exclusiva, mas com um olhar mais atento, porque esse material está na gênese do museu, com diria Bruno (2005). Não obstante, “a estreita vinculação entre o desenvolvimento da pesquisa arqueológica e as instituições museais não tem sido uma preocupação dos arqueólogos (Bruno, 1995, *Apud*, Silva, 2008, p. 97)”.

Isso evidencia, por exemplo, uma prática muito comum nos grandes trabalhos de escavação no Brasil e no Rio Grande do Sul. A maioria das vezes, os materiais exumados não retornam para as cidades em que foram realizadas as intervenções. Geralmente, com o endosso de alguma universidade ou centro de pesquisa, essas coleções, que poderiam ajudar a contar um pouco mais das Histórias locais, acabam em laboratórios, cerceando as comunidades da sua própria História.

A questão que fica é onde estariam os fragmentos, embora poucos, encontrados durante o desenvolvimento do projeto de prospecção realizado no complexo automotivo da General Motors? Se houvesse essa cumplicidade, as cerâmicas guaranis de hoje teriam um potencial muito mais completo de compreensão acerca do passado de Gravataí. Conforme Bruno:

“(…) a Arqueologia evidencia facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado, as vezes esquecido e faz aflorar os indicadores de memória, mas não tem potencialidades efetivas de se comunicar em larga escala com a sociedade presente. Já a museologia se estrutura como área de conhecimento especificar para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção do conhecimento próprio às áreas que estudam os indicadores da memória, como é o caso da Arqueologia (...) (1995, p. 142)”.

A análise das concepções do passado no presente, nesse caso das cerâmicas pré-coloniais dentro do Museu Agostinho Martha, transcorre pela relação entre estes dois marcos temporais. O momento em questão era onde se observava a presença evidente da cultura açoriana, inclusive com espaço próprio para a manifestação desta (caso da sala açoriana). Mais do que ter o cuidado de observar como é apropriado o passado, no presente, deve se ter em mente o porquê é

apropriado. Ana Lucia Silva Enne<sup>23</sup>, a partir de considerações de J. Peel (1984) aponta a “inseparável relação entre as apropriações do passado e a construção de memórias com a posição política que os grupos querem ocupar dentro dos quadros sociais”.

Além da memória açoriana envolvida nesse embate dentro do museu, tem-se também a cristalização do guarani missioneiro (cristianizado). Esse congelamento se deu de várias formas, através dos livros e, principalmente, por meio da oralidade presente no Circuito Cultural. Pensando então, a partir do porque grupos sociais se apropriam do passado, há uma possibilidade a seguir.

A memória do guarani cristianizado se cimenta e se mantém ao longo dos anos, nos diversos discursos, pela ação principalmente dos agentes sociais que estão nos quadros que envolvem o museu. Se buscarmos na gênese da História de Gravataí, esse índio chegou através das mãos do português colonizador (europeu). Dando a impressão de que se não houvesse esta condução europeia, não existiria a Aldeia dos Anjos e o progresso que essa mostrou com o passar do tempo.

Logo, de forma inconsciente, se estabelece uma relação do português sesmeiro com o açoriano que dá continuidade, ficando a figura indígena como coadjuvante no processo histórico. Voltar os olhos aos vestígios materiais de uma cultura que preexistiu é dotar esse grupo de dinamismo histórico, algo que, para buscar relações mais próximas com os açores, não seria o ideal.

A presença de continuidades na análise do passado pode ser percebida como uma tentativa de, através de discursos construídos a partir de evocações distintas, oferecer uma versão memorial sobre o passado que atenda as demandas específicas do presente”. Sem dúvidas isso é uma construção de uma memória evocativa do passado a partir de posições políticas do presente.

Temos então o enquadramento da memória, segundo Pollak (1992), ou seja, onde é preciso saber o que vai ser lembrado e vai ser esquecido. Ainda de acordo com o autor, “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”. Ana Lucia Enne afirma que Michel Pollak insiste no

---

<sup>23</sup> Artigo apresentado em Congresso de Ciência da Comunicação, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso, Brasil.

aspecto da construção de memória como uma estratégia dos agentes sociais, pois há uma ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade.

Evidentemente, para a maioria da população de Gravataí, é mais próprio ter a sua identidade ligada ao elemento europeu do que a do índio. Contudo, esquecidas de maneira consciente ou inconsciente, as cerâmicas nesse exílio deixaram de ser trabalhadas, perdendo seu significado naquele momento, e deixando de contribuir com informações sobre os antigos grupos de humanos que habitaram a região do Gravataí, e de como essa herança deixada poderia ser percebida no Museu municipal.

Logo depois no final do ano de 2001 e, em varias ocasiões de visita a cidade, pode-se averiguar o acentuado descaso com a instituição quando a mesmo esteve em mais dois lugares inapropriados para um Museu municipal. Chegando ao ponto de ser alocado numa garagem próximo a uma piscina.. Nesse limbo em que estava perdido o Agostinho Martha, os projetos como Circuito Cultural, por exemplo, foram cancelados por tempo indeterminado, por não haver condições para atender escolas e visitantes em geral.

### **3.5 AS DUAS HISTÓRIAS**

Dentre os ingredientes para o fazer historiográfico local, e aqui nos referimos aos agentes sociais envolvidos nessa mistura, o Museu tem a sua importância na construção da identidade social. Nesse caso, a reinauguração do Agostinho Martha, marca um novo episódio nas discussões acerca da memória local e a inserção das cerâmicas guarani pré-coloniais. Isso quer dizer que o movimento desta vez vem de dentro para fora do museu.

A data de 31 de julho do ano de 2009 lançou uma nova fase, iniciada a partir da restauração do sobrado português, sede do museu Agostinho Martha, estabelecendo uma nova etapa nas reflexões acerca das memórias no município. Era hora de voltar para casa e reestabelecer aqueles vínculos perdidos com o que realmente indicaria a gênese da História de Gravataí.

A referida sala é a primeira logo que o visitante entra no museu. É um espaço amplo onde há textos e material acerca do que ela se propõe a discutir, que é a Pré-História da cidade até o período em que as famílias de índios guarani cristianizados chegam e é fundada a Aldeia dos Anjos. Ainda nessa sala, se encontra uma breve apresentação do museu Agostinho Martha e um histórico de seu patrono. Realmente é uma lastima não se ter imagens de como eram as exposições do museu antes do incidente, para termos duas medidas a comparar, mas acredito que estava muito distante do que se tem agora. Eis as imagens da atual organização expográfica:



Figura 1: Vista interna que corresponde a fachada do Museu. Ao fundo parte do Colégio Dom Feliciano. O banner entre às aberturas mostra uma apresentação do museu e do patrono.



Figura 2: As cerâmicas pré-coloniais guarani ao centro da primeira sala e ao lado outros fragmentos arqueológicos.

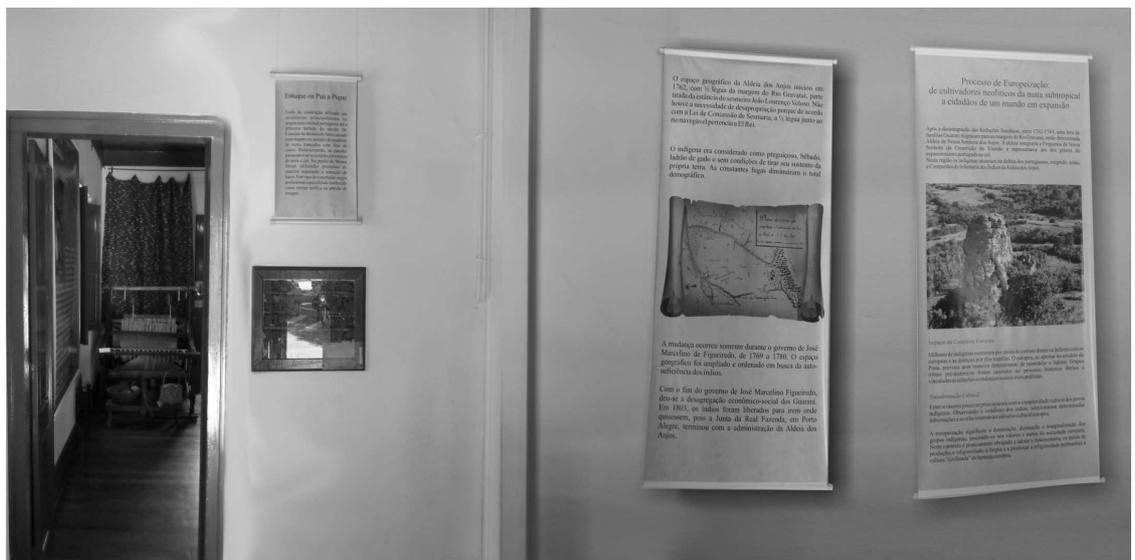


Figura 3: Nessa perspectiva é apresentado o restante dos banners explicativos da História pré e pós-colonial de Gravatá. A porta dá acesso ao restante da exposição permanente.

Com o mínimo de conhecimento acerca da História de Gravataí, podemos perceber que já há uma preocupação de reinserir as cerâmicas pré-coloniais na discussão historiográfica local. A lógica proposta se dá da seguinte maneira: Estando ao centro da sala, de frente para a porta de entrada, a leitura deve iniciar para a esquerda. O banner da figura 1 mostra o histórico do museu, do patrono Agostinho Martha e do Arquivo Histórico. Em seguida, na figura 2, vê-se então o banner que tem como título o fragmento de texto de Ítala Irene Basile Becker quando do Seminário de Cultura gravataiense do ano de 1988, onde esta pesquisadora fez algumas considerações sobre o passado pré-colonial de Gravataí, sendo a região considerada como um centro de convergência para os grupos humanos antigos que se deslocavam do planalto em direção ao litoral.

Há de se parar com mais atenção nesse banner, para perceber que foi inserida uma informação que destoa do restante do texto de Ítala Irene Basile Becker. É importante ressaltar que tal dado foi talvez um ato involuntário na tentativa de identificar, sem o devido conhecimento, quais eram esses grupos pré-coloniais que se deslocavam entre o planalto e litoral.

A frase original refere-se à “(...) um ponto de passagem das populações primitivas que do interior buscavam o litoral para obterem recursos que faltavam em sua região de acordo com as diferentes estações do ano (...) (1990, p. 8).” A que está vinculada no texto apresentado afirma “(...) ponto de passagem das populações primitivas, os sambaquianos vinham buscar no litoral os recursos que faltavam no interior nas diferentes estações do ano (...)”. É interessante desfazer esse equívoco para que tal afirmativa não se cristalize no senso comum, caracterizando a região de Gravataí também como tendo sido local de trânsito dos grupos construtores de sambaquis em tempos remotos, visto o que é interpretado a partir do texto exposto.

A partir das considerações acerca da Arqueologia do Rio Grande do Sul, segundo Arno Alvarez Kern (1997), há a indicação com grande margem de certeza, de uma diversidade cultural e uma ocupação gradual da planície litorânea por grupos pré-históricos distintos. Os abrigos que se encontram nas encostas da Serra Geral foram ocupados por grupos de caçadores coletores. Acampamentos e aldeias de grupos de horticultores são encontrados nas várzeas e nas áreas propícias a plantação. Já os acúmulos de conchas próximos à orla marítima, indicam atividades

de pesca e coleta em período de sazonalidade, tanto por parte dos caçadores coletores como por parte dos horticultores que os sucederam. Até porque, ainda segundo Kern<sup>24</sup>, muitos sambaquis costeiros nada mais são do que pequenos sítios de coleta e pesca sazonal ocasionais, daqueles mesmos grupos de caçadores-coletores, ou mesmo de horticultores oriundos de aldeias guaranis ou casas subterrâneas.

Logo, podemos perceber que houve uma distinção muito clara entre os grupos humanos que habitavam o litoral, praticando a pesca e coleta, do restante que ocupavam as regiões do planalto e encosta de serra coletando e caçando, bem como fazendo uso da agricultura. Dificilmente teríamos grupos construtores de sambaquis percorrendo a região de Gravataí em direção ao litoral, pois se trata de grupos que não são contemporâneos.

Mas retomemos alguns elementos por detrás daquela afirmativa feita pouco antes. Até aqui a intenção foi evidenciar através de algumas fases vivenciadas no museu, o lugar que a memória indígena guarani pré-colonial, através da cultura material (cerâmicas), ocupou, identificando a forma que se processou a visibilidade/invisibilidade delas.

Nessa, que poderíamos chamar de terceira fase, o processo de visibilidade, e todo o aparato argumentativo, veio de dentro do próprio museu. Isso fica claro quando anteriormente tivemos uma visibilidade sob a sombra de outra memória, que tinha não só a comunidade dando o respaldo necessário, mas também na representação política da época.

Após o incêndio notamos que as cerâmicas mergulharam no esquecimento, quando nem ao menos eram expostas. Percebemos também, que alguns agentes sociais que legitimam as memórias locais aproveitaram de um dado momento de efervescência cultural para privilegiar um grupo e suas tradições. Mas agora, de volta ao sobrado, acontece uma integração daquela memória pré-colonial guarani a memória coletiva gravataiense.

---

<sup>24</sup> Pescadores-coletores pré-históricos do litoral norte: In *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Kern, Arno Alvares et al. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

Vimos nas figuras, que os fragmentos arqueológicos e as cerâmicas estão no centro da primeira sala. Nesse espaço é onde realmente irá acontecer o encontro entre as duas Histórias: O museu e as cerâmicas. A partir disso podemos constatar uma mudança de objetivos e metas. Na exposição desta sala é possível perceber como é reelaborada a narrativa cultural indígena, possibilitando a leitura de uma determinada mensagem.

Considerando a função simbólica das cerâmicas, como sendo resquícios/testemunhos de uma realidade que o museu deseja preservar (agora) e reproduzir através de exposição, podemos perceber que o conjunto de fragmentos e as cerâmicas, assim como a presença delas na narrativa textual exposta através do banner, refletem grande relação entre si. Fica também evidente o elemento comum: a Pré-História da cidade. A mudança igualmente se dá, como citado antes, no que diz respeito a suas metas, ou seja, o museu começa a funcionar realmente como um espaço de comunicação e irradiador de informações.

Tomando como ponto de partida as cerâmicas, como os objetos que apresentam informações históricas, podemos constatar que estas se configuram como uma construção de ordem simbólica e material. Por meio da cultura material, de maneira isolada, não se pode fazer tal analogia, para tanto é necessário levar em conta todo o conjunto em exposição para identificarmos elementos como o tema, tempo e o espaço. De acordo com Elisa Guimarães Ennes, os objetos selecionados, no caso das cerâmicas que estão ao centro da sala, “são classificados e expostos mostrando que o museu desempenha a função de um roteirista na construção de uma espécie de texto para ser lido e, possivelmente compreendido (2003, p. 6)”.

O museu e a cultura material (cerâmicas) teriam a função de semióforos capazes de estabelecer as relações necessárias para compreender a invisibilidade/visibilidade do guarani no espaço e no tempo, assim como na historiografia local? Uma primeira tentativa de desenvolver uma resposta poderia ser pelo fato de que, mesmo sendo objetos distintos, de alguma forma eles se complementam. Em princípio, a complementariedade se dá no sentido de que o museu é, a priori, o local de guarda de memória de um grupo; as cerâmicas são símbolos, um signo, artefatos que mostram uma presença antiga de determinado grupo humano.

À título de ilustração, o mesmo autor que trata das questões sobre os semióforos como ponte entre o visível e invisível traz outros exemplos análogos para discutir a mesma noção de semióforo. Krzysztof Pomian usa dois elementos como a obra literária e o livro para discorrer sobre a noção de semióforos entre os objetos visíveis. Esse autor aponta que o livro serve de suporte à obra literária e mais do que isso, como uma união de signos que transcrevem a obra e:

“(...) las letras del alfabeto latino reunidas conforme a las reglas de una lengua determinada o de imágenes en blanco y negro o en colores— y de un soporte de esos signos: hojas de papel pegadas o cosidas bajo una misma portada: las hojas impresas, pegadas o cosidas en un orden determinado, *para que* alguien las lea en el orden que ellas prescriben. Dicho de otra forma, para programar el comportamiento de un destinatario a fin de convertirlo en un lector (...) (1999, p. 13)”.

Ser um semióforo, conforme Pomian:

“(...) *una función* que el libro no conserva más que cuando se adopta frente a él una de las actitudes programadas por su *forma* misma: cuando uno lo lee, lo hojea o, por lo menos, cuando lo pone en las repisas de su biblioteca, en una librería o en una tienda de libros viejos. Lo trata también como semióforo quien lo conserva porque ve en él un libro, sin estar dispuesto a leerlo, o el que no ve más que un objeto extraño o precioso que debe ser conservado por eso. Y el que ordena quemarlo, convencido de que puede ejercer una influencia nociva en los lectores o porque quiere destruir las elaboraciones escritas por un grupo, con el fin de destruir al grupo mismo (...) (1999, p. 13)”.

O autor ainda completa dizendo que quando o livro é usado para, por exemplo, calçar um móvel ou mesmo ser jogado ao fogo, deixa de ser semióforo, se convertendo em coisa; “Es cierto que la propia apariencia de un libro sugiere que fue producido para leerse o mirarse, pero eso no basta para que sea actualmente un semióforo, si nadie es capaz, de reconocer en él esta función (p.13)”. Cada semióforo está inscrito num intercambio entre dois ou vários objetos, entre o visível e o invisível. E é a partir desse ponto que tentaremos inserir as relações do museu e as cerâmicas atualmente.

O museu Agostinho Martha seria nosso semióforo visível. As cerâmicas seriam semióforos invisíveis. O museu como algo físico, institucional é o lugar que vai endossar os significados que estão por detrás da cultura material indígena, em outras palavras o museu é o espaço de comunicação entre os semióforos. A maneira pela qual isto será feito é a partir do estudo e contextualização de toda uma cultura e modos de vida que resultaram naqueles materiais. As cerâmicas, embora objetos palpáveis, acabam servindo de elo com o invisível. Pomian já deixava claro

que um objeto por si só não tem valor algum de semióforo. Logo, no caso das cerâmicas, para que elas tenham o significado que remeta ao passado pré-colonial, o museu será esse vetor. Nessa compreensão “o museu torna-se o lugar de investigação das relações do ser humano com o visível e o invisível (PLATINI, 2010, p. 49)”.

As cerâmicas são portadoras de atributos como cor, tamanho e textura específicos. Mas não possuem um significado nato. São os agentes sociais que atribuem sentido aos objetos, que os transformam em semióforos. O passado nunca chega ao presente de forma organizada, objetiva, e são as demandas do presente que podem extrair várias leituras do objeto. Desse passado restam fragmentos que o museu investiga e articula e os põe em exposição. A cultura material guarani é a memória pré-colonial que encontra no museu a chave para ser acessada, e é através desses objetos que a memória vai se inscrever na sociedade moderna (PLATINI, 2010).

Mas nem só a discussão, produção e articulação da cultura material indígena pré-colonial devem ser o suficiente para tornar essa memória como parte da História da cidade. Essa tarefa, atualmente, o museu desempenhou muito bem. É necessário buscar também em outros agentes sociais essa legitimação e introduzi-la nas escolas e, como disse Catafesto de Souza, reverter as distorções do passado junto a comunidade.

Os fragmentos arqueológicos devem ser também considerados como fonte/documento nesse processo de reconstrução da História. Frente a isso, os desafios se tornam cada vez maiores, principalmente aos professores que podem agir como irradiadores do patrimônio local. Dar visibilidade a essa cultura indígena não é encher o museu de estudantes ou visitantes. Pelo contrário, a leitura sobre esses vestígios culturais e suas significações “só é possível de serem acessadas a partir da mediação entre os profissionais do museu e os professores (FRAGA, 2010, p. 6)”.

Ainda de acordo com Hilda de Fraga:

a sensibilização da comunidade escolar para a valorização **desse patrimônio arqueológico** e a transposição didática para a sala de aula das metodologias que se utilizam dos bens culturais como objeto gerador de leituras de mundo, capazes de permitir que os indivíduos se situem como sujeitos históricos, requer que o professor se posicione como investigador e frequentador destes locais produtores de conhecimento (2010, p. 7). [**grifo meu**]

Mas o que são realmente as duas Histórias? Sinceramente ainda não havia resposta para o que seria a junção das duas trajetórias. Ao longo desse trabalho estávamos buscando meios para tentar construir uma alegoria acerca de como e por que as cerâmicas, ora assumiam um caráter invisível e ora visível dentro do museu. Foi necessário percorrer quase que toda a História do município e, num exercício de montagem cinematográfica, fazer com que esses pedaços fizessem algum sentido.

A busca pelos meandros pelos quais as cerâmicas foram submetidas nada mais era do que um pano de fundo. Sim, um pano de fundo. Foi o objetivo reconstruir uma parte da memória esquecida de um indígena que teve sua participação naquela região, mas estávamos esquecendo outro elemento importante nessa dança de cadeiras. Nesse processo todo estávamos quase esquecendo que o próprio museu também passou por um processo semelhante de visibilidade/invisibilidade/visibilidade.

As suas três fases aqui expostas foram a prova de como o manejo cultural mal aplicado, ou mesmo aplicado a favor de determinados grupos, pode criar essas situações. O período invisível do museu, ao contrário do que se possa pensar, não foi aquele do tempo de estágio, mas sim, a partir daquele ano em que ele iniciou uma peregrinação por vários lugares na cidade. A sua identidade enquanto museu também foi perdida desde o momento em que este saíra do sobrado. O desaparecimento seria uma questão de tempo, como assim o foi.

As duas Histórias sempre, de alguma forma, foram parecidas. No espaço público, onde se encontram várias outras memórias, elas se tornam dentro do museu uma só. Esse sentido de união de Histórias se dá de maneira que os dois elementos (museu e cerâmicas) são a representação do passado. A partir do momento em que o Agostinho Martha retornou para o sobrado e as cerâmicas para exposição do museu nesse local, já se evidencia e se justifica a ideia de semióforo para ambos. O sentido, o significado de ser para o museu só ganhou novamente

sentido quando ele retornou para “casa”, pois, o lugar sempre esteve na memória da comunidade como sendo o lugar de memória do museu municipal. No mesmo sentido, as cerâmicas só ganharam realmente significado quando, lá dentro, foram integradas a essência do museu.

#### 4.1 ÚLTIMAS PALAVRAS NUM HORIZONTE DE POSSIBILIDADES

O momento de encaminhar as discussões de um trabalho para o final não é uma tarefa fácil. Ao mesmo, tempo pode se tornar um desafio para aquele que o escreveu.

No primeiro capítulo procurou-se evidenciar os mecanismos pelos quais a historiografia construiu uma História para o Brasil, apagando a presença indígena. Através de algumas obras importantes do século XIX, como a de Adolpho de Varnhagen (1854), von Martius (1845) e Gonçalves de Magalhães (1857), pode-se evidenciar algumas fases historiográficas muito distintas, com discurso contundentes, para justificar a invisibilidade e visibilidade indígena.

Esses mesmos processos foram identificados na formação da Historiografia gaúcha, produzida, sobretudo, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Mesmo com o intuito de manter certa isenção nos trabalhos históricos, os anseios pessoais de alguns autores falaram mais alto, e tal distanciamento não foi possível de se manter. Um dos objetivos foi o de buscar uma proximidade com a matriz lusa que irradiava da historiografia nacional.

Ajustando mais o foco da pesquisa, chegamos às produções historiográficas de cunho local. Procurou-se identificar na História de Gravataí a possível presença pré-colonial guarani. Alguns obstáculos foram encontrados quando foi necessário reunir para consulta livros sobre a História do município.

A pouca produção, para não dizer nenhuma, apontou duas situações. Uma delas diz respeito ao fato de que o único livro que se propõe a escrever sobre a História de Gravataí não fez referencia alguma a uma possível ocupação pré-colonial guarani. A outra, fato curioso e que chama atenção nessa obra, é seu escritor ser o diretor do Museu na época. Ou seja, o conhecimento de que existia material arqueológico entre o acervo do museu não foi levado em conta na realização do livro.

No aspecto arqueológico desenvolvido ao longo do segundo capítulo, procurou-se trazer alguns elementos que pudessem dar subsídios para pensarmos como e de que forma se produziu a invisibilidade e visibilidade guarani. Nesse sentido esses subsídios se evidenciaram a partir do momento em que as análises

dos materiais cerâmicos se fixavam somente quanto à forma e acabamento superficial. Por outro lado, perceber a visibilidade guarani no decorrer da Arqueologia gaúcha só foi possível quando se passou a levar em consideração nas análises dos fragmentos arqueológicos, o indivíduo por detrás daqueles artefatos.

A Arqueologia, embora tenha produzido grande material acerca dos guarani pré-coloniais e sua expansão no que hoje é o território gaúcho, não estabeleceu ocupação alguma para a região de Gravataí. A partir do mapeamento de trabalhos realizados ao redor de Gravataí, juntamente com o vazio de pesquisas arqueológicas na região, especificamente, foi possível inferir que esse espaço se configurou como uma verdadeira “ilha”.

Depois de algum tempo sem a realização de encontros onde se pudesse apresentar e discutir trabalhos sobre Gravataí em seus vários aspectos, como em anos anteriores<sup>25</sup>, em 2010, o projeto “Raízes de Gravataí” poderia ser considerado um exemplo de resgate desses eventos. Dentre as várias temáticas abordadas durante o evento, assim como nos eventos anteriores, a ocupação pré-colonial sempre teve um espaço.

É importante esclarecer e mesmo pontuar que, diferente de edições anteriores, nesse evento (de 2010) a questão indígena pré-colonial não foi muito privilegiada. Fazendo um breve retrospecto, nos simpósios de 1989 e 2002, os estudos apresentados por Ítala Irene Basile Becker e Claudio Carle, respectivamente, apresentaram, ao menos, alguns dados muito mais relacionados com a possível Pré-História da cidade, do que aquele apresentado em 2010.

O trabalho apresentado em 2010 girava em torno da contextualização de outras possíveis ocupações pré-coloniais na região do que propriamente a tradição arqueológica guarani. E como visto, quando se tratou de evidenciar essa cultura o trabalho não foi além de mencionar o já estabelecido guarani-missionário e a fundação da Aldeia dos Anjos.

---

<sup>25</sup> Simpósio Estadual sobre Cultura gravataiense – do Êxodo a composição étnica, 1989. VII Simpósio Estadual sobre Cultura gravataiense – Gravataí, culturas e identidades caminhos para a inclusão social, 2002

As discussões encaminhadas no terceiro capítulo, exigiram uma articulação entre tudo o que foi visto até então referente a História de Gravataí, as cerâmicas guarani pré-coloniais e o museu como agente social desse processo. Dada a ausência na historiografia local acerca da presença indígena guarani pré-colonial em Gravataí, como se procurou demonstrar, e das lacunas na literatura arqueológica, o presente trabalho, penso eu, se tornou relevante, já que, de certa forma, contribuiu de alguma maneira para supri-las. Posto que, há no município a presença de cultura material encontrada na região, como também há indícios de uma possível ocupação pré-colonial nos registros dos jesuítas portugueses em algumas missões evangelizadoras, foi possível demarcar esta ocupação, para logo cotejá-la com as versões historiográficas. Esses dados encontravam-se de forma dispersa e foi nessa direção que se quis desenvolver a pesquisa. Mas não só no sentido de sistematizar tais informações, mas de articular todas as “peças” em composição, cruzando-as, de forma a estabelecer suas relações e significados. Na medida em que se incursiona pelo campo da construção da memória local, se colaborou para sua compreensão como uma “construção”, onde estavam em jogo as noções de “verdade”, “tradição”, além do “esquecimento” e do “apagamento” de determinadas memórias em detrimento de outras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista Território, n. 4, Ano 3, p. 5-26 jan./jun., 1998. Disponível em:

AHRGS. **Os índios D'Aldeia dos Anjos de Gravataí – Século XVIII**. Porto Alegre: EST/ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1990

BARCELOS, A. H. F. **Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII**. Revista Complutense de História de América, Madrid, Espanha, v. 26, pp. 93-116, 2000.

BASILE BECKER, Ítala I. **Anais do Simpósio sobre Cultura Gravataiense. Do êxodo à composição étnica**. Gravataí, v. 01, n. 01, p.6-8, jul. 1990. CDU 981.615.

BECKER, Geraldo. Invisibilidade cultural africana e indígena em Curitiba. In: IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História, 18, 19 e 20, 21, Florianópolis. **Anais eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História**. Florianópolis, 2011.

BONIN, Iara Tatiana. BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Povos ameríndios e Educação: Apresentando e contextualizando o tema**. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol10iss1articles/nota-introdutoria.pdf> Acesso em: 17 out. 2011.

BRUNO, Cristina. **A musealização da Arqueologia**. Centro de estudos de sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias. Cadernos de sociomuseologia, n. 17, p. 35-151, 1999.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. Pesquisa em História regional: aspectos conceituais e metodológicos. In: III Simpósio ILB, 12, 13 e 14 mai, Ouro Preto. **Anais eletrônicos do III Simpósio Impérios e lugares no Brasil**. Ouro Preto, 2010.

CARLE. Cláudio Baptista. **Identidade m'Mbyá guarani na memória das fronteiras e do patrimônio**. Sapiens: História, Patrimônio e Arqueologia, n. 5, p. 50-66, set. 2011.

CÉSAR, Guilhermino. **Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul 1605-1801**. Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1980.

CHAGAS, Mario. **Memória e poder: dois movimentos**. Centro de estudos de sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias. Cadernos de sociomuseologia, n. 19, p. 43-91, 2002.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

Disponível em: <http://www.Histórialivre.com/revistaHistóriador> Acesso em: 16 nov. 2011.

EDIPUCRS, 2009.

FEMENICK, Tomislav R.. **Tapuios e Outros Índios**. Gazeta do Oeste, Mossoró 28 de janeiro de 2007; O Jornal de Hoje, Natal 29 de janeiro de 2007

FLEXOR, Maria Helena Ochi. O Diretório dos índios do Grão-Pará e Maranhão e o Direito Indiano. **Comunicação apresentada na XXI Reunião Anual da SBPH**, Rio de Janeiro, 2001.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

FRAGA, Hilda Jaqueline de. **A cidade e seus recursos educativos: fontes e abordagens para o ensino e a pesquisa em História**. In: X Encontro Estadual de História, 26 a 30, Santa Maria. **Anais eletrônicos do X Encontro Estadual de História**. Santa Maria/RS, 2010.

FRANZEN, Beatriz V. **Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua ação missionária no Sul do Brasil e Paraguai (1580-1640). Um estudo comparativo**. São Leopoldo, Ed. UNISINOS, 1999.

FRANZEN, Beatriz V., **Jesuítas portugueses e espanhóis no sul do Brasil e Paraguai coloniais**. São Leopoldo, Ed. UNISINOS, 2003.

FUNARI, P.P. e NOELLI, Francisco Silva. **Pré-História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo. **A Importância da Teoria Arqueológica Internacional para a Arqueologia Sul Americana: O Caso Brasileiro**. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Teoria Arqueológica na América do Sul. Primeira Versão. Vol. 76. Campinas: UNICAMP, 1998b. pp. 13 – 32.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

GIBSON, Charles. **As sociedades indígenas sob domínio espanhol**. In: BETHELL, Leslie. (Org.) História da América Latina. América Latina Colonial. Vol. II. São Paulo, EdUSP, 1999, pp.269-308.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOLIN, Tau. **A guerra guaraníca**. 2 ed. Passo Fundo: EdUPF, 1999.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

[http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04\\_2\\_abreu.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_2_abreu.pdf) Acesso em: 23 jan., 2010.

JACHEMET, Célia Silva. BARROSO, Vera Lúcia Maciel (orgs). **Raízes de Gravataí. Memória, História e cidadania.** Tomo I. Porto Alegre: EST. 2011

JACQUES, Clarisse Callegari. **As pessoas e as coisas: Análise Espacial em Dois Sítios Arqueológicos, Santo Antônio da Patrulha, RS.** 2007. 134f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

KERN, Arno (org.). **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul.** 2ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1997.

KERN, Arno et al. **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. 2ª ed.

KERN, Arno. **Antecedentes Indígenas.** Porto Alegre, EDUFRGS, 1994.

KÜNH, F. **Breve História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LANDA, Beatriz dos Santos. **Os Nãndeva/Guarani e o uso do espaço na Terra Indígena Porto Lindo, município de Japorã/MS.** Tese (Doutorado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 2005.

LANGER, Protásio Paulo. **A Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. IN: Resistência do Guarani missioneiro ao processo de dominação do sistema colonial luso (1762-1798).** Porto Alegre: EST Edições. Correio Rio Grandense. 1997.

LANGER, Protásio Paulo. **Os guarani – missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional. Projetos civilizatórios e faces da identidade étnica (1750-1798).** Porto Alegre: Martins livreiro, 2005.

LATHRAP, Donald W. **Yarinacocha: Stratigraphic excavations in the Peruvian Montaña.** Ph. D. Dissertation. Harvard University: 1962

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional VI volume. 1945.

LOUKOTKA, Chestmir. **Classificacion de las lenguas sudamericanas. Linguística sudamericana 1.** Prague: 1935

LOUKOTKA, Chestmir. **Classification of South American Indian Languages. Latin American Center Reference Series,** Johannes Wilbert, ed. vol.7 University of Califórnia: Los Angeles: 1968

LOUKOTKA, Chestmir. **Les langues de la famille Tupi-Guarani. In: Etnografia e Língua Tupi-Guarani 16 : 4-42.** Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo: São Paulo: 1950.

LOUKOTKA, Chestmir. **Línguas Indígenas do Brasil.** Revista do Arquivo Municipal 54:147-174. Prefeitura Municipal de São Paulo: São Paulo: 1939

MACHADO, Ironita P. **Cultura Historiográfica e Identidade.** Passo Fundo: UPF. 2001

MACHADO, Ubiratan. **A Vida Literária no Brasil durante o Romantismo.** Editora Tinta Negra. São Paulo. 2009

- MALDONADO, Caroline Hermínio. BRAND, Antônio Jacó. **A representação indígena guarani em livros memórialistas**. Espaço ameríndio, v. 4, n. 1, p. 31-43, jan./jun. 2010.
- MELIÀ, Bartolomeu. **La novedad Guarani. (Viejas cuestiones y nuevas preguntas)**. Revista de Indias, LXIV, CSIC, Madrid, 2004, pp.175-226.
- MELIÀ, Bartolomeu. SAUL, Marcos V. de A. MURARO, Valmir F. **O Guarani: uma bibliografia etnológica**. Santo Ângelo, FUNDAMES, CCM, 1987.
- MESGRAVIS, Laima. **A sociedade brasileira e a historiografia colonial**. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**, São Paulo: Contexto, 2010.
- METRAUX, Alfred. **La civilization matérielle des tribus Tupi-Guaran**. Paris: 1928
- MOEHLECKE, Rafael Linck. **Os anos de chumbo em Gravataí: uma discussão inicial em torno da análise da sociedade gravataiense durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. Revista Históriador, n. 3. Ano 3, dez. de 2010.
- MONIOT, H. A História dos Povos sem História. In. LE GOFF, J., NORA, P. (Orgs.) **História Novos Problemas**. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A. (1974), 1976.
- MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e Historiadores. Estudos de História indígena e do Indigenismo**. 235f. Tese (Livre docência) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, São Paulo, 2001.
- MONTOYA, Antonio Ruíz de. **Vocabulario y tesoro de la lengua Guaraní ó mas bien Tupi. I: Vocabulario espanñol-guaraní (ó Tupi). II: Tesoro Guaraní (ó Tupi) – espanñol**. Nueva edición: Viena, Faesy y Frick; Paris, Maisonneuve y Cia. 1876. (1640). Edição organizada por F.A de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro.
- MOREIRA, Márcio Macêdo. **Cultura Política e História Local: por uma construção da identidade social**. In: XII Encontro Estadual de História do Ceará, 21, 22, 23, 24, 25, Cariri. **Anais eletrônicos do XII Encontro Estadual de História do Ceará**. Cariri/CE, 2010.
- MOREIRA, Vânia. **O ofício do Históriador e os índios: sobre uma querela no império**. Revista brasileira de História, n. 59, v 30, p. 53-72. São Paulo, 2010.
- NOELLI, Francisco S. et al. **Mapa arqueológico parcial e revisão bibliográfica a respeito das ocupações indígenas pré-histórica no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul- Revista de História regional**. Porto Alegre, 1997 p. 209-221.
- NOELLI, Francisco S. et al. **Mapa arqueológico parcial e revisão bibliográfica a respeito das ocupações indígenas pré-histórica no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul- Revista de História regional**. Porto Alegre: 1997 p. 209-221.
- NORA, Pierre, **Les lieux de mémoire**, Paris, Gallimard, 1985.
- NUNES, Graça Maria Soares. **A História regional e local – contributos para o estudo das identidades locais**. Centro de estudos de sociomuseologia da

Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias. Cadernos de sociomuseologia, n.8, p. 71-81, 1996.

OLIVEIRA, Jorge Eremites. **Cultura material e identidade étnica na Arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y.** Revista de Arqueologia, v.19, p. 29-49, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

PESAVENTO, Sandra J. RS: a economia e o poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1989, v. 2, n. 3.

POMIAN, Krzysztof. **História cultural, História de los semióforos.** In: AL FIN LIEBRE EDICIONES DIGITALES, Disponível: [www.alfinliebre.blogspot.com](http://www.alfinliebre.blogspot.com) Acesso em: 23 jan, 2010.

POUGET, Frederic. **La (in)visibilidad de las perspectivas patrimoniales: percepción indígena y discursividades políticas y científicas.** Disponível em: [http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2015%20%E2%80%93%20Patrimonio%20Mundial,%20Identidad%20y%20Derechos%20de%20las%20Comunidades%20Locales/GT15-ponencia\(Frederic%20Pouget\).pdf](http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2015%20%E2%80%93%20Patrimonio%20Mundial,%20Identidad%20y%20Derechos%20de%20las%20Comunidades%20Locales/GT15-ponencia(Frederic%20Pouget).pdf) Acesso em: 27 dez. 2011.

REVEL, Jacques. **Micro-História, macro-História: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado.** Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 45 set./dez. 2010.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870).** São Paulo: M. Fontes, 2004. Resenha de Santos, Rosmália Ferreira dos. Ambiguidades no além-mar: O Romantismo ibérico no novo mundo. Revista Sociologia Política, n.25, p. 193-198, 2005.

RODOLPHO, Adriane Luisa. **Uma História social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot.** Horizontes antropológicos, n. 22, v. 10, dez. 2004.

ROSA, Jorge. **História de Gravataí.** Gravataí, SMEC, 1987.

SANTOS, Alexandre Mello. LEITE, Márcia Pereira. FRANCA, Nahyda. (orgs.) **Quando a memória e História se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca.** Rio de Janeiro: IBASE, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museus brasileiros e política cultural.** Revista brasileira de Ciências Sociais, n. 55, v. 19, p. 54-72, jun, 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **O pesadelo da amnésia coletiva; um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado.** Centro de

estudos de sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias. Cadernos de sociomuseologia, n. 19, p. 139-170, 2002.

SANTOS, Rosmália Ferreira dos. **Ambiguidades no além-mar: o romantismo ibérico no mundo novo.** Revista Sociologia Política, Curitiba, 25, p. 193-198, nov. 2005.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. **A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena.** São Paulo: Annablume: FAPESP, 2003.

SCHMITZ, Pedro Inácio. SANDRIN, Camila. **Arqueologia do Rio Grande do Sul.** Revista Documentos, n. 11, São Leopoldo, IAP, 2009, pp. 89-134.

SCHMITZ, Pedro Inácio. SANDRIN, Camila. **O sítio Lagoa dos índios e o povoamento guarani da planície costeira do Rio Grande do Sul.** Revista do Instituto Anchieta de Pesquisas, Universidade do Vale dos Sinos, Série Documentos, v 11, p. 89-134, 2000.

SILVA, Abrahão Sanderson Nunes F. da. **A musealização da Arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológicos em museus potiguares.** 2008. 178f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Gilberto Ferreira da (org.). PENNA, Rejane. CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. **RS índio: cartografias sobre a produção do conhecimento.** Porto Alegre:

SILVA, Michel Platini Fernandes da. **Coleção, colecionador, museu: entre o visível e o invisível.** 2010. 141f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOARES, André Luís R. **Contribuição à Arqueologia guarani: estudo do sítio Röpke.** 2004. 237 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) Programa de Pós Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, Alfredo M. **Dicionário de Arqueologia.** Rio de Janeiro, ADESA – Associação de Docentes da Estácio de Sá, 1997.

THOMPSON, Analucia. Patrimônio indígena brasileiro na coleção Natterer. In: XI Congresso Luso afro brasileiro de Ciências Sociais, 7, 8, 9 e 10, Salvador. **Anais eletrônicos do XI Congresso Luso afro brasileiro de Ciências Sociais.** Salvador, 2011.

WOORTMANN K. **Com parentes não se negueia: o campesinato como orden moral.** Anuario Antropológico, n. 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **História Geral do Brazil**, 2ª. Ed., 2 vols. Rio de Janeiro, Laemmert, 1877.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **História Geral do Brazil**, I, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **História Geral do Brazil**, II, 1857.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **O descobrimento do Brazil**, 1840 - 2 edição.

VELLINHO, Moisés. **Capitania d'El Rei. Aspectos polemicos da formação rio-grandense**. Porto Alegre: Globo, 1963.

ZAPATA, Oracio Miguel Héran. **Galerías del progreso o vitrinas del olvido? Discursos e imágenes del pasado indígena en el museo histórico provincial Dr. Julio Marc de Rosário: Ayer y hoy**. In: Iº Congreso Internacional de Arqueología de la cuenca del Plata, Buenos Aires, 2011 (Inédito).